



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BIANCA DA SILVA NUNES

LUGARES DE MEMÓRIA INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE NO ACERVO
ARQUIVÍSTICO DO MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO

SALVADOR

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BIANCA DA SILVA NUNES

LUGARES DE MEMÓRIA INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE NO ACERVO
ARQUIVÍSTICO DO MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Coutinho Mello

Salvador
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

N972I Nunes, Bianca da Silva

Lugares de memória institucionais: uma análise no acervo arquivístico do Memorial Arlindo Coelho Fragoso / Bianca da Silva Nunes. - Salvador: UFBA, 2025.
156 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Coutinho Mello.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2025.

1. Memoria Institucional. 2. Lugares de Memória. 3. Documentos Arquivísticos. 4. Memoriais. 5. Preservação da Informação I. Mello, Ricardo Coutinho. II. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. III. TÍTULO.

CDU: 72.025


BIANCA DA SILVA NUNES

**LUGARES DE MEMÓRIA INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE NO ACERVO
ARQUIVÍSTICO DO MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO**

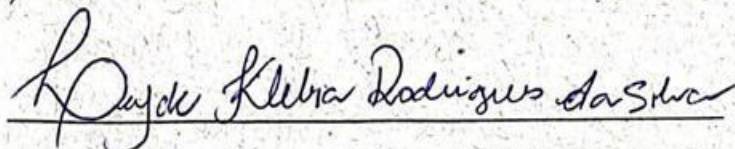
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 09/06/25

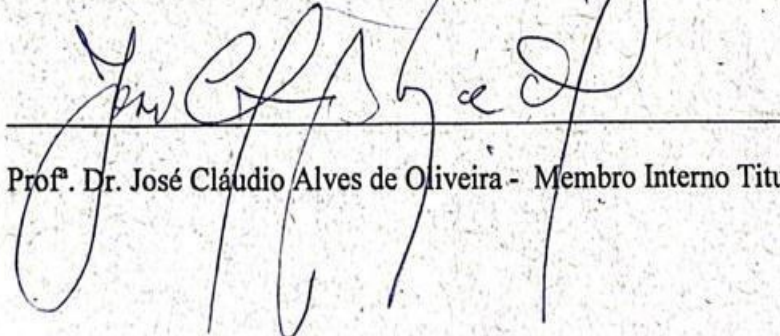
Banca Examinadora



Prof. Dr. Ricardo Coutinho Mello - Orientador - UFBA



Profª. Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva – Membro Externo Titular - UFBA



Profª. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira - Membro Interno Titular – UFBA

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta trajetória não seria possível sem o apoio e incentivo das pessoas e instituições que cruzaram meu caminho. Dedico meu primeiro agradecimento a Deus, Senhor da minha vida. Acredito que, por causa da sua infinita bondade comigo, foi Ele quem me concedeu a oportunidade de ingressar neste valioso Programa, e sou grata por Ele ter me concedido força e paz no coração para chegar até o fim.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço com todo meu coração à minha mãe, Márcia, ao meu pai, Acival e à minha irmã, Júlia. O apoio, incentivo e conselhos de sabedoria constantes da minha família foram parte essencial dessa jornada; a companhia deles em cada etapa dessa trajetória me permitiu chegar até aqui.

Agradeço de forma especial a meu excelente orientador: Professor Doutor Ricardo Coutinho. Sou grata pela competência, troca de experiências, paciência e por todos os ensinamentos e pelo apoio durante a construção da pesquisa e na minha trajetória acadêmica. Agradeço também à banca avaliadora composta pelo professor Dr. José Cláudio Alves de Oliveira e pela professora Dra. Leyde Klebia Rodrigues, pelo tempo dedicado à avaliação do meu trabalho e pelas contribuições que o enriqueceram desde o projeto de qualificação. Agradeço a bibliotecária Marilene Barreto, pela elaboração da ficha catalográfica.

Agradeço a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, onde tive a oportunidade de aprender com um excelente corpo de professores, e fui muito acolhida pela coordenação e pela secretaria do Programa, representadas nas pessoas do Professor Dr. José Carlos Sales, Professora Dra. Barbara Coelho Neves e a querida Marilene Luzia. A maneira acolhedora e tranquilizadora com que lidaram com nossas demandas e anseios foi essencial para que a caminhada dentro da pós-graduação se tornasse leve.

Deixo um agradecimento especial à turma ingressante no mestrado em 2023.1 por todo apoio e companheirismo.

Por fim, agradeço a todos do Instituto de Ciência da Informação, que tem sido minha segunda casa ao longo de sete anos, desde a graduação em Arquivologia.

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo geral analisar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória cultural e institucional. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: examinar as práticas e políticas existentes de gestão e preservação documental no Memorial Arlindo Coelho Fragoso; selecionar os tipos específicos de documentos arquivísticos presentes no Memorial Arlindo Coelho Fragoso; e avaliar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória cultural e institucional. Para compor a base teórica que sustenta a pesquisa, a relação entre informação, memória, especialmente a memória institucional e documento arquivístico foi o centro das discussões, assim como o conceito de lugares de memória, que contribui para compreender o Memorial como um espaço simbólico de preservação da memória. Realizou-se também uma revisão conceitual acerca do termo memorial, com o intuito de esclarecer suas funções e diferenciá-lo de outros espaços de natureza semelhante, mas com aplicações práticas e metodológicas distintas, como centros de memória e, principalmente, arquivos permanentes. Metodologicamente, se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa, de nível descritivo, possuindo o estudo de caso único e a pesquisa documental como métodos de procedimento e a entrevista com roteiro semiestruturado e análise de documental como fontes de coleta de dados. Como técnica de análise dos dados das entrevistas, foi utilizada a análise temática. A análise e discussão dos resultados indicam que o Memorial Arlindo Coelho Fragoso exerce uma função híbrida, atuando simultaneamente como espaço de memória e como arquivo permanente. Observa-se a existência de ações e estratégias voltadas à organização e à preservação dos documentos, no entanto, a ausência de políticas e direcionamentos institucionais específicos interfere diretamente na forma como os documentos arquivísticos são selecionados, organizados e preservados. Conclui-se que esses espaços necessitam de uma maior atenção da Universidade. Compreendemos que essa pesquisa servirá como base para futuras pesquisas acerca da temática, podendo ser explorados os temas: gestão de documentos arquivísticos em instituições com foco na preservação da memória, e o papel de memoriais e centros de memória na memória institucional, além de abrir portas para estudos de caso de outros memoriais institucionais.

Palavras-Chave: Memória Institucional. Lugares de Memória. Documentos Arquivísticos. Memoriais. Preservação da Informação.

ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze how the archival documents of the Arlindo Coelho Fragoso Memorial are related, organized, and maintained to ensure the preservation of cultural and institutional information and memory. To achieve this goal, the following specific objectives were defined: to examine the existing practices and policies of document management and preservation at the Arlindo Coelho Fragoso Memorial; to select the specific types of archival documents present at the Arlindo Coelho Fragoso Memorial; and to evaluate how the archival documents of the Arlindo Coelho Fragoso Memorial are related, organized, and maintained to ensure the preservation of cultural and institutional information and memory. To compose the theoretical basis that supports the research, the relationship between information, memory, especially institutional memory, and archival documents was the center of discussions, as well as the concept of places of memory, which contributes to understanding the Memorial as a symbolic space for the preservation of memory. A conceptual review of the term memorial was also carried out, with the aim of clarifying its functions and differentiating it from other spaces of a similar nature, but with distinct practical and methodological applications, such as memory centers and, mainly, permanent archives. Methodologically, it is configured as qualitative research, of descriptive level, having the single case study and documentary research as procedural methods and the interview with semi-structured script and documentary analysis as data collection sources. Thematic analysis was used as the data analysis technique from the interviews. The analysis and discussion of the results indicate that the Arlindo Coelho Fragoso Memorial performs a hybrid function, acting simultaneously as a memory space and as a permanent archive. The existence of actions and strategies aimed at the organization and preservation of documents is observed, however, the absence of specific institutional policies and guidelines directly interferes with the way in which archival documents are selected, organized and preserved. It is concluded that these spaces require greater attention from the University. We understand that this research will serve as a basis for future research on the subject, and the following themes can be explored: management of archival documents in institutions with a focus on preserving memory, and the role of memorials and memory centers in institutional memory, in addition to opening doors for case studies of other institutional memorials.

Keywords: Institutional Memory. Places of Memory. Archival Documents. Memorials. Preservation of Information.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Acervo de Plantas do MACF	122
Quadro 1	Quadro de análise das entrevistas	81
Quadro 2	Resumo dos tipos e conteúdo do acervo do MACF	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
CPARQ	Comissão Permanente de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DIMAS	Diretoria de Audiovisual
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
E1	Entrevistado 1
E2	Entrevistado 2
E3	Entrevistado 3
EPUFBA	Escola Politécnica da UFBA
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FDUFBA	Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados

MACF	Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica
MDA	Massa Documental Acumulada
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
TTDD	Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SUPAC	Superintendência de Administração Acadêmica
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	INFORMAÇÃO E MEMÓRIA	19
2.1	MEMÓRIA.....	20
2.2	MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	31
3	DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	40
3.1	DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E MATERIALIDADE.....	49
4	LUGARES DE MEMÓRIA	55
4.1	MEMORIAIS.....	58
4.2	MEMORIAIS INSTITUCIONAIS.....	61
4.3	MEMORIAIS INSTITUCIONAIS E ARQUIVO PERMANENTE.....	68
5	METODOLOGIA	73
5.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	85
6	ANÁLISE DOS DADOS	87
6.1	MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO: BREVE HISTÓRICO..	87
6.1.1	Escola Politécnica da UFBA	87
6.1.2	Memorial Arlindo Coelho Fragoso	88
6.1.3	O acervo do MACF	93
6.2	AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MACF.....	95
6.3	FORMAS ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL.....	122
6.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	132
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	142
	ROTEIRO DE ENTREVISTA 1: MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO	148
	ROTEIRO DE ENTREVISTA 2: MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO	150

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3: COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVOS.....	152
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO.....	153
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVOS.....	155

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, possui como objetivo geral: Analisar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional. Araújo 2018 (p. 75) diz que os estudos envolvendo a memória:

[...] é um tema ou conceito que sempre esteve presente de alguma forma, no campo da ciência da informação. Nas últimas duas décadas, contudo, tem tido maior destaque, passando a designar áreas de investigação, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e grupos de trabalho em associações científicas.

Autores clássicos que estudam o fenômeno da memória, como Maurice Halbwachs (1990), Paul Ricoeur (2007) e Michael Pollak (1989; 1992), de maneira geral, compreendem a memória como um fenômeno vinculado às vivências, experiências e sensações humanas.

No entanto, autores da Ciência da Informação, como Ribeiro (2017), Azevedo Netto e Dodebei (2017) e Rabello (2019), também destacam a relação entre a memória e os elementos que registram ações e ideias, concretizando-as em suportes que possibilitam que a cristalização e evocação da memória.

Nesse mesmo sentido, Frohmann (2008) chama atenção para a importância dos atributos materiais e concretos da informação nas práticas documentárias, e Pierre Nora (1993) discorre sobre os "lugares de memória", que são estabelecidos como uma tentativa de ancorar a memória em espaços, objetos e rituais.

Desta forma, os estudos voltados para as ações, estratégias, políticas e funções voltadas a assegurar atividades como o acondicionamento, o armazenamento, a conservação e a restauração do suporte, criam as condições necessárias para que a memória seja mantida e transmitida. No entanto, vale destacar que a memória está relacionada as vivências e sensações humanas, não se limitando ao que é material.

Essa dinâmica, incluindo os aspectos de preservação, contribui para a construção da memória institucional. Pois nos aspectos da materialidade, se encontram os registros que formalizam as ações das instituições na sociedade, bem como as circunstâncias que envolvem sua criação. Assim, através do documento, a informação pode se manifestar de forma registrada, permitindo que ela ultrapasse os limites do tempo e espaço em que foi criada.

Nesse contexto, voltamo-nos para a UFBA, considerando sua relevância histórica, acadêmica e cultural, e o papel de seus memoriais institucionais para sua memória. A UFBA, é uma instituição com destacada atuação nas áreas de ensino, pesquisa, cultura e extensão, atuando em momentos marcantes da história baiana e brasileira, em diferentes contextos políticos e sociais. Sua trajetória reafirma o ambiente universitário, como um espaço de promoção de debates, pesquisa e difusão cultural.

Seus memoriais institucionais, são espaços reúnem elementos como documentos, monumentos, fotografias, quadros, livros, e outros registros que buscam representar e contextualizar a trajetória da instituição, configurando-se como espaços simbólicos de memória institucional.

Os memoriais da UFBA, inseridos como parte das atividades de extensão, são parte essenciais de um projeto para levar o conhecimento e a informação para a comunidade. Visto isso, verificou-se a importância de investigar como a universidade vem tratando os documentos desses espaços, tendo em vista que suas funções, por vezes não ficam claramente delimitadas dentro da estrutura organizacional.

O MACF, é um dos memoriais institucionais da UFBA e tem como missão promover a salvaguarda e a valorização do patrimônio arquivístico e museológico da EPUFBA. O acervo arquivístico do MACF, destaca aspectos históricos da Escola e da Engenharia na Bahia e no Brasil, além possuir documentos sobre a vida acadêmica e trajetória das pessoas que passaram por lá e contribuíram com seus trabalhos e estudos.

Partindo do pressuposto de que os mecanismos que possibilitam o acesso e a consulta aos documentos são fundamentais para assegurar tanto a informação quanto a memória institucional, observou-se uma escassez de estudos e publicações que evidenciem como os acervos dos memoriais da UFBA, estão sendo preservados, organizados e quais ações estão sendo pensadas nesse sentido, bem como a maneira que eles se relacionam com os demais elementos presentes nos memoriais.

Nesse sentido, compreendemos que esses elementos, contribuem para que os documentos, como possíveis fontes de formação da memória, estejam em condições adequadas para cumprir a missão a qual o memorial se propõe.

Dentro deste mesmo contexto, entendemos que uma instituição está sempre vinculada ao social. De acordo com Icléia Thiesen (2013) as instituições surgem como uma consequência do exercício das relações de poder que os indivíduos têm uns

sobre os outros em uma sociedade, relações estas que passam por um processo de institucionalização e suas raízes e mutações se encontram na história. Uma instituição surge como uma cristalização desses efeitos na sociedade.

Logo, seus documentos arquivísticos são fontes de informação para a sociedade pois são frutos de ações que permeiam a rotina dos indivíduos, possuindo impacto em suas vidas, além de promoverem à sociedade transparência e servirem como fontes para provas, e pesquisa, se relacionando também com a memória cultural.

Desta forma, compreende-se que guarda e a gestão adequada dos documentos produzidos por uma instituição, possibilita que a informação seja disponibilizada de maneira adequada, e preserva os materiais que são fontes de formação da sua memória.

Sendo assim a guarda e a gestão adequada dos documentos produzidos por uma instituição pública, como a EPUFBA, integrada a UFBA, não apenas possibilitam o acesso à informação, como também preservam os registros que fundamentam a construção da sua memória institucional e cultural, visto que a universidade está correlacionada com diversos segmentos da sociedade.

Por meio das informações registradas nos documentos arquivísticos, é possível compreender o perfil da instituição, suas formas de atuação e adaptação ao longo do tempo, suas relações, bem como acompanhar parte da trajetória acadêmica das pessoas que possuíram vínculo com a instituição.

Esses documentos permitem conhecer trajetórias, trabalhos desenvolvidos e o impacto da EPUFBA na sociedade, por meio da produção de informações administrativas, históricas e científicas no contexto da universidade. Sendo assim, entende-se que o acesso à informação arquivística produzida por instituições públicas também assegura um direito a informação e exercício da cidadania.

O direito ao acesso às informações públicas está assegurado no artigo n° 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal Brasileira de 1988, que determina que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Além disso, o artigo n° 23, no inciso III, prevê que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural (Brasil, 1998).

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 8.159/1991, dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e estabelece em seu artigo 1º, que é dever do poder público assegurar proteção especial aos documentos de arquivo, considerados instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Brasil, 1991).

Conforme discutido na seção 6, constatou-se durante a pesquisa que os documentos arquivísticos sob a guarda do MACF, são avaliados como de valor permanente, por apresentarem relevância histórica, probatória e cultural. Nesse sentido, a preservação e a disponibilização desses documentos são fundamentais para a constituição da memória institucional, além de contribuírem significativamente para a pesquisa, a cultura, a ciência e a garantia dos direitos dos cidadãos.

A problemática que norteou esta pesquisa foi a seguinte: Como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados, mantidos e preservados com vistas a garantir a memória institucional?

Para alcançar o objetivo geral proposto: Analisar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional, a pesquisa foi dividida em 3 objetivos específicos:

- a) Examinar as práticas e políticas existentes de gestão e preservação documental no Memorial Arlindo Coelho Fragoso
- b) Selecionar os tipos específicos de documentos arquivísticos presentes no Memorial Arlindo Coelho Fragoso
- c) Avaliar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional.

A pesquisa está inserida na área das Ciências Sociais Aplicadas, desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na área de concentração em Informação e Conhecimento da Sociedade Contemporânea, vinculada a Linha de Pesquisa 1 do Programa: Políticas e Tecnologias da Informação. A pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A motivação para a realização deste estudo, origina-se de inquietações oriundas de observações feitas durante as atividades de estágio realizadas pela autora no Memorial da Faculdade de Direito da UFBA (FDUFBA), entre os anos de 2019 e 2021, ainda durante o período da graduação em Arquivologia.

Ao longo dessa experiência, foi possível observar como esses espaços concentram documentos selecionados pela própria instituição com o propósito de representar sua memória. Assim, estabeleceu-se um contato direto com a documentação arquivística relacionada à trajetória de estudantes, professores e às ações da Faculdade de Direito.

Com o tempo, foi possível conhecer mais profundamente a história da unidade e perceber como diferentes pessoas recorriam a esses documentos, seja para fins de pesquisa ou para obter informações específicas. A partir dessa vivência, surgiu o interesse pela temática da memória institucional.

Além disso, foi observado que esses espaços, por meio dos documentos, não apenas disseminam informações, mas também as contextualizam de forma expositiva para a sociedade, por meio de ações culturais e educativas. O memorial recebe pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que utilizam essas informações em suas pesquisas, servindo assim de apoio à ciência.

Como estudante de Arquivologia, realizei no acervo arquivístico do memorial atividades como a descrição, classificação e montagem de arranjo, sob a supervisão da coordenadora do local, que é arquivista. Paralelamente, ainda durante a graduação, tive meu primeiro contato com o MACF em uma atividade da disciplina “Administração de Unidades de Informação”, o que me possibilitou conhecer outro memorial existente na UFBA, além do Memorial FDUFBA.

Durante as atividades propostas pelas disciplinas do curso e pelo plano de estágio, percebi, ainda que de forma superficial, que tanto o MACF quanto o Memorial da FDUFBA adotavam práticas semelhantes às de arquivos permanentes. Durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvi a pesquisa em ambos os memoriais, porém sob uma perspectiva distinta: investiguei como determinadas tipologias específicas de documentos arquivísticos presentes nesses espaços podem ser compreendidas como materiais de memória.

Os memoriais, conforme veremos no decorrer da pesquisa, são espaços que congregam elementos de naturezas distintas. Podem ser formados por um acervo misto, contendo documentos arquivísticos, de biblioteca e de museu. No entanto, a formação em Arquivologia permitiu que fosse direcionado um olhar, de maneira mais atenta, aos desafios enfrentados na gestão do acervo arquivístico que compõe os memoriais, além disso, possibilitou refletir sobre as formas como esses documentos vêm sendo tratados e os desafios que as envolvem.

A escolha do MACF para realiza o estudo, decorreu de desdobramentos da pesquisa realizada TCC, onde tornou-se evidente que o acervo arquivístico da EPUFBA diz muito sobre a memória da instituição. Ao constatar, durante o TCC, que os documentos arquivísticos podem ser compreendidos como materiais de memória, surgiu o interesse em investigar, os cuidados, a organização e a dinâmica desse espaço, com foco direcionado ao acervo arquivístico, visto que, não possível por conta das limitações de tempo, investigar em estudos anteriores, como esses materiais de memória estavam sendo tratados.

Dessa forma, embora tenham sido observadas semelhanças entre os memoriais, também se verificaram ações distintas, decorrentes das diferentes gestões e realidades específicas de cada unidade. Assim, considerou-se pertinente investigar de forma mais aprofundada e detalhada a realidade do MACF.

O ingresso no Mestrado em Ciência da Informação, surgiu como uma oportunidade para investigar as práticas de organização e preservação do acervo documental, visto que, eles se relacionam com o processo da memória institucional e da memória cultural, dado ao papel de influência que as instituições exercem nas sociedades. Além disso, são elementos informativos, conforme foi discutido ao longo da pesquisa.

Na fundamentação teórica do trabalho, é discutido acerca sobre o papel dos documentos arquivísticos na constituição da memória institucional e enquanto elementos informacionais. Em um primeiro momento, pretende-se compreender a relação entre informação, memória e documento, bem como de que maneira o documento arquivístico está vinculado à memória institucional e cultural.

No decorrer dos componentes curriculares cursados no Programa, tais como Informação e Memória, Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação e Informação, Cultura e Sociedade, foram apresentados autores essenciais para a compreensão do fenômeno da memória e suas relações com a informação, documentos e com os fenômenos humanos e institucionais. Dentre os autores trabalhados, selecionamos os que melhor se enquadram nos objetivos da pesquisa.

Pollak (1989; 1992), Pierre Nora (1993), Bernd Frohmann (2008), Jacques Le Goff (1994) e Icléia Thiesen (2013) se constituem como as principais referências clássicas utilizadas para a construção do trabalho. Esses autores colaboraram para a compreensão das temáticas abordadas que subsidiaram a fundamentação teórica da

pesquisa

Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se como principais bases de dados a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) (<https://brapci.inf.br/>), e o Portal de Periódicos Eletrônicos da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP –, São Paulo (<https://revistas.marilia.unesp.br/>). Os descritores utilizados foram “Memória Institucional”, “Documento arquivístico” “Memoriais Institucionais”, “Materialidade da Informação”.

Também foi feita uma busca nos anais do Encontro Nacional Brasileiro de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) dos anos de 2018 a 2022, na seção do Grupo de Trabalho (GT) 10 – Informação e Memória, em busca de trabalhos sobre memória e memória institucional.

Dessa forma, o estudo busca ampliar a discussão sobre a gestão e a preservação da informação nos memoriais institucionais da UFBA, contribuindo para o aprofundamento das reflexões acerca das práticas e políticas voltadas à preservação dos acervos presentes nesses espaços, que desempenham um papel importante na promoção da pesquisa, da cultura e da extensão. Além disso, pretende-se fortalecer a visibilidade desses ambientes no contexto universitário.

A pesquisa está dividida em 7 seções. O referencial teórico que sustenta a pesquisa, consiste em discutir, em um primeiro momento, o fenômeno da memória e sua relação com a informação, seguido pelas especificidades da memória institucional. Essa discussão é tratada na seção 2. Após essa discussão, abordamos na seção 3, o documento arquivístico e a informação arquivística, bem como a maneira como a materialidade dos documentos e os atributos concretos da informação podem contribuir para a preservação da memória institucional.

Na seção 4, trabalhamos o conceito de lugares de memória, uma vez que o espaço investigado nesta pesquisa tem como objetivo preservar e difundir a memória institucional da EPUFBA. Na sequência, discutimos as redes conceituais e as implicações que envolvem o termo "memorial", a fim de esclarecer as funções atribuídas a espaços dessa natureza, tanto na teoria quanto na prática.

Na seção 5, se encontra o percurso metodológico da pesquisa e os meios utilizados no seu processo de construção. Se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de nível descritivo. Quanto aos métodos de procedimento, é um estudo de caso único, tendo a entrevista de roteiro semiestruturado e análise documental como

instrumentos de coleta de dados. Para a análise dos dados as entrevistas, foi utilizada a técnica da análise temática.

Na seção 6, apresentamos o MACF e a análise dos dados coletados na pesquisa. Por fim, na seção 7, são as considerações finais onde são abordadas as contribuições da pesquisa para a Ciência da Informação, os aprendizados e possíveis desdobramentos futuros.

2 INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

Esta seção tem como objetivo apresentar o referencial teórico sobre o fenômeno da memória, explorando sua relação com a informação. Abordamos as características que compõem e conectam esses dois fenômenos, destacando como a memória se manifesta e como pode ser preservada por meio dos registros informacionais, bem como os processos que influenciam sua construção, transmissão e ressignificação ao longo do tempo.

A informação, em suas mais variadas manifestações, foi e ainda é um elemento presente na realidade das sociedades humanas. Através dela, os indivíduos praticam atos que legitimam suas existências, além de se comunicarem, eternizarem suas ações, formalizarem procedimentos administrativos, atribuírem valor legal às coisas e realizarem uma infinidade outras de funcionalidades.

Harold Borko, em seu clássico ensaio publicado no ano de 1968, intitulado de *Information Science: what is it?* Diz que a Ciência da Informação (CI) é uma disciplina que investiga as propriedades e o conhecimento da informação. O autor também fala que a disciplina está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação (Borko, 1968).

Para esta pesquisa, compreendemos como relevantes os estudos acerca dos meios pelos quais a informação está registrada, pois são meios que possibilitam o armazenamento, a recuperação, interpretação e transmissão da informação. Entendemos que esses mesmos elementos são relevantes também para os estudos sobre a memória, que também possui suas manifestações em inscrições.

Araújo (2018) traz algumas abordagens e contextos envolvendo o entendimento do termo informação para a CI:

Informação foi entendida, na ciência da informação, inicialmente como um sinônimo de documento (o conhecimento humano registrado); depois, como o conteúdo objetivo dos documentos (aquilo que pode migrar de um suporte físico para outro); a seguir, como um produto da interação entre dados e conhecimento; por fim, em anos mais recente, como algo diretamente ligado às ações humanas e inserido num contexto (Araújo, 2018, p. 105).

Com a evolução da compreensão sobre o que é informação, os estudos sobre esse tema se tornaram mais amplos. A expansão desses estudos não implicou no

descarte das perspectivas originais, mas proporcionou uma integração das novas abordagens a eles.

As pesquisas sobre informação que consideram seu caráter físico (relacionado aos registros humanos nos mais variados suportes, processamentos e armazenamentos de dados, fluxos, tecnologias etc.) passaram a incluir questões cognitivas e sociais. Tal premissa envolve considerar, como parte do processo informacional, a forma como as pessoas assimilam, interpretam, transmitem e utilizam a informação, considerando também o contexto social no qual estão inseridas, bem como suas relações existentes nesse meio (Araújo, 2018, 2014). Sendo assim, a informação sofre influência e influencia o comportamento humano.

Ainda, em concordância com as reflexões trazidas por Araújo,

a Ciência da informação, assim, se dirige exatamente para esse ato fundador, básico, que é a ação humana de in-formar (dar forma, existência, material, a um pensamento ou ideia) e se in-formar (utilizar registros materiais do conhecimento para construir suas ideias e pensamentos) (Araújo, 2018, p. 102).

A ação humana de converter a informação em algo tangível contribui para que os indivíduos se utilizem desses instrumentos para adquirir, produzir e transmitir conhecimento, sendo assim, as questões cognitivas e sociais a que as pessoas estão sujeitas relacionam-se com as mais diversas representações materiais que a informação pode vir a adquirir.

Diante do contexto apresentado, compreendemos que os estudos sobre informação são relevantes para se estudar a memória em suas diferentes manifestações. Visto que, ao se pensar nas produções humanas e na forma como o ser humano lida com elas, a memória individual e coletiva vai sendo estabelecida e transmitida de forma material ou verbal.

2.1 MEMÓRIA

Corroboramos com Fernanda Ribeiro (2017, p. 89) quando ela diz que “Não vemos que seja possível abordar o conceito de ‘memória’ desligado do de informação, uma vez que os dois são indissociáveis e remetem para uma dimensão cognitiva do ser humano.” Ainda segundo Ribeiro,

[...] o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/registra, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias ‘externas’, ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes dos mais variados tipos (desde a

pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade) (Ribeiro, 2017, p. 90).

Sendo assim, compreende-se que a informação e a memória caminham juntas tanto na oralidade como nos registros em suportes físicos, pois esses são manifestações materiais da memória que os indivíduos comportam em suas mentes. Dessa forma, entendemos que os documentos deixados pelas pessoas são formas duráveis de se conhecer e transmitir as mais variadas formas do pensamento humano.

Rabello faz uma diferenciação entre materialidade e fisicalidade, sobre as quais o autor diz que a

materialidade e a institucionalidade da informação, ao passo que necessitam de alguma fisicalidade (objeto-suporte analógico ou digital), inscrevem-se em construções conceituais particulares (ações de informação) exemplificadas em termos de práticas específicas a desenvolvimento de coleções e da organização do conhecimento) (Rabello, 2019, p. 7).

Ainda segundo o autor, nesse mesmo texto, a materialidade transcende a fisicalidade e está vinculada aos regimes de informação que se estabelecem em determinado espaço e tempo.

Compreendemos que, através do documento, a informação pode se manifestar de uma forma registrada que lhe permite transcender o espaço e o tempo. Diversos atores podem estar envolvidos na produção de um registro físico: fatores políticos, ideológicos, sociais e cognitivos, bem como questões relacionadas à sua custódia, reprodução e acesso.

Alguns desses fatores podem ser fruto de verdades predominantes ou não em uma sociedade, conferindo ao documento uma materialidade pronunciada, resultado de intencionalidades e objetivos específicos em seu contexto de criação. Essa materialidade, no entanto, não se limita à fisicalidade do registro; ela também pode se expressar por meio de manifestações orais ou por outras formas que favorecem a visibilidade e a circulação da informação, conforme discutido por Frohmann (2008), que será explorado na seção 3.

A materialidade da informação é um atributo que pode contribuir para a transmissão, perpetuação e preservação de um elemento que foi gerado através da tentativa de registrar uma memória. A forma como as pessoas compartilham informações pode colaborar para o fortalecimento ou enfraquecimento de valores, verdades, culturas e tradições. Algumas funções no campo da preservação podem ser utilizadas como forma de assegurar a memória.

Portanto, corroboramos com os pensamentos do sociólogo Pierre Lévy quando ele diz que “Ao conservar e reproduzir os artefatos materiais com os quais vivemos, conservamos ao mesmo tempo os agenciamentos sociais e as representações ligados a suas formas e seus usos” (Lévy, 1993. p. 46).

A memória aparece na literatura vinculada a distintos contextos e áreas do conhecimento, podendo o termo ser utilizado para se referir a aspectos diversos. O uso da palavra no senso comum remete à capacidade do ser humano de se lembrar de eventos passados. O historiador francês Jacques Le Goff define memória como a “[...] propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p. 366).

A memória já foi estudada somente como um repositório de lembranças relativas a acontecimentos passados, contudo, estudos mais recentes vêm incorporando novas tendências e olhares, aderindo questões sociais e abordando temáticas como esquecimento, história, identidade e participação na produção dos documentos.

Estudos recentes têm se debruçado sobre as condições de produção (e o direito de participação nessa produção), de circulação (e a importância da pluralidade e da diversidade nesse processo) e de acesso (garantia de que seja o mais democrático possível) da informação na constituição da memória (Araújo, 2018, p. 75).

Partindo da perspectiva de que as informações contidas nos registros feitos pelas pessoas se constituem como uma forma de representação da memória, faz-se necessário pensar em questões envolvendo a produção dessa informação e os atores envolvidos nesse processo, bem como em práticas de preservação e acesso desse conteúdo, para que sejam produzidas e acessadas da forma mais democrática e inclusiva possível.

Estudos contemporâneos sobre memória a compreendem como uma construção social, fruto de interações sociais das pessoas, da cultura, das experiências vivenciadas em sociedade, e como um fenômeno em constante construção e acontecimento, que pode ser ressignificado, reconstruído e reinterpretado (Araújo, 2014; Oliveira; Rodrigues; Castro, 2017).

Azevedo Netto e Dodebei (2017), Ao discutirem a relação entre informação e memória, sob a perspectiva da informação como resultado de uma ação intencional

de registro e como produção de significados socialmente compartilhados, os autores afirmam que

[...] A relação entre memória e identidade está mediada pelo documento em seus mais variados suportes desde os mais tradicionais até os objetos que compõe a cultura material, pois são elementos que trazem consigo a historicidade necessária para o reconhecimento desses constructos (Azevedo Netto; Dodebei, 2017, p. 47).

De acordo com a visão do historiador francês Pierre Nora,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Logo, a memória é um elemento dinâmico, nunca estático. Por meio da materialidade, a memória passa a ter a possibilidade de diversas interpretações e de ressignificação de significados socialmente atribuídos ou impostos. passados ou presentes, e para o acesso aos mais variados pensamentos humanos. Sendo assim, entendemos que sua representação em registros produzidos por indivíduos colabora para que esses aspectos sejam possíveis.

Esse processo contribui para a visibilidade de lutas e narrativas, conscientização social e histórica, conhecimento de sistemas sociais. Os estudos sobre a memória coletiva, partindo de uma perspectiva social da manifestação da memória, vêm sendo associados a questões identitárias e de pertencimento. Autores que se dedicaram ao estudo do fenômeno da memória, como Michel Pollak (1989; 1992), Maurice Halbwachs (2006) e Paul Ricoeur (2007), embora tenham abordado diferentes enfoques sobre o tema, compartilham a ideia de que a memória está ligada às experiências e vivências de grupos e indivíduos. Dessa forma, compreendemos que a memória não se restringe aos processos formais instituídos por seres humanos ou instituições.

Para Henri Bergson (1999), a memória que o autor chama de “memória pura”, é aquela que armazena as experiências vividas no passado, da forma como realmente aconteceu, de acordo com a singularidade de cada vivência, ainda que não possua uma “utilidade” imediata.

Para o autor, o corpo (nisso inclui também o cérebro), não “guarda” as memórias. Ele é responsável por atuar como um mecanismo para trazer à tona as memórias que ficam guardadas no espírito, local que, para Bergson, é onde a memória

realmente reside, podendo o corpo ser um meio por onde a memória é evocada no mundo material, através de imagens e sensações. O autor ainda pontua que o esquecimento se dá por conta de uma falha no corpo (Bergson, 1999).

Também para Bergson

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela (Bergson, 1999, p. 77).

Dessa forma, de acordo com os pensamentos do autor, a memória não faz parte só do passado. Ela traz o passado para modificar e agir no presente. Sendo assim, entendemos que a memória está ligada à imagem e a outras séries de percepções e sentidos como olfato, audição etc.

Pollak (1992, p. 201) diz que os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva “[...] são os acontecimentos vividos pessoalmente”. Dentro desse contexto, ele entende que outro elemento constitutivo da memória são os acontecimentos vividos por tabela, ou seja, aqueles que as pessoas não necessariamente viveram, mas sentem como se tivessem vivido por conta de uma sensação muito forte de pertencimento (Pollak 1992).

De acordo com o pensamento do sociólogo francês Maurice Halbwachs, um indivíduo que se lembra de algo, se lembra enquanto membro de um grupo:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 44).

Para o autor, ainda que cada ser humano possua suas memórias individuais baseadas no conjunto das suas vivências, sentimentos e percepção de mundo, o fato de estarem inseridos em uma sociedade faz deles membros de grupos. Logo, a memória coletiva é sustentada por grupos, e as memórias individuais são pontos de vista particulares sobre essa memória coletiva.

Grupos esses, que são unidos por momentos, necessidades, pensamentos e sentimentos em comum, seja de forma consciente ou inconsciente. Sendo assim, a forma como um indivíduo se lembra e interpreta as coisas ao seu redor tem influência

do sistema predominante no meio em que está inserido; suas ações dentro desse meio vão construindo uma memória coletiva. É também a memória que possibilita a construção e reconstrução da história, porque ela também reside nos fatos daqueles que se lembram, tanto dos que viveram como dos que precisam aprender a história e lembrá-la para que ela seja transmitida adiante.

Da mesma maneira que Nora (1993), Pollak (1992, p. 201) reconhece a característica “[...] flutuante, mutável da memória tanto individual como coletiva”. Thiesen (2013) também identifica a memória como uma construção social, e não como um simples reservatório de dados. Nesse sentido, compreendemos que o fenômeno da memória não se constitui como um evento estático, palpável e exato, limitado ao que é material.

A memória não está restrita apenas aos dispositivos materiais e aos lugares; ela é “[...] responsável por essa relação entre corpo presente e passado, interferindo no processo das representações atuais” (Gomes; Júnior; Araújo, 2014, p. 10). A memória é responsável pelas emoções, aprendizado e conhecimento e pode ser evocada ou não através de suportes materiais.

Autores como Le Goff (1994) e Nora (1993) abordam a diferença e a relação entre os fenômenos da memória e da história. Para Nora (1993), a história é uma representação do passado, enquanto a memória permanece sempre vivida no presente. Conforme já mencionado, o autor entende a memória como algo presente, sustentada por grupos vivos e pelas experiências das pessoas.

Já a história resulta de um processo científico, crítico e sistemático de análise de fontes, utilizadas para construir e reconstruir o passado. Esse mesmo autor problematiza a relação entre a história e a memória:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é única necessidade da história (Nora, 1993, p.14).

Gomes, Júnior e Araújo (2014, p. 11) também discutem essa relação: “Nos dias atuais cada vez mais é pensada a relação entre história e memória, porque a história tida como oficial afasta os aspectos que são inerentes ao cotidiano e aos comportamentos dos sujeitos”. Diante dessas perspectivas, podemos compreender que a memória, sob a luz da história, sofre uma tentativa de “formalização” em registros, passando a ser alvo dos processos inerentes à história: a seleção, a análise

crítica etc. Dessa forma, ela já não é mais a memória em sua primeira essência, mas sim história.

Le Goff reconhece que a memória está sujeita às forças de poder e seleção. O autor diz que “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (Le Goff, 1994, p. 366). Compreendemos que a memória está sujeita a forças de poder que a envolvem em um processo de seleção, seja de maneira intencional ou inconsciente.

Esse processo envolvendo a seleção de fatores que fazem parte do fenômeno da memória pode se dar por conta do próprio subconsciente das pessoas que, de acordo com os contextos sociais em que estão inseridas ou com os elementos com os quais elas têm contato, podem fazer com que determinadas memórias aflorem ou fiquem suprimidas.

Mas também ele pode acontecer através de processos de seleção de documentos e demais fontes que contenham narrativas registradas. Seleção do que vai ser registrado e do que vai ganhar notoriedade. Iremos discorrer com mais detalhe sobre essa seletividade envolvendo documentos na subseção 2.2, que reflete acerca da memória institucional.

Diante desse contexto, entendemos que a memória também pode ser influenciada pelas forças sociais de poder em seus diferentes níveis e intenções. Foucault (1993, p. 8), em contraposto ao que o senso comum enxerga em relação à palavra “poder”, diz que devemos “[...] considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”. O autor também diz que

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1993, p. 8).

Entendemos que a memória de maneira consciente ou inconsciente está sujeita aos regimes de verdade que permeiam uma sociedade, verdades essas que podem estar sujeitadas a mecanismos socialmente instituídos ou impostos, centrados na forma de discursos científicos e das instituições que os produzem (Foucault 1993).

Thiesen (2009) diz que nenhum saber se institui sem que antes tenha circulado em diferentes instâncias da sociedade, logo, a verdade e as regras que ela estabelece seriam o resultado de formações sociais, porque o pensamento precede a forma. Portanto, reafirmamos a possibilidade de existência de contextos que fazem com que uma determinada memória seja evocada diante de algumas circunstâncias ou que fique esquecida.

Pollak (1989) reconhece a existência de memórias subterrâneas e memórias marginalizadas, que muitas vezes não são registradas oficialmente, mas habitam na oralidade e na mente das pessoas. São aquelas que não foram registradas, tampouco compartilhadas e que, dentro do quadro de uma memória “oficial”, ou seja, aquela que é oficialmente reconhecida como legítima por conta de processos de juízos de valor, ficaram esquecidas e muitas vezes não acharam espaço para aparecer e fazer parte da história; contudo, elas existem.

O autor fala de um processo chamado de “enquadramento da memória”, que consiste em enquadrar a memória em um sistema de referência, ou seja, a existência de um passado em comum como uma referência para a memória coletiva, servindo de base para interpretar passado, presente e futuro.

Esse enquadramento se reflete em traços materiais. O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história (Pollak 1989). Dentro desse mesmo contexto, Pollak (1989, p. 10) ainda diz que “A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX, atualmente, os edifícios dos grandes bancos”.

Dessa forma, compreendemos que objetos e lugares também podem servir como canais que representam e evocam a memória. Servindo também como fontes de referência para interpretar e estudar a história. Apesar de diferentes, a relação entre memória e história é relevante para compreender o passado e sua reverberação no presente. Compreendemos que esse processo de enquadramento da memória resulta na criação de registros e lugares que servem como referência para uma “memória” e história em comum para as sociedades humanas.

A materialidade colabora para que haja um processo de construção de narrativas que ficam em evidência e outras que ficam silenciadas por não fazerem parte do que foi selecionado para ser registrado e visto. Diante desse contexto, trazemos novamente Pollak (1992) quando o autor diz que a memória é um fenômeno

construído, tanto de forma consciente ou inconsciente, e que nem tudo fica registrado ou gravado.

Le Goff (1990, p. 366) diz que os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Logo, reconhecemos a memória como um fenômeno cuja essência é viva, carregada por grupos vivos, como diz Nora (1993), e que não está sujeita as sistematizações da história, todavia, o ser humano encontrou formas de representar a memória em meios materiais.

As representações materiais da memória são um dos meios que podem servir como referência para o conhecimento, o estudo e a análise crítica do passado, bem como das narrativas que constituem os registros, especialmente por meio das instituições que regulam a vida em sociedade. Essa representação, por meios fixos e estáveis, resulta em elementos que se configuram como referenciais da memória, gerando “[...] marcos ou pontos relativamente invariáveis, imutáveis” (Pollak, 1992, p. 201).

Com o passar das gerações e com a invenção da escrita ou grafia, houve um aumento das sociedades de tradições escritas em detrimento das tradições orais, ou seja, os registros escritos passaram a ser a base da constituição das sociedades.

Seja nas mentes, através de processos mnemotécnicos, no bronze ou na argila pela arte do ferreiro ou do oleiro, seja sobre o papiro do escriba ou o pergaminho do copista, as inscrições de todos os tipos — e em primeiro lugar a própria escrita — desempenham o papel de travas de irreversibilidade. Obrigam o tempo a passar em apenas um sentido; produzem história, ou melhor, várias histórias com ritmos diversos (Pierre Lévy, 1993, p. 47-48).

Devido a essa transição nas formas de transmissão na sociedade, a escrita passou a se consolidar como um dos principais meios de registrar as impressões individuais e coletivas, bem como os feitos das pessoas. Paralelamente, as instituições existentes necessitavam de meios para comprovar e legitimar suas ações, estabelecendo-se como agentes reguladores e prestadores de serviço da vida social.

Le Goff (1994) compreende que a memória histórica está relacionada com o aparecimento das sociedades escritas, vinculadas aos registros do passado. Logo, esses registros passaram a se constituir como um meio de se investigar, conhecer, construir e reconstruir a história de pessoas e sociedades. Assmann (2011, p. 16) ainda comenta que “O aumento constante da capacidade dos dispositivos para armazenar conhecimento corresponde diretamente ao declínio crescente do saber de cor”.

Lévy também alerta sobre essa questão ao afirmar que

As tecnologias intelectuais ocupam o lugar de auxiliares cognitivos dos processos controlados, aqueles que envolvem a atenção consciente e dispõem de tão poucos recursos no sistema cognitivo humano. Desta forma, as tecnologias intelectuais servem como paliativo para certas fraquezas dos processos automáticos como as heurísticas de raciocínio e os mecanismos esquematizantes da memória de longo prazo (Lévy, 1993, p. 56).

Tomando a escrita como uma das tecnologias intelectuais mencionadas pelo autor, sua invenção, acompanhada pela produção em massa de registros, resultou na diminuição da capacidade das pessoas de memorizar e exercitar a mente.

Esse processo foi intensificado pelo aumento dos dispositivos que captavam e registravam a memória. Assim, a memória da humanidade, antes transmitida apenas de maneira oral, passou a ser evidenciada em documentos de suportes variados.

Dentro desse contexto, Oliveira e Castro (2011, p. 312) contribuem para a discussão ao afirmar que “As limitações da memória humana levaram o homem a buscar em recursos externos as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento.” Esse cenário, está aliado à necessidade de

[...] possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo, levou à criação das chamadas instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus (Oliveira; Castro, 2011, p. 312).

Huyssen (2011, p. 9) observa um fenômeno que ele chama “[...] emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.” O autor traz algumas características desse fenômeno, e uma delas é intensa a vontade das sociedades de trazer o passado para o presente, o que leva à adoção de práticas de rememoração de eventos históricos, mais especificamente os eventos traumáticos, ligados a nações e estados específicos, como uma maneira de criar políticas democráticas que visam avaliar os erros do passado (Huyssen, 2011).

A outra característica é o já comentado fenômeno do esquecimento. Huyssen (2011) questiona se não existe uma excessividade de memórias e do desejo de lembrar, por conta do medo do esquecimento.

Diante do contexto apresentado, compreendemos que os registros gerados com base nas ações dos indivíduos no decorrer de suas atividades administrativas e até pessoais constituem a memória comum da humanidade. São materiais onde aspectos históricos ganham vida e fornecem evidências concretas, onde a história e

a memória encontram suas fontes de pesquisa para desvendar e conhecer o passado e se utilizam dessas mesmas fontes para tomar decisões futuras.

A preservação dos materiais que representam a memória e a conectam à história é uma maneira de assegurá-la. Apesar das questões discutidas anteriormente sobre a materialidade, compreendemos que esses materiais são registros de acontecimentos e eventos. Contudo, narrativas que não foram documentadas, ou que não possuem tanta evidência e circulação em detrimento de outras, estão sujeitas ao esquecimento.

Embora essas fontes não captem a totalidade dos acontecimentos, sentimentos e vivências, ainda atuam como subsídios para o conhecimento e possibilitam que seja realizada uma análise crítica do que aconteceu. Além disso, permitem estudos sobre como esses eventos se relacionam com o presente. A memória, mesmo tendo seus fundamentos também na tradição oral, que compreendemos ser de extrema relevância, se ancora também em registros e em lugares.

A materialidade é um meio que possibilita sua fixação e circulação, facilitando o processo de comunicação e ressignificação devido à estabilidade do suporte e do conteúdo, permitindo a atribuição de novos significados aos eventos – uma ação essencial para a evolução de uma sociedade.

Nesse contexto, é importante destacar que a preservação é um dos procedimentos que podem assegurar a memória. A preservação está no campo dos processos, das políticas e das funções voltadas a assegurar atividades como o acondicionamento, o armazenamento, a conservação e a restauração do suporte. Essas ações criam as condições necessárias para que a memória seja mantida e transmitida, mas a memória está relacionada às vivências e sensações humanas, não se limitando ao que é material.

A memória é parte viva da sociedade humana: instituições, comunidades e pessoas possuem registros que contribuem para parte do entendimento da história coletiva da humanidade e do mundo.

Essa dinâmica, incluindo os aspectos de preservação, contribui para a formação da memória institucional. Pois nos aspectos da materialidade, se encontram os registros que formalizam as ações das instituições na sociedade, bem como as circunstâncias que envolvem sua criação. Assim, através do documento, a informação pode se manifestar de uma forma registrada e que lhe permite transcender esse espaço e tempo.

2.2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Conforme discutido na seção anterior, as produções documentais escritas se constituem como uma das formas mais tradicionais utilizada pelas pessoas para registrar suas ações. Os documentos desempenham um papel fundamental na sociedade da informação, pois servem como fontes históricas, evidências comprobatórias, instrumentos de pesquisa e meios para a execução de práticas jurídicas e legais.

No contexto da pesquisa, trabalhamos as instituições como aquelas legalmente instituídas por meios jurídicos. Logo, elas precisam registrar suas ações para obter legitimidade e poder de atuação na sociedade. Nesta subseção, discutimos a memória institucional e suas especificidades, destacando as características que a constituem.

Para compreender a memória institucional, é preciso, primeiramente, compreender o que são instituições e o contexto em que elas estão inseridas na sociedade. As instituições são organizações formais que emergem como produtos das relações entre o indivíduo e sociedade, seja para atender às demandas sociais que surgem e se modificam continuamente ao longo das gerações, ou como um instrumento de regulação e organização da vida social.

Podemos compreender instituições, inclusive, como relações sociais que são institucionalizadas. Conforme afirma Icleia Thiesen (1997, p. 1), “[...] as instituições funcionam em conjunto, apesar das singularidades que venham a caracterizá-las como família, trabalho, hospital, Igreja, Estado, polícia, etc.”. Nesse sentido, entendemos que as instituições aparecem na sociedade em formas variadas, podendo ser organizações governamentais, de caráter público ou privado, agrupamentos de pessoas, instituições religiosas, educativas ou elementos instituídos para fornecer serviços de acordo com as múltiplas necessidades que os indivíduos possuem.

Para Thiesen (1997, p. 33), “[...] é da natureza da instituição ser coletiva”. Ao considerarmos como as instituições agem e interferem no coletivo, percebemos que suas ações transcendem os atos administrativos, podendo se configurar como eventos de impacto permanente na história, seja no passado, presente ou futuro. As instituições tendem a acompanhar e/ou moldar os processos evolutivos aos quais as sociedades estão sujeitas.

Lima, Oliveira e Moura (2017, p. 4) afirmam que, “[...] para preservar a Memória Institucional não basta resgatar o passado, mas compreender e apreender a relevância social deste passado para as próximas gerações”. As instituições são um meio através do qual podemos enxergar a configuração política, social e econômica vigente, bem como permitem conhecer como eram esses cenários no passado à medida que se pode observar a forma de atuação e produção de uma determinada instituição.

Mas, além disso, elas nos permitem conhecer como suas ações se relacionam com os eventos presentes e como moldaram a história, sendo possível também compreender o legado da instituição, possibilitando que lições sejam extraídas desses quadros e, a partir disso, promover mudanças de decisões.

Esses processos sociais evolutivos, juntamente com as demandas que surgem das necessidades dos indivíduos, assumem uma forma reconhecível.

Tornar-se estável significa assumir alguma forma reconhecível. É admirável como as instituições passam a apresentar tipos estáveis que podemos reconhecer em diferentes épocas e circunstâncias. O fato de podemos falar de uma burocracia de complexidade bizantina ou de que podemos reconhecer os instrumentos monetários sob uma forma exótica é a prova da existência de tipos de instituições resistentes (Douglas, 1998, p. 130).

As instituições possuem uma capacidade de se ancorar em estruturas identificáveis, de modo que tornam possível sua sobrevivência e adaptação em meio às mudanças políticas, culturais, tecnológicas e econômicas de uma sociedade, ou que atuem como um instrumento promotor dessas mudanças.

As instituições em suas mais variadas formas encontram seu nascimento e permanência no seio da sociedade. Thiesen (1997) declara que é preciso abordar o campo social como lócus institucional. Antes de seu estabelecimento formal, um conjunto de necessidades, discursos ou vontades precederam o ato de surgimento de uma instituição.

Do mesmo modo que, para se manterem atuantes, elas precisam de retorno ou atuar como mecanismo de controle do social, se tornando assim impossíveis de se desvincularem da esfera social. É no meio social que observamos a dinâmica das instituições e suas relações com os indivíduos.

Essas demandas e mudanças naturais das sociedades humanas, ao assumirem uma forma estável, representadas por uma instituição, passam a encontrar meios legais ou formalmente válidos, em teoria para serem atendidas.

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivavam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos etc. Todo esse percurso nas esferas de vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens (Thiesen, 2013, p. 27).

Através do comportamento e das produções materiais de uma instituição, é possível reconhecer o quadro social do seu ambiente: sistemas predominantes e destituídos, práticas de alcance em diversas escalas dos mais variados grupos e segmentos sociais, culturas, ideologias e costumes.

As instituições e a sociedade estão intrinsecamente entrelaçadas e são indissociáveis, mantendo uma relação de interdependência. Como aponta Thiesen (2013, p. 312), “As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania.” As instituições precisam de um contexto social para surgir e operar, enquanto a sociedade necessita da atuação da instituição e da prestação de seus serviços. É por meio das instituições que os indivíduos exercem seus direitos legais, possuem seus direitos estabelecidos e são reconhecidos como cidadãos.

Compreendemos que a memória de uma instituição nasce juntamente com ela, e concordamos com os pensamentos de Thiesen quando a autora diz que “Se a instituição existe, a memória se plasma” (Thiesen, 2013, p. 312). Podemos inferir que o próprio ato de criação de uma instituição já se configura como uma ação que ficará marcada na história, estabelecendo um ponto crucial em sua trajetória e que a instituição pode desejar recordar ou até mesmo celebrar.

Contudo, esses marcos na trajetória institucional, também podem adquirir um sentido negativo, caso, ao longo da sua atuação, a instituição se envolva em ações ou problemas que a façam ser lembrada como responsável por danos ou injustiças à sociedade, causando um ruído na memória que inicialmente na identidade que instituição desejou firmar.

O surgimento de uma instituição tem o poder dar vida e voz a pessoas e grupos, ou de silenciá-los, sendo assim, elas podem ser um marco na trajetória de uma parcela da população que, ao contemplar o surgimento de uma instituição, vê uma possibilidade de suas necessidades serem atendidas, ou o oposto disto:

É fruto de demandas sociais variadas, como variados são os tipos de instituições existentes. Nesse sentido, ao se instituir, a instituição é o novo. E o novo é o atual. Entender a instituição como acontecimento é entendê-la como interrupção de uma série, como um fenômeno que

emerge como resposta a determinados problemas engendrados no seio da sociedade. Trata-se de uma ruptura de evidências e práticas (Thiesen, 2013, p. 79).

A interação entre a instituição e o indivíduo é essencial para a manutenção e o desenvolvimento das comunidades humanas. O percurso de uma instituição, seu legado, suas contribuições e os impactos – positivos ou negativos – no ambiente em que atua, se refletem em sua produção diária. Esses aspectos ficam registrados nos documentos que a instituição gera, que servem como meios pelos quais um ato administrativo ganha poder e legitimidade para ser realizado.

Esse percurso também pode ser enxergado através das pessoas vinculadas a determinada instituição, sejam elas as que possuem vínculo profissional, as que foram assistidas pelos seus serviços ou as que os solicitaram e não foram atendidas, ou ainda qualquer pessoa que tenha a trajetória da sua vida cruzada com a da instituição.

Nesta perspectiva, a Memória Institucional também é uma construção que traz em si as contribuições das pessoas que dela fazem parte, de tal maneira que seus colaboradores cooperam para constituir a história que a instituição pretende preservar (Lima; Oliveira; Moura; 2017, p. 4).

Compreende-se que qualquer forma de impacto que a instituição provoque em uma vida, ainda que mínimo, une a trajetória da instituição à do indivíduo. Tanto os que possuem vínculo institucional, como as pessoas que foram impactadas com a atuação da instituição, se tornam elementos que fazem parte da sua história e memória.

No decorrer das atividades dentro e fora do ambiente institucional, a memória vai surgindo e se fazendo presente nos registros, nas ações promovidas e nas atitudes das pessoas.

A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais (Thiesen, 2013, p. 37).

Como abordado anteriormente, entendemos que a memória institucional é composta tanto pela forma como a instituição se relaciona com a sociedade, como pelos produtos materiais que são utilizados como meio para exercer suas rotinas administrativas.

O conceito de memória institucional, por vezes, é confundido pelas pessoas com o conceito de memória organizacional. Em uma tentativa de diferenciar os dois

conceitos, Thiesen (1997, p. 50) diz que a “[...] questão prioritária da organização é a eficácia. E a da instituição, a legitimidade”. Bortolin e Santos colaboram com a diferenciação dos dois conceitos quando dizem que:

[...] é possível inferir que a memória institucional seria então um termo mais fluído, abrangendo credibilidade, identidade, referência histórica, enquanto a organizacional converge para as práticas diárias. Mediante essas concepções, podemos entender que as duas expressões Memória Institucional e Memória Organizacional são fenômenos que ocorrem no tempo e no espaço institucional contemplando o social (Bortolin; Santos; 2018, p. 5).

Sendo assim, entendemos que a memória organizacional está vinculada aos mecanismos, técnicas, instrumentos e práticas diárias que uma organização precisa adotar para que seu funcionamento seja eficaz. Estando ela ligada à eficácia, engloba as estratégias de otimização que envolvem as atividades administrativas de uma instituição e seus relacionamentos internos e externos visando proatividade e eficácia.

Para Thiesen (1997, p. 51), “[...] a memória organizacional poderia ser vista como um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menos eficácia organizacional.” Já a memória institucional diz respeito a tudo que é socialmente legitimado através dos processos sociais de institucionalização que formalizam e validam discursos e ações.

Rueda, Freitas e Valls colaboram com a discussão quando dizem o seguinte:

A principal diferença entre Memória Organizacional e Memória Institucional está no foco de cada atividade, enquanto o termo Memória Organizacional leva à ideia da eficácia que aceita mudanças no seu trajeto, o termo Memória Institucional remete à ideia de legitimidade, criação e identidade [...] (Rueda; Freitas; Valls, 2011, p. 86).

As práticas que fazem parte da memória organizacional estão incluídas na memória institucional pois a identidade e a história de uma instituição vão se construindo na sua rotina. Isso inclui também sua relação com as pessoas, visto que a forma como a instituição causa impacto em suas vidas é o que vai definir perante a sociedade se seu legado foi positivo ou negativo, ou se ela realmente fez alguma diferença no meio em que atua.

Thiesen (2009; 2013) reconhece que a seletividade e a legitimação de saberes é uma das características da memória, e que as instituições fazem parte desse processo por possuírem poder para tal. Entendemos que as instituições possuem

poder para selecionar quais partes da sua memória serão oficializadas e ganharão visibilidade e quais serão silenciadas e esquecidas.

Dessa forma, compreendemos as instituições e a memória institucional como sendo um recorte da memória social, visto que fazem parte da dinâmica da sociedade. Silva e Martins (2022, p. 16-17) entendem que esse processo de legitimação por parte das instituições sociais não é algo estático e imutável, por conta do caráter dinâmico da memória.

Entendemos que uma das características que a materialidade dos documentos possui no que diz respeito a memória das instituições, é a de permitir que essa legitimação não seja permanente. Concordamos com Silva e Martins quando os autores dizem que

[...] é possível perceber que as informações são potenciais de memória. Entendendo que a multiplicidade dos registros informacionais custodiados pelas instituições não são a memória, mas sim fontes que podem ativá-las, rememorá-las e ressignificá-las a partir do uso dos registros que permitem que a memória seja constantemente atualizada, fortalecendo as identidades culturais e transformando os vínculos sociais (Silva; Martins, 2022, p. 13).

Dentro desse contexto, temos o documento arquivístico, tema central da próxima seção, que se configura como um elemento fundamental da vida institucional, pois é produzido no decorrer das atividades organizacionais, funcionando como testemunho e legitimação de suas ações. Além disso, esses documentos seguem uma organicidade que reflete, inclusive, as redes de relações da instituição, evidenciando sua estrutura, funcionamento e impactos ao longo do tempo.

Compreendemos o documento arquivístico como sendo um desses registros informacionais citados pelos autores acima. Dessa forma, eles funcionam como fontes de formação e canais de evocação da memória, atuando como elementos que, ao serem acessados pelas pessoas, possibilitam que os significados atribuídos aos diferentes momentos da história das sociedades possam ser revisitados, reinterpretados e ressignificados, os inserindo em novos significados culturais e sociais.

Iremos retomar as reflexões de Pollak acerca da memória (1989; 1992), onde o autor a compreende como um fenômeno constituído por vivências, sendo socialmente construída tanto de forma individual quanto coletiva. O autor reforça o caráter dinâmico e fluido da memória, destacando que “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 203). Essa seletividade,

que acontece devido a fatores sociais relacionados a poder de escolha, pode resultar também em uma documentação igualmente seletiva: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é” (Pollak, 1992, p. 207).

Pollak (1989;1992) também aborda as memórias marginalizadas, aquelas que não são privilegiadas em detrimento de uma memória reconhecida como oficial pela história, muitas vezes representada pela memória nacional. Para o autor, essas memórias podem ser encontradas e tratadas pela história oral.

Destacamos que reconhecemos a relevância dessas questões, mas não constituem o foco principal desta pesquisa. Contudo, reconhecemos que o caráter seletivo da memória, inclusive no contexto institucional, pode resultar em esquecimento, silenciamento e até apagamento de outras histórias e narrativas, através da escolha e seleção de materiais.

Pollak (1992), como já comentado, aborda a questão do "enquadramento da memória", onde o autor reforça a ideia de que a memória é organizada e estruturada a partir de contextos sociais e culturais específicos, para dar sentido ao passado e determinar o que vai ser lembrado e esquecido.

Thiesen (2009) complementa essa discussão ao afirmar que os trabalhos de enquadramento da memória social dão um sentido de pertencimento e identidade através dos objetos materiais – inclusive o documento –, que são utilizados nos lugares de memória para representar discursos organizados, fatos e documentos.

As instituições e organizações desempenham um papel essencial nesse processo, influenciando diretamente a maneira como a memória é transmitida, bem como a forma como as fontes que a representam são constituídas e preservadas. No entanto, esse processo de seleção e legitimação pode gerar lacunas na história, resultantes das escolhas sobre o que será registrado e preservado.

Pollak (1992, p. 10) destaca que “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus.” Sendo assim, as instituições fornecem materiais que são essenciais para a construção e manutenção da memória e identidade institucional, contribuindo para o desenvolvimento de seu papel na sociedade.

Silva e Martins (2022) corroboram com esse pensamento ao afirmarem que “Além da história oral, também é possível a reconstrução da memória por meio dos recursos materiais pertencentes aos múltiplos grupos sociais” (Silva; Martins, 2022, p.

9). Esses elementos materiais, por possuírem conteúdo fixo e forma estável, facilitam o fenômeno da ressignificação, devido ao fato de permitirem a revisitação dos fatos e a mudança na compreensão deles, além de possibilitarem o resgate de aspectos que poderiam estar esquecidos anteriormente.

Conforme as reflexões apresentadas, entendemos que a memória, apesar de ser uma construção social e um fenômeno dinâmico e fluído, também está sujeita aos processos seletivos que ocorrem no meio social, incluindo o institucional.

Entendemos também que os documentos produzidos por uma instituição são elementos essenciais para a construção e manutenção de sua memória. Dessa forma, a gestão e preservação adequadas desses documentos permitem acessar informações e recontar a história da instituição. Conforme discutido na seção 2, as ações de preservação e gestão dos materiais da memória estão no campo das políticas e processos institucionais.

Retomando as funcionalidades dos valores probatório e informativo do documento arquivístico, elementos fundamentais para o funcionamento das instituições, os compreendemos como fontes de armazenamento das suas práticas de rotina, sendo assim, elementos de apoio à memória da instituição.

[...] podemos afirmar que a gestão documental é essencial para as instituições, uma vez que sua produção de documentos é constante, como também precisamos preservá-los para resguardar sua memória institucional. Sob este viés, preservar a memória de uma instituição é mantê-la viva e fortalecer seus alicerces (Lima; Oliveira; Moura, 2017, p. 3).

Dessa forma, a instituição que se preocupa com a gestão e preservação do seu patrimônio documental está preservando elementos que ajudam na construção da sua identidade, que comprovam suas ações e que, conseqüentemente, abrigam a memória institucional.

Essas ações, quando executadas corretamente, asseguram a integridade dos documentos, permitindo que a história da instituição seja não apenas acessada, mas também ressignificada ao longo do tempo. Quando a gestão documental é realizada de forma eficaz, a instituição garante a segurança de suas informações administrativas, que são fundamentais para a formação de sua identidade e trajetória, preservando assim seu legado e sua continuidade.

Através dessas informações, é possível perceber o perfil da instituição, o perfil das pessoas que passaram por ali ao longo dos anos, conhecer suas trajetórias, seus

trabalhos e contribuições para a sociedade, por meio da sua atuação dentro do ambiente institucional.

Como diz Thiesen (2009, p. 78), “Se a memória é a personificação do passado, e se a sua materialidade, ou seja, o documento, se perde ou está fora do lugar instituído para abrigá-los, então não há com suscitar o a presença do passado, nem pela via da memória, nem pela via da história.” Portanto, o papel das instituições vai além de somente gerir e preservar seus documentos com finalidades administrativas.

Esses registros materiais se constituem não apenas como meios que se preservam tal qual um canal que conduz a memória, mas também possibilitam a ressignificação dos fatos e o resgate de aspectos que poderiam anteriormente ter sido silenciados ou esquecidos.

Conforme defendem Rueda, Freitas e Valls,

Informações organizadas e seguras para o dia a dia ou para momentos importantes de tomada de decisão fazem parte da rotina de qualquer tipo de instituição e tem como resultado dados, procedimentos, produtos e conseqüentemente toda a documentação desses processos que fazem parte da Memória Institucional por estarem relacionados à sua trajetória (Rueda; Freitas; Valls, 2011, p. 9).

Os documentos arquivísticos de uma instituição são relevantes para seu passado, presente e para o futuro, pois servem como elementos de referência de suas práticas. Através das informações contidas neles, a instituição pode rever e atualizar suas práticas, identificar os motivos pelos quais essas práticas deram certo e quais delas precisam ser melhoradas, garantindo assim a sua eficácia e estabilidade, além de serem uma forma de se conhecer o impacto da instituição na história da sociedade, e reconhecer a participação das pessoas que colaboraram para a sua construção.

Ao refletir sobre a importância da relação entre documento arquivístico e memória institucional, fica evidente que a forma como as instituições gerenciam, preservam e disponibilizam suas informações pode impactar no conhecimento, na cultura e na forma como a sua memória é construída e representada.

Por meio dos documentos, podemos também conhecer a memória, a identidade e a trajetória de uma determinada instituição. Diante de tais motivos, compreendemos que se faz necessário que as instituições pensem em ações, estratégias e políticas eficientes de gestão e preservação dessa documentação, de forma que contemplem todos os tipos de usuário de maneira democrática.

3 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Esta seção, juntamente com as subseções que a acompanham, possui como objetivo apresentar e discutir o conceito de documento arquivístico, explorando sua relação com a memória e com os estudos característicos da Ciência da Informação. Ao longo do texto, discutimos acerca da materialidade da informação expressa no documento e sua contribuição para os estudos das práticas institucionais e sociais.

Na Ciência da Informação, Paul Otlet (1934) foi o primeiro pesquisador a propor um estudo que contemplava o conceito de documento. O mesmo, em parceria com Henri La Fontaine, criou uma disciplina científica chamada de Documentação, cujo objetivo era o “[...] de promover um serviço transversal, cooperativo entre as diferentes instituições (e entre tipos diferentes de instituições também), intensificando assim a natureza pós-custodial das ações que já vinham sendo feitas pela bibliografia (Araújo, 2018, p. 10).”

Ao realizar estudos sobre a Documentação, Paul Otlet, em sua obra, *Traité de Documentation* (1934), desenvolve o conceito de documento, onde o compreende como “[...] a totalidade dos artefatos humanos, registrados das mais diversas maneiras, nos mais diversos suportes: livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento, registros fotográficos, selos, estampas etc. (Araújo, 2018, p. 11).”

O significado de documento se tornou abrangente dentro da CI e de áreas correlatas, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Suzane Briet, seguidora de Otlet, em seu texto *Qu'est-ce que la documentation?* (1951), conceitua documento como sendo um “[...] signo físico ou simbólico, preservado ou registrado, cujo objetivo é representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual” (Lara, 2013, p. 45).

Dessa forma, o documento, passou a se constituir como uma maneira de registro entre pessoas e entidades para comprovar suas ações e para fazer com que elas se eternizem através do tempo por meio de sua conservação física.

Devido à possibilidade de conservação da informação por meio da materialidade dos documentos, questão que será abordada mais adiante, a realização de ações como o exercício de práticas públicas e sociais, a comunicação, o compartilhamento de informações, a análise e a revisão de discursos e narrativas tornou-se mais viável. Consequentemente, esses materiais passam a ser fontes de

pesquisa histórica, cultural e de composição da memória social, tornando-se, assim, materiais de memória.

O historiador francês Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória*, aborda os materiais da memória coletiva e da história, identificando-os como documentos e monumentos, entendidos pelo autor um como herança do passado e o outro como escolha do historiador.

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 1990, p. 462).

Entendemos os materiais da memória como elementos dispostos de forma material e acessível às pessoas, de forma que cristalizem uma memória. Esses materiais podem ser preservados de maneira natural, o que implica em sua sobrevivência aos desgastes naturais do tempo, ou de forma intencional, mediante cuidados de alguém ou de alguma organização, a partir dos critérios de preservação estabelecidos pelos responsáveis.

Os materiais de memória são canais que evocam as lembranças dos indivíduos com os quais fazem contato e podem, também, ser símbolos e marcos voluntários ou involuntários de um evento relevante para um determinado grupo da sociedade. Le Goff (1990, p. 462) afirma que “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”.

O documento consolidou-se ao longo da história como um material utilizado de maneira legalmente válida para a construção e análise da história. Os documentos produzidos em diferentes épocas por diferentes pessoas e organizações podem ser compreendidos como peças que compõem um grande quebra-cabeça da história de uma vida ou de uma sociedade. A intencionalidade dos documentos marca sua principal diferença em relação às demais formas de monumentos existentes.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, p. 472).

Por mais que um documento possa carregar a intencionalidade do seu produtor e seja selecionado para atravessar gerações, contando uma história e preservando a informação e a imagem desejadas pelo selecionador, seu suporte permite que ele ganhe novos significados. Dessa forma, é permitido que um documento seja alvo de críticas e questionamentos, fique suscetível a novas interpretações e seja passível de ser utilizado para fins diversos, conferindo uma nova roupagem à história.

Ainda de acordo com a discussão de Le Goff (1990, p. 472) sobre documento/monumento como material da memória, “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Reforçando essa ideia, considera-se que o documento também age como um elemento que confere identidade, imagem e legado a indivíduos e organizações.

O documento foi ganhando espaço nas sociedades como um meio de registro de informações que fornecem subsídios para a produção do saber. As instituições se utilizam desse meio em sua rotina para, através da produção diária de documentos, formalizar e comprovar suas ações. O documento produzido dentro dessas condições é chamado de documento arquivístico, ou documento de arquivo.

Na literatura arquivística, é possível encontrar diversos conceitos de documento arquivístico e documento de arquivo. No entanto, notamos que ambas as terminologias, em sua essência, caminham para um entendimento do documento arquivístico como um registro produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, além de ser dotado de organicidade.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) conceitua documento arquivístico como:

A informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades (Arquivo Nacional, 2004).

Sobre documentos de arquivo, Heloísa Bellotto diz que:

Da conceituação clássica de documento de arquivo, que muito resumidamente pode ser a daquele que é produzido/recebido/acumulado por entidade pública ou privada ou pessoa física no exercício das funções que os identificam e que justificam sua presença em determinada sociedade, podem ir surgindo outras facetas que, na medida em que se abrem e se esclarecem,

facilitam a fluência na compreensão e no cumprimento das tarefas arquivísticas: classificação, avaliação, descrição, difusão e ação educativa (Bellotto, 2010, p. 160).

Dentro das instituições, o documento arquivístico possui um papel crucial para a tomada de decisões, pois ele não só registra informações, como também possibilita a formalização de procedimentos legais, tornando viáveis algumas ações que, para serem realizadas, precisam da utilização desse documento.

Corroboramos com os pensamentos Bellotto (2010, p.162): “Qual a especificidade do documento de arquivo? O que o difere dos demais? Evidencia-se à partida, o seu caráter probatório e testemunhal, o seu vínculo originário e necessário com os demais documentos de seu conjunto e com a entidade produtora”. Dessa forma, um documento arquivístico alcança seu significado e sentido quando analisado em conjunto com os demais documentos que acompanham ações que o geraram.

Os documentos de natureza arquivística passam por fases de gerenciamento, funcionalidade e utilização desde o momento da sua criação até o momento em que servirão como documentos históricos para fins de pesquisa ou são eliminados. Essas fases são categorizadas de três maneiras, sendo conhecidas como ciclo de vida dos documentos, ou teoria das três idades, propostas inicialmente por Theodore Schellenberg (1973).

Contudo, os detalhes envolvendo os procedimentos técnicos e uso de instrumentos de gestão e controle de documentos arquivísticos podem variar conforme a estrutura do arquivo ou do local que mantém os conjuntos documentais sob sua responsabilidade, bem como podem depender também do contexto organizacional e social, pois entendemos que cada realidade possui suas problemáticas e particularidades.

A primeira fase pela qual passam os documentos é chamada de fase corrente, na qual os documentos são frequentemente consultados para as atividades diárias. Já na segunda fase, a intermediária, os documentos ainda possuem valor administrativo, porém são acessados com menos frequência para atividades administrativas, dessa forma, se mantém próximos à instituição para fins de eventuais consultas e para passarem por um processo de avaliação, que irá determinar sua destinação final: seja para a próxima fase, a dos arquivos permanentes, ou para a eliminação.

Bellotto (2006) reforça que, após o prazo de validade para a administração, os documentos não são descartáveis, servindo para uso jurídico e, posteriormente, para pesquisa histórica. A destinação final dos documentos é estabelecida de acordo com os prazos de guarda disposto na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), adotada por cada instituição.

Por fim, na terceira fase, chamada de permanente, os documentos não são mais necessários para fins administrativos e operacionais, contudo, passam a possuir valor histórico, científico, legal e cultural. Os arquivos permanentes são de acesso público para todos os tipos de usuários.

A legislação brasileira estabelece normas e diretrizes para a gestão e preservação de documentos arquivísticos públicos e privados em seus diferentes suportes e para a gestão dos arquivos públicos no país, regidas pelos princípios da Arquivologia e áreas afins, dispostas na Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991 – conhecida como Lei de Arquivos.

Tal legislação contempla questões sobre custódia, avaliação, elaboração de instrumentos de gestão, pesquisa, acesso, eliminação, proteção ao patrimônio documental, salvaguarda e administração de instituições arquivísticas públicas e privadas. Lembramos de que a lei também se aplica à parte arquivística das instituições que possuem acervo misto.

De acordo com o artigo 1º da Lei de Arquivos, é de responsabilidade do poder público gerenciar os documentos arquivísticos e protegê-los para que sirvam como instrumentos de apoio à cultura, ao desenvolvimento científico e sirvam também como fontes, prova e informação. Já o artigo 2º define "arquivo" como o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por diferentes tipos de entidades, sejam elas públicas, privadas, ou até mesmo pessoas físicas. Esses documentos são criados no curso de suas atividades específicas e podem ter qualquer tipo de suporte ou natureza (Brasil, 1991).

A Lei nº 8.159/1991 também estabelece a classificação dos documentos arquivísticos públicos em três categorias principais, dispostas no artigo 8º:

- a) **Documentos correntes:** aqueles que estão em uso ativo ou que, mesmo sem movimentação frequente, ainda são consultados regularmente (§ 1º).
- b) **Documentos intermediários:** documentos que não possuem uso corrente nos órgãos produtores, mas são mantidos temporariamente, por razões

administrativas, enquanto aguardam eliminação ou transferência para guarda permanente (§ 2º).

- c) **Documentos permanentes:** conjuntos de documentos preservados de forma definitiva devido ao seu valor histórico, probatório ou informativo (§ 3º) (Brasil, 1991).

O artigo 9º estabelece que a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas ou de caráter público só pode ser realizada com autorização da instituição arquivística responsável, conforme sua esfera de competência. O artigo 10º diz que os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis. No artigo 26 da Lei 8.159/1991, é criado o CONARQ, órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (Brasil, 1991).

O CONARQ é responsável por formular diretrizes para documentos arquivísticos, elaborando e definindo políticas e normas relacionadas à produção, gestão, uso, guarda, preservação e acesso a esses documentos, bem como se ocupa da preservação do patrimônio documental e de promover capacitação de profissionais da área, além de promover ações culturais, conscientizadoras e educativas que assegurem a função social dos arquivos.

No Brasil, também existe a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 19 de novembro de 2011) que estabelece normas e diretrizes para garantir o acesso dos cidadãos a informações públicas de órgãos do poder público em todas as suas esferas: federal, estadual e municipal. A lei assegura o acesso a documentos de interesse público e social recolhidos ou não, assim como a arquivos ou que estão sob custódia de entidades privadas (Brasil, 2011).

Também fazem parte da legislação arquivística as diretrizes referentes à Classificação de Documentos Arquivísticos dentro dos arquivos permanentes, assim como a Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos Arquivísticos. Os planos de classificação e as TTDDs são instrumentos que refletem as funções e atividades de um órgão e/ou entidade, utilizados para classificar, avaliar e definir a destinação final de todos os documentos produzidos e/ou recebidos por uma instituição (Arquivo Nacional, 2021).

Além dos atributos que definem um documento arquivístico e que compõem sua materialidade, como a fixação em um suporte e as ações que podem ser feitas

em cima disso, compreendemos também como parte dessa materialidade a relação dinâmica que pode ser estabelecida entre documento, informação e usuários.

Um documento se define como tal quando faz sentido para alguém em alguma circunstância. Esse aspecto pragmático revela o caráter social e simbólico da informação em face aos diferentes ambientes e situações concretas de uso (Lara; Ortega, 2013, p. 3).

Para a compreensão de um documento, faz-se necessário muitas vezes levar em consideração seu contexto social de produção, os processos cognitivos dos indivíduos, e seu significado atrelado ao efeito que a informação gerou na pessoa.

Nesse sentido, o documento arquivístico pode ser entendido como algo passível de questionamentos, sendo interpretado além da ótica de quem o produziu ou de quem é responsável por contextualizar o conteúdo. Dessa forma, o documento arquivístico se configura como um elemento representativo, cujo significado pode variar conforme a situação, podendo ser alvo de reflexões críticas.

A CI estuda a informação em suas diversas formas de existir. Michael Buckland (1991) apresenta a informação sob três enfoques: informação-como-processo, informação-como-conhecimento e informação-como-coisa. Para Buckland (1991), a informação-como-processo refere-se ao fato de se informar e comunicar algo a alguém, alterando seu estado. A informação-como-conhecimento se trata daquilo que é traduzido em conhecimento, aquilo que é absorvido na informação como processo e compartilhado. Já a informação-como-coisa é atribuída a objetos com teor informativo, como por exemplo, dados, textos e documentos.

Ao relacionar informação-como-processo e informação-como-coisa, Buckland afirma:

Uma característica chave da 'informação como-conhecimento' é que é intangível: não se pode tocá-la ou medi-la, de modo algum. Conhecimento, convicção e opinião são atributos individuais, subjetivos e conceituais. Entretanto, para comunicá-los, eles têm que ser expressos, descritos ou representados de alguma maneira física, como um sinal, texto ou comunicação. Qualquer expressão, descrição ou representação seria 'informação-como coisa' (Buckland, 1991, p. 2).

A ideia de informação-como-coisa trazida pelo autor leva em conta o caráter tangível e manipulável da informação, além da sua constituição como evidência. A informação-como-coisa difere da informação-como-processo e informação-como-conhecimento porque ambas são de caráter intangível, sendo o conhecimento humano e seu impacto social difíceis de medir e equacionar, ao passo que a

informação-como-coisa, como bem retrata, é expressa de maneira tangível e manipulável.

Diante dessa perspectiva, o documento arquivístico pode ser enquadrado como informação-como-coisa por ser uma informação registrada em um suporte. Documentos de arquivo são informação-como-coisa, informação registrada, assim como o vínculo arquivístico e a organicidade, característicos dos documentos de arquivo, representam a informação como-processo (Vitoriano, 2017, p. 5-6).

Devido à necessidade do registro como um dos atributos para a constituição de um documento arquivístico, as informações que nele estão presentes ficam sujeitas a serem manipuladas e mensuradas, além da aplicação de processos de conservação e preservação do seu suporte. Todavia, os processos cognitivos particulares de cada indivíduo permitem que essa informação possa ser absorvida, interpretada e traduzida em conhecimentos distintos.

Retomando os conceitos de documento arquivístico trabalhados na pesquisa, um documento de arquivo possui valor de prova e testemunho das ações que permeiam sua criação. Entendemos que um documento precisa de algumas particularidades para ser caracterizado como um documento arquivístico.

Heloísa Bellotto (2014, p. 306-307) afirma que

Documento de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer - e decorreram - as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, sejam com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que lhe são, hierarquicamente, superiores ou inferiores.

Portanto, documentos arquivísticos podem ser utilizados para as pessoas como elementos para comunicar ações, emitir avisos, formalizar procedimentos acerca de decisões que podem afetar a vida das pessoas ou, ainda, comunicar algo sobre alguém. O documento arquivístico também serve como elemento para a comunicação entre entidades, setores, organizações e estado-pessoas, e por meio deles podemos rastrear as relações institucionais, compreender a dinâmica institucional, além de serem elementos por meio dos quais podemos compreender os regimes de informação.

A tangibilidade, trazida como uma das características da informação-como-coisa, possibilita a realização de procedimentos arquivísticos que visam facilitar o

acesso à informação. Rosely Curi Rondinelli (2013) reflete acerca das convergências entre os conceitos de informação tratados por autores clássicos da Ciência da Informação e da Arquivologia, e aponta a materialidade e a funcionalidade como elementos em comum entre as duas áreas no que diz respeito a informação. A respeito da materialidade, compreende o seguinte:

Em meio a essa realidade, a questão da materialidade aparece como um ponto de convergência entre a Ciência da Informação e arquivologia também no que se refere ao conceito de informação. Por essa materialidade deve-se entender a vinculação entre informação, documento e suporte estabelecida em ambas as áreas (Rondinelli, 2013, p. 99).

E, sobre a funcionalidade, a autora diz que:

[...] dados, ideias ou elemento referencial devidamente registrados, ou organizados, ou estruturados, ou ainda modelados, têm por função comunicar conhecimento, testemunhar ações, o que evoca imediatamente a abordagem etimológica e semântica da entidade informação (Rondinelli, 2013, p. 99).

Apesar das particularidades que caracterizam o documento arquivístico, ele se constitui como um elemento que é utilizado como parte do processo de comunicação, que gera conhecimento, que cumpre o exercício da cidadania e, principalmente, com o devido acesso, promove transparência para as pessoas a respeito das ações das organizações que afetam e regulam a vida em sociedade de forma direta ou indireta. Portanto, corroboramos com Rosa e Albuquerque (2019) quando as autoras dizem que

As informações disponibilizadas pela Arquivologia têm possibilitado que, não só os estudiosos da área se beneficiem, mas, também, que os cidadãos em geral se identifiquem com a sociedade na qual pertencem, e, como resultado desse conhecimento, colaborem para construção e preservação de uma memória social (Albuquerque; Rosa 2019, p. 2).

Os documentos arquivísticos não servem apenas como instrumentos de apoio à pesquisa científica; também integram uma parte essencial da memória de uma sociedade. Eles refletem os diversos aspectos que compõem a configuração política, social e econômica de uma sociedade, sendo assim um reflexo da produção individual, grupal e coletiva. Esses registros representam uma memória “oficial”, refletindo o que foi pensado e validado em determinado contexto histórico e social.

Conforme diz Bellotto:

Autenticidade, confiabilidade, integridade, permanência, é o que se espera dos documentos de arquivo como garantia de cidadania, de governabilidade, de entendimento e permanência do respeito aos

direitos e deveres entre governantes e governados, na esfera pública, ou mesmo, dentro dos microcosmos das organizações e entidades privadas (Bellotto, 2010, p. 162).

Diante dessa afirmação, compreendemos que os documentos arquivísticos enquanto detentores de informação orgânica são elementos importantes para informar a comunidade e contribuir seu para o desenvolvimento intelectual e cultural. Além disso, é essencial garantir o acesso a essas informações e compreender como elas influenciam a vida das pessoas e a maneira como a memória é percebida e transmitida através dos documentos arquivísticos. Entendemos que é importante ressaltar que a perda e a negligência dessas informações, podem resultar em lacunas significativas para o produtor e para a história.

3.1 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E MATERIALIDADE

Bernd Frohmann (2008) aborda a materialidade da informação no que diz respeito aos documentos através dos pensamentos do filósofo Michel Foucault sobre enunciados. A análise de Foucault sobre enunciados segundo Frohmann traz uma distinção entre fisicalidade e materialidade dos enunciados:

Ao contrário de um objeto físico, a materialidade do enunciado não consiste simplesmente de sua existência no espaço e no tempo. A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência. Assim, o conceito de materialidade está mais para o conceito de massa da física moderna, do que para o conceito de substância física (Frohmann, 2008, p. 22).

Enunciados, segundo Foucault, no trabalho de Frohmann, não são documentos. O filósofo traz as considerações sobre a materialidade dos enunciados para a realidade da documentação na esfera das instituições, ciência, criação de categorias e enunciados digitais, onde busca investigar as relações de poder, força e estabilidade através de conceitos teóricos advindos da física moderna como massa, energia e força, utilizados por Foucault como analogia para compreensão dos enunciados.

Ressaltamos que a palavra “documentação”, utilizada por Frohmann, não se refere à disciplina científica Documentação. Para Frohmann (2008, p. 21), “[...] sem a atenção à materialidade da informação, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem”.

De acordo com o autor, restringir as práticas informacionais apenas a uma perspectiva cognitiva, onde o foco dos estudos sobre a informação se volta somente para o indivíduo e a maneira como ele processa a informação, limita os estudos sobre o tema, deixando de considerar os aspectos concretos que influenciam o ciclo da informação, como fatores políticos, econômicos, culturais e até institucionais, que vão além da perspectiva de um indivíduo isolado.

Frohmann (2008, p. 21-22) ainda diz que “[...] se ‘documento’ nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação.”

Sendo assim, compreendemos que os estudos da materialidade da informação, por meio do documento, colaboram para uma compreensão mais profunda do funcionamento dos sistemas e regimes da informação, bem como dos processos de disseminação, circulação, produção e institucionalização da informação, elementos fundamentais para os estudos acerca do seu caráter público e social.

Frohmann, ao falar sobre as discussões trazidas por Foucault acerca dos enunciados, no contexto institucional, diz que, para esse autor, “[...] as rotinas institucionalizadas estabelecem e mantêm as relações entre enunciados, dando a eles peso, massa, inércia e resistência. Elas respondem pela materialidade dos enunciados” (Frohmann, 2008, p. 21).

Os documentos dentro de um contexto institucional, de acordo com o texto de Frohmann (2008), possuem uma materialidade pronunciada por serem produzidos e validados de acordo com o recorte da instituição, permitindo que através dessa materialidade, a vida institucional dos documentos seja rastreada.

O autor utiliza o exemplo de registros psiquiátricos para ilustrar a vida institucional dos documentos por meio das analogias feitas com os conceitos da física citados nos parágrafos anteriores. Um registro psiquiátrico autenticado, ou seja, válido institucionalmente, possui mais peso e massa do que aqueles registros que ainda não migraram para a arena legal.

Nesse sentido, as noções de peso, massa e inércia, trazidas por Frohmann (2008), são usadas como analogia para entender essa dinâmica da materialidade da informação e dos documentos. A noção de peso se refere à validação de um documento dentro do contexto no qual está inserido; compreendemos que, dentro de

peso, podemos incluir ações como publicações, que lhe conferem um determinado juízo de valor.

A massa relaciona-se à quantidade de registros e documentos acerca de determinada informação. Frohmann (2008) ainda traz a noção de energia, que está atrelada ao poder do enunciado de criar efeitos. Os documentos que já fazem parte da arena legal possuem mais energia, que é equivalente aos efeitos e impactos legais, institucionais e sociais que um documento pode possuir, tal como o exemplo dos registros psiquiátricos.

Desta forma, a materialidade de um documento pode ser medida através do seu grau de imersão institucional, que é o que lhe confere o peso, a massa, a energia, a inércia e a resistência. Sendo assim, a inércia diz respeito ao esquecimento e silenciamento de determinados documentos, fato que pode ocorrer por fatores diversos, desde dificuldades com a preservação do suporte até questões de acesso, divulgação, juízo de valor etc.

Em concordância com os pensamentos de Frohmann (2008), compreendemos que o documento arquivístico reflete essa materialidade no contexto trazido pelo filósofo. Isso porque as instituições que o produzem possuem poder jurídico legal para lhes conferir peso, ou seja, lhes atribuir um juízo de valor. Um documento que possui validação legal possui mais peso e massa, termos advindos da física, mas que, dentro do contexto da discussão se referem à sua validação legal e quantidades existentes.

Além disso, uma instituição também possui poder e mecanismos para otimizar ou limitar a circulação, divulgação e acesso aos documentos, seja por fatores intencionais ou por questões de ordem técnica como limitações de infraestrutura, de conservação de documentos, de tecnologias, orçamentárias, recursos humanos etc.

Os documentos arquivísticos que possuem valor legal assim atribuído pelas instituições que o produzem, carregam com eles mais poder de serem vistos como verdadeiros em detrimento daqueles que não passaram por tal processo jurídico de validação. A partir do momento em que um juízo de valor é atribuído a algo, compreendemos que, automaticamente, o oposto é feito com os que não receberam tal juízo, havendo apagamento ou descarte dos demais.

Utilizando como exemplo os documentos, partindo do momento em que lhes são atribuídos valor legal, os demais ficam sujeitos a um silenciamento por não possuírem o mesmo valor, seja ele administrativo ou histórico e, apesar de não ser o foco da pesquisa, deixamos claro que temos ciência de tais questões. As informações

contidas nesses documentos refletem as práticas institucionais e servem como uma prestação de contas à sociedade. Sendo assim, eles possuem o poder de manter as pessoas informadas sobre os acontecimentos do meio social que as circundam e sobre as ações das instituições.

As práticas institucionais conferem à informação, por meio do documento, uma materialidade que vai além da sua representação física. Essa materialidade, está vinculada não somente ao suporte, como também ao poder de circulação e à capacidade de conferir visibilidade a informação.

Frohmann (2008) considera a ideia de que a informação depende de atributos concretos, todavia, também reconhece questões além do que é possível somente através da fisicalidade do suporte. De acordo com Rabello (2019, p. 7),

Se a fisicalidade está relacionada às propriedades físicas do objeto-suporte de informação, a materialidade, ainda que considere tais propriedades, compreende aspectos que estão para além delas, tais como a procedência e o percurso da informação até o momento da inscrição do signo, ou seja, os aspectos valorativos provenientes de práticas sociais e discursivas, sejam elas pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas, ou, ainda, intencionalidades atribuídas ao objeto antes mesmo de ele ser valorado institucionalmente como documento, tais como memória, afetividade, identidade, instrumentalidade, biografia do objeto, dentre outros (Rabello, 2019, p. 7).

Dentre os fatores que conferem materialidade a um documento está o significado que ele adquire dentro de um determinado contexto social, bem como sua representação política, social e sua validação institucional.

Esses fatores são responsáveis por conferir credibilidade a um documento por meio do juízo de valor atribuído a ele, e influenciam no seu significado, alcance e circulação, podendo determinar seu esquecimento ou visibilidade dentro de uma narrativa ao ser frequentemente consultado e utilizado, ou o contrário.

Ainda se utilizando dos estudos de Frohmann (2008) sobre materialidade e documentação, o autor traz as considerações de Ian Hacking e Louis Charland sobre os efeitos da informação, utilizando como exemplo os registros de pessoas que cometeram suicídios. Antes de possuírem uma vida documentária institucional, essas pessoas eram invisíveis perante a sociedade e não eram contempladas com pesquisas nessas áreas, contudo elas sempre existiram.

Hacking reconhece a importância da documentação na emergência de categorias de pessoas em seus estudos da 'avalanche de números que se inicia em torno de 1820'. Antes da avalanche de números sobre

suicídios, por exemplo, não havia pessoas classificadas sob a categoria de 'suicida' (Frohmann, 2008, p. 28)

Outro exemplo trazido recaiu sobre a categoria de pessoas com transtorno de múltipla personalidade, que foi removida das categorias do Manual de Diagnósticos dos Transtornos Mentais pela Associação Psiquiátrica Americana:

O desaparecimento documentário do enunciado remove-o não só de um largo escopo de práticas institucionais, mas – e isso é o que preocupa os pacientes – ameaça sua existência também num largo escopo de práticas individuais, sociais e culturais (Frohmann, 2008, p. 29).

Refletindo sobre as considerações com base nos pensamentos de Frohmann (2008), podemos concluir que as instituições possuem poder para dar voz e silenciar as informações contidas em seus documentos conforme acharem relevante. Entendemos também que é dentro do escopo das práticas institucionais que indivíduos e grupos podem ser conhecidos e constituídos institucionalmente através dos documentos.

Sendo assim, é por meio dessas relações institucionais que indivíduos e ideias passam a ser legalmente reconhecidos e existentes. É se apropriando dessa existência válida juridicamente que as pessoas passam a exercer seus direitos e deveres por meio da vida institucional dos documentos. Compreendemos que, ao falar sobre a materialidade dos documentos, estão inclusos atributos que são viabilizados por meio dela.

A materialidade, tanto pela fisicalidade do suporte como pela energia empregada no reconhecimento e uso dos documentos, possibilita a sua transmissão e permanência além do espaço e tempo em que foi gerado, o fluxo da informação, a integração em sistemas informatizados, a reprodução, o compartilhamento e a comunicação. Conforme afirma Frohmann (2008), o conceito de materialidade se apresenta como uma ponte que conecta informação e práticas públicas e sociais, permitindo que seja possível compreender como a informação se insere na dinâmica institucional e social.

Além disso, essa materialidade não só desempenha um papel essencial no exercício de práticas públicas e sociais como também reforça o caráter identitário do produtor, pois pode fazer com que sejam inseridos em um documento elementos diplomáticos que reforçam o caráter institucional daquele documento e lhes atribuem juízo de valor, marcando uma ação ao longo do tempo como produto específico das atividades de determinada instituição.

Sendo assim, ao se olhar para o documento como uma ferramenta que reflete a identidade de uma instituição, compreendemos como relevante o investimento em cuidados no que diz respeito à sua organização e preservação, pois é uma maneira de assegurar a memória da instituição. Os documentos arquivísticos são elementos fundamentais para a compreensão das práticas institucionais e seus objetivos.

É necessário que as instituições pensem, e sejam contempladas por ações e políticas que garantam a organização e o cuidado com os seus documentos, de forma que eles possam servir como fontes de informação, de memória e história para as pessoas. E que possam também ser capazes de ser elementos representacionais que podem ser conservados para ultrapassar gerações, se devidamente tratados e servirem como instrumento para o conhecimento da sociedade e ressignificarem a memória individual e coletiva.

4 LUGARES DE MEMÓRIA

Pierre Nora (1993), autor que cunhou a expressão “lugares de memória”, diz que há locais de memória porque já não existem mais meios de memória. Conforme abordado na seção 2 deste trabalho, para o autor, a memória se trata da verdadeira vivência dos acontecimentos; ela está abrigada no corpo, nas sensações conhecidas somente por quem viveu.

Já a história, diferente da memória, é um fenômeno que promove a reconstrução de fatos com base em um processo de seleção e análise crítica, sendo uma anulação daquilo que já foi vivido.

De acordo com Nora, a necessidade de se consagrar locais para a memória vem do fato de que não há uma memória espontânea.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 13).

A memória pode estar sujeita ao esquecimento, seja ele provocado pela seletividade da história, ou por conta da perda da capacidade da mente humana de memorizar. Dessa forma nascem os lugares de memória, frutos de uma necessidade de cristalizar e enraizar momentos e eventos, que necessitam de locais e práticas dedicados à memória para ser lembrados.

Os lugares de memória nascem da tentativa de cristalizar, de forma significativa, momentos da história, de forma detalhada, abrangendo cada um de seus elementos constitutivos: quem fez, onde fez, quando fez. Possuem elementos que representam toda a trajetória de um marco histórico, seja de um grupo, de um indivíduo ou de uma instituição. Compreendemos os lugares de memória como sendo referências simbólicas, vestígios e fragmentos de uma memória que já foi vivida.

Os lugares criados para cristalizar a memória são formados por elementos materiais dispostos de forma acessível para as pessoas, de forma que a memória venha a ser evocada a partir destes traços. São espaços intencionalmente construídos, ou podem ser consagrados, com a finalidade de refletir no concreto e evocar as lembranças.

Devido à sua forte representatividade para a história, alguns locais que carregam marcas de memórias significativas para um povo são consagrados como

lugares de memória, podendo ser eles um prédio ou alguma outra construção, uma praça ou um monumento, e ainda que não fossem originalmente criados para esse fim, são utilizados como fonte histórica, pois remetem a um legado e um sinal do passado (Le Goff, 1994).

Por conta de sua sobrevivência as intempéries do tempo, há também aqueles que são escolhidos intencionalmente por meios legais para se tornarem patrimônio histórico e cultural de um local devido ao significado da sua representatividade coletiva, a exemplo da Catedral Basílica de Salvador e o Elevador Lacerda, no Brasil, ambos reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável por “[...] proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras” (IPHAN, 2014, *online*).

Compreendemos que também existem aqueles locais que, ainda que não sejam reconhecidos oficialmente pelas autoridades, ficam marcados na memória e na história de um indivíduo ou de um grupo que se identifica de alguma forma com este local, de maneira mais particular e afetiva. São locais que podem ser marcados pela oralidade e pelo sentimento de pertencimento, podendo ser eles uma casa, uma escola ligada à infância, ou qualquer outro local ligado às lembranças compartilhadas com pessoas próximas.

Assmann (2011, p. 28) se refere a esses locais como locais das gerações, por seu significado surgir do vínculo duradouro que os grupos mantêm com um local determinado, o que acarreta uma relação de afetividade entre as pessoas e o local geográfico, que fica cercado por essas tradições e histórias. Nora (1993) sugere que, nesses lugares de memória, são encontradas maneiras de os indivíduos ligarem sua história ao concreto, para sua existência não ser apagada. Eles são espaços simbólicos onde, por meio deles, as pessoas procuram se reconhecer e preservar culturas, tradições e identidades.

Compreendemos que os lugares de memória também podem se manifestar na existência de espaços que são construídos com o objetivo de preservar e fornecer acesso a uma memória específica. Esses locais geralmente são compostos por elementos materiais representativos, que se constituem como uma tentativa de evocar uma memória e oferecer às pessoas um meio de adquirirem conhecimento, se reconhecerem ou se sentirem representadas. Esses registros materiais podem ser

fotos, mapas, contratos, documentos textuais, visuais, iconográficos, monumentos, entre outros, que estão ali para representar e deixar viva a história.

Nesses lugares e nos elementos simbólicos que eles abrigam, existe a possibilidade de se consolidar narrativas e de criação de laços. A partir do momento em que um indivíduo se sente representado ou se identifica no lugar, ali é estabelecido um sentimento de pertencimento dentro de um lugar de memória.

Gomes, Júnior e Araújo (2014, p. 11) reconhecem que a “[...] memória é um fragmento do evento e cotidianidade do que passou. Por isso, o sentido das identidades consiste nos arranjos e rearranjos dos pedaços e fragmentos do passado.” Para Nora (1993), os lugares de memória nascem de uma vontade de memória, do desejo de se consagrar lugares para cristalizar partes de uma memória que outrora fora vivida, e agora já não consegue mais ser lembrada de forma natural. “É antes de tudo, uma memória, diferentemente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente no que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro [...]” (Nora 1993, p. 14).

Com base nos pensamentos dos autores citados, entendemos que os lugares de memória não são representações exatas de algum acontecimento passado, mas sim fragmentos do que já ocorreu. Se trata também de uma forma de registro do que aconteceu na história, partindo da visão de quem registrou e de quem selecionou o material para estar ali.

Dessa forma, os elementos materiais se constituem como canais de representação e evocação de uma memória, podendo, através da sua relação com as pessoas, atuar como meios de despertar sensações de pertencimento, reconhecimento, identidade, ou o oposto disso.

Eles também representam meios que conferem uma possibilidade de que a memória esteja sempre “[...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Nora 1993, p. 9).

Por compreendermos neste trabalho a memória como algo dinâmico e em constante construção, entendemos também que um dos atributos que a materialidade possibilita é a atribuição de novos significados a esses elementos, de acordo com as constantes mudanças a que as sociedades estão sujeitas, influenciando a forma como as pessoas lembram, interpretam e se relacionam com o passado, presente e futuro.

Podemos entender que os lugares de memória são meios que conduzem as pessoas a rememorar algo que talvez ficasse esquecido no caminho; são meios de cristalizar e marcar experiências, histórias e ações, podendo eles variar em suas formas e intencionalidades relacionadas à sua existência. São testemunhos que preservam histórias individuais, coletivas, que remontam identidades culturais e possuem significado social.

Sendo assim, esses espaços são importantes no que diz respeito à evocação da memória, bem como às tentativas de preservá-la. A materialidade dos seus elementos ajuda a manter viva a memória, ainda que sujeita às influências do tempo e das interpretações, podendo assegurar que o legado e a história de eventos e pessoas seja continuamente revisitado, de forma que também possibilite a atribuição de novos significados.

Dentro do que foi compreendido como lugar de memória estão os memoriais, espaços destinados a homenagear algo ou alguém, a manter viva uma parte da história através de diversos meios e são responsáveis pela custódia, gestão e preservação do acervo. São espaços que promovem a disseminação da informação e cultura, encarregados também de realizar ações culturais e educativas e atividades de pesquisa para o público.

4.1 MEMORIAIS

Guedes e Issberner (2017) trazem em sua obra reflexões sobre os diversos conceitos da palavra “memorial”. As autoras apontam que os primeiros memoriais criados nos anos 1950:

[...] estavam associados ao tema dos genocídios de vítimas de guerra: o Museu da Paz, inaugurado em 1955, na cidade de Hiroshima no Japão, construído no local onde caiu a bomba atômica na segunda guerra mundial, e o Yad Vashem, do ano de 1953, em Jerusalém, em Israel, um dos principais centros para a guarda da memória sobre o Holocausto (Guedes, Issberner, 2017, p.440).

Barcellos (1999) também discute a problemática envolvendo a teoria conceitual da palavra e a forma divergente como ela vem sendo utilizada na prática no que diz respeito à criação de instituições que se denominam memoriais. O autor discute novos sentidos que podem ser aplicados ao memorial, e que o distanciam do conceito do senso comum que associa museu e memorial como sendo a mesma instituição.

O autor considera “[...] o paradigma da ciência museológica ao mesmo tempo indispensável e insuficiente para o conhecimento da natureza da instituição memorial” (Barcellos, 1999, p. 1). Ele também critica o que chama de “saco de gatos”, referindo-se à falta de uma conceituação consensual para o termo, o que faz com que a palavra passe a designar diversas práticas e instituições distintas ao mesmo tempo (Ramos, 2022; Barcellos, 1999).

Barcellos (1999), de maneira semelhante à Guedes e Issberner (2017), identifica os memoriais na categoria de “Palco de Homenagem”, ou seja, locais que possuem o intuito de homenagear personalidades. O autor exemplifica essa categoria de memorial como o Memorial JK, no Brasil, e o memorial em homenagem à princesa Diana, na Inglaterra, ambos com características similares às de instituições com perfil de museu.

Costa (2015) também identifica o memorial como um local voltado a homenagear algo ou alguém:

O memorial passa a ser compreendido como um espaço de memória que enfatiza algo ou alguém e que conserva um patrimônio relacionado a essa homenagem. O memorial passa a fazer parte da construção de conhecimentos sobre a temática a que se insere, e se faz reflexo da identidade cultural, pois nele se infere trocas de experiências (Costa, 2015, p. 33).

Barcellos (1999) identifica ainda outros perfis de memorial, como aqueles que funcionam como grandes centros de cultura: “Levam o nome de memorial, mas, em realidade, são o cenário para as mais diferentes atividades culturais, da música às artes plásticas [...]” (Barcellos, 1999, p. 4). Desta forma, o autor amplia a discussão sobre as aplicações teóricas e práticas do conceito de memorial.

Ramos (2022) analisa a realidade dos memoriais no Brasil e observa que, no país, há “[...] uma variedade de realidades de memorial que vão além do conceituado pelo ICOM/ICMEMO (2001), de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos” (Ramos, 2022, p. 31).

Concordamos com Ramos (2022, p. 28), quando a autora diz que

A questão conceitual é importante, por caracterizar, ou até mesmo conceituar, o memorial a trazer avanços e mudanças em práticas metodológicas de instituições que se autodenominam memoriais e realizam práticas de instituições similares de memória, como se nenhuma diferença o fizesse, a exemplo do museu, do centro cultural, do arquivo, do centro de documentação e do centro de memória.

Entendemos como relevantes as reflexões sobre as práticas metodológicas específicas de instituições memoriais, para consolidar e avançar suas ações, sem que os termos sejam utilizados de forma banalizada, evitando que se torne sinônimo de arquivo, museu, centro de memória e instituições similares, unicamente por expressar um desejo de homenagem. Em diversos contextos, esses espaços e conceitos acabam sendo utilizados para se referir à mesma estrutura que os memoriais.

Embora possuam algumas finalidades em comum, como preservar as fontes de formação da memória e difundi-la, as instituições citadas acima possuem abordagens, funções e metodologias distintas, exigindo também capacitações distintas para atuar na unidade.

Todavia, devido à escassez na literatura acerca das práticas e metodologias específicas de um memorial, e conforme mencionado no primeiro parágrafo dessa seção, optamos por apresentar também alguns conceitos sobre as funções e objetivos dos Centros de Memória, os quais compreendemos como semelhantes ao perfil de memorial que será trabalhado nesta pesquisa, que será o memorial institucional.

Japiassu (2018) diz que

[...] pode-se entender como centro de memória no campo informacional aquela unidade memorial-informacional, com vinculação administrativa, composta de acervo de diferentes gêneros (arquivístico, bibliográfico e/ou museológico), criada para a promoção da memória (Japiassu, 2018, p. 36).

Pazim (2015) diz que as empresas e organizações têm optado por centros de memória empresariais como mecanismo de preservação da sua memória e como ferramentas estratégicas de gestão:

Um centro de memória é uma área, setor ou unidade – dentro de cada instituição – que tem como objetivo reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional (Pazim, 2015).

A autora também identifica que nesses locais, existe um trabalho de coleta de memória de pessoas que estão vinculadas a instituições, bem como esse mesmo acervo pode ser utilizado como ponto forte a favor da organização, dando apoio às atividades institucionais no que diz respeito à gestão, desenvolvimento de projetos e serviços (Pazim, 2015).

Todavia, Japiassu (2018) chama atenção para uma diferença entre as funções de memorial e centros de memória que, embora possa parecer sutil, é crucial para delimitar as fronteiras entre as duas categorias. O autor diz que “[...] o memorial possui como objetivo principal homenagear uma pessoa, instituição, ação ou atividade, tendo todo seu funcionamento direcionado em torno desse objetivo” (Japiassu, 2018, p. 36). Por vezes, espaços com essas características são nomeados sem que haja uma análise do sentido da palavra.

Observamos na literatura trabalhada que locais como centros de memória e memoriais são apresentados como lugares que disseminam informação, que promovem resgate de aspectos culturais, fornecem acesso à história e, quando atrelados a uma instituição, consolidam sua posição e contribuição perante a sociedade desde sua criação, além de serem trazidos como lugares que são espaços para estudos e pesquisas.

4.2 MEMORIAIS INSTITUCIONAIS

Os memoriais institucionais se situam na intersecção de várias disciplinas. Da Arquivologia, herdaram as práticas de preservação e organização documental. Da Museologia, incorporam técnicas de exposição e interpretação. Da História, adotam métodos de pesquisa e contextualização. Da Comunicação, utilizam estratégias de narrativa e engajamento do público. A natureza interdisciplinar dos memoriais institucionais reflete a complexidade da memória organizacional e demanda uma abordagem holística em sua concepção e gestão (Costa, 2018).

Axt (2012, p. 72) diz que:

Nesse diapasão, em um memorial, estamos na frequência da memória. Mas recorremos às ferramentas metodológicas da História, para garantir a credibilidade da produção, bem como ao poder explicativo dessa disciplina, para que suas ações conquistem legitimidade social e projeção cultural. O memorial é um campo de diálogo entre a memória e a História.

Compreendemos que determinadas instituições, ao tomar consciência da relevância dos materiais produzidos por ela no que diz respeito a sua memória e identidade, optam por criar espaços para preservar e expor sua memória.

Ramos e Duarte (2021, p. 78) dizem que “[...] as instituições lançam mão dos lugares de memória, em especial, o memorial, que, sem conceituação definida, é criado a critério de cada empresa com o intuito de preservar a memória institucional”.

Esses locais por diversas vezes são nomeados de memoriais ou centros de memória. Em concordância com os pensamentos dos autores, notamos durante a análise da literatura, que de fato, não há uma consolidação no que diz respeito ao termo “memorial institucional”.

Japiassu (2018) aponta que é comum os centros de memória servirem como locais de guarda de arquivos permanentes, destacando a natureza híbrida do acervo desses espaços. Identificamos semelhanças nessas definições e decidimos enfatizá-las nesta pesquisa, especialmente devido à escassez de literatura sobre memoriais institucionais. Sendo assim, entendemos que um memorial institucional, conforme abordado neste estudo, pode ser composto por um acervo que integre documentação arquivística, museológica e bibliográfica.

Axt (2012) destaca que os memoriais se constituem como um campo de diálogo entre memória e história, e que suas ações devem ser conduzidas voltando-se para o compromisso com a verdade e com a diversidade. Quando construído a partir da perspectiva da memória institucional, o memorial escapa, em certa medida, do rigor metodológico da avaliação e classificação dos gêneros documentais presentes em seu espaço, pois seu objetivo final é lidar com a memória da instituição e não constituir um acervo consolidado seguindo diretrizes específicas de cada área do conhecimento da qual os acervos fazem parte.

Vale ressaltar que, embora um memorial possa apresentar semelhanças com um museu, como a existência de coleções, exposições, e objetos que podem ser trabalhados pela Museologia, esses elementos, por si só, não são o suficiente para caracterizar o memorial como um museu, ou para configurar a existência de um acervo museológico formalmente constituído.

Axt (2012, p. 66) esclarece que “Um museu é constituído quando há um acervo reconhecido, materializado num livro tombo e contemplado com um conceito de gestão.” De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2024),

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.

Dessa forma, ressaltamos que a Museologia se constitui como um campo do conhecimento com teorias, metodologias e práticas consolidadas a serem seguidas.

Contudo, conforme já mencionado, os memoriais podem escapar, em certa medida, do rigor metodológico exigido por cada campo do conhecimento, a exemplo da Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia e da História, no que diz respeito a suas aplicações teóricas e práticas.

Dessa forma, destacamos novamente as semelhanças encontradas com os memoriais institucionais com outros termos encontrados na literatura, bem como discorreremos acerca do que é encontrado na prática sobre a realidade de instituições que se denominam memoriais institucionais.

Retomamos o alerta de Pollak (1989) para o risco de “enquadramento da memória”, onde instituições podem utilizar memoriais para construir narrativas seletivas que omitem aspectos negativos de sua história. Japiassu chama atenção para a questão do caráter seletivo da memória no contexto das instituições, sendo “[...] criados, selecionados e reproduzidos, em âmbito institucional, imagens, discursos, valores comuns, eventos, normas, histórias de vida de personagens tidas como relevantes para a caracterização de uma instituição” (Japiassu, 2018, p. 27).

Sendo assim, compreendemos que, dentro dos lugares de memória institucionais, o caráter seletivo inclui a escolha intencional dos materiais e a forma como serão expostos, organizados e preservados. Dentro desses espaços, a instituição possui o poder de selecionar os materiais que melhor irão representar a identidade que desejam manter e a imagem que querem passar ao público, podendo ser elas documentos, fotografias, monumentos, quadros etc.

Cabe refletir que os memoriais institucionais também são locais onde não se guarda informações ou fatos históricos de maneira neutra. São espaços carregados de intencionalidades desde a sua criação até o momento da seleção dos elementos que irão fazer parte da sua composição, incluindo a documentação arquivística.

Desse modo, ao se instituir um memorial institucional, a instituição está escolhendo quais acontecimentos e pessoas serão lembrados como sua memória e de que maneira isso será feito, podendo esses processos serem influenciados por fatores sociais, culturais e até políticos.

Esse caráter seletivo também inclui a forma como são pensadas e executadas ações de divulgação e acesso dos materiais que contém essa memória e, dessa forma, “[...] são criadas efemérides com intenções de representação da autoimagem da instituição e que podem ser (e geralmente são) materializadas em documentos

arquivísticos que intentam recordar, de forma pretensamente naturalizada, o seu trajeto no tempo.” (Japiassu, 2008, p. 27)

Desta forma, é possível concluir que os memoriais e centros de memória institucionais desempenham um papel fundamental na construção e manutenção da identidade de uma organização. Ao selecionar, organizar e preservar materiais específicos, essas instituições moldam e perpetuam uma narrativa que reflete os valores e a imagem que desejam projetar. Esse processo, por não ser neutro, acaba por influenciar a percepção do público sobre o papel e a história da instituição.

Sendo assim, a forma como esses materiais são divulgados e acessados pelo público também reflete o caráter seletivo e intencional das instituições acerca da forma como lidam com a sua memória. Então, os memoriais e centros de memória não apenas preservam documentos e objetos, mas também constroem e reforçam uma narrativa institucional específica, consolidando a identidade e a história que a instituição deseja preservar e promover.

Huyssen (2000) questiona se o florescimento de memoriais nas últimas décadas não estaria levando a uma saturação e banalização da memória institucional. Essas perspectivas críticas nos lembram da necessidade de abordar os memoriais institucionais não apenas como repositórios neutros de informação, mas como espaços de poder e construção de narrativas que devem ser constantemente questionados e analisados.

Axt (2012, p. 65) diz que “Os memoriais são, assim, na acepção de Pierre Nora, lugares de memória, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial.” Conforme já mencionado acerca da natureza seletiva da memória, os lugares de memória são locais que tentam enraizar memórias no concreto.

Dando continuidade à discussão iniciada na seção anterior, entendemos memoriais institucionais, de acordo com a perspectiva de Nora (1993), como um lugar de memória, relacionado ao contexto de uma instituição, sua história que é registrada e exercida através de documentos, sua relação com indivíduos e papel na sociedade, e elementos que representam também, a configuração da sociedade, seus elementos culturais quando a instituição foi criada e sua evolução e mudanças ao longo do tempo.

Desta forma, os memoriais institucionais são construídos com o intuito de eternizar a memória de uma determinada instituição, ou pessoas e personagens da

história, e se constituem como locais que permitem a reflexão sobre o passado, presente e futuro e ajudam a fortalecer uma identidade.

Thompson (2011) destaca o papel dos fenômenos culturais como representações significativas que refletem e constroem o mundo social e histórico. Para o autor, esses fenômenos são expressões produzidas e interpretadas em um contexto sócio-histórico, e nisso estão incluídos símbolos, textos e artefatos por meio dos quais os indivíduos se expressem, e buscam compreender a si mesmos e a sociedade.

A vida social não é, simplesmente, uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural: ela é, também, uma questão de expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem (Thompson, 2011, p. 165).

Compreendemos que os memoriais institucionais, também abrigam essas formas de expressões culturais e sociais. Neles é possível encontrar documentos que se constituem em elementos produzidos pelas pessoas e pela própria instituição, em diferentes épocas e contextos sociais e históricos.

Desta forma, é possível traçar um panorama das ideias, comportamentos e valores dominantes ao longo do tempo, bem como esses acervos podem abrigar particularidades em forma de documentos de elementos e importantes para pessoas e/ou grupos específicos cujos quais tiveram suas trajetórias unidas a instituição de alguma maneira.

Nassar (2004, 2007) atesta a importância da memória no contexto organizacional como um elemento fundamental para a identidade das empresas. O autor ainda enfatiza que, tratar da memória organizacional sob a ótica das relações públicas ajuda a incluir os indivíduos dentro desse processo. Para Nassar (2007), a memória registrada tanto em documentos como a que reside nas pessoas consolida a reputação de uma organização.

Os conjuntos de narrativas moldam a identidade e a imagem organizacional, bem como possuem relação com a missão e valores que querem ser estabelecidos por ela. O estudo das narrativas envolvendo o público define um sentimento de pertencimento e colabora para o futuro da organização, pois possibilita aprendizado sobre ações lições passadas que reverberam nas decisões tomadas no presente.

Contudo, documentos pertencentes aos memoriais, mesmo diante de uma seleção de documentos, podem carregar consigo elementos que permitem que os indivíduos que possuam contato com eles se identifiquem com a instituição. Por vezes, não tomamos consciência do fato de que os diversos aspectos cotidianos de nossas vidas, de forma direta ou indireta, simples ou complexa, estão conectados à existência das instituições. Ainda que, de forma inconsciente, na vida em sociedade, recorre-se às instituições, que se fazem sempre presentes em nossas rotinas.

Ramos (2022, p. 33) identifica que, no Brasil, de maneira geral, os memoriais estão atrelados mais aos museus do que a arquivos e bibliotecas, mas que, ainda assim, podem possuir perfis diversos. A autora identifica e agrupa os memoriais em três categoriais:

[...] aqueles com perfis de homenagear qualquer tipo de personalidade, assemelhando-se bastante aos museus ou fazendo parte de um museu; os com perfis agregativos, assemelhando-se aos centros culturais; e, por fim, os com perfis corporativos/organizacionais, assemelhando-se aos arquivos, centros de documentação e aos centros de memória (Ramos, 2022, p. 33).

Concordamos com a autora quando ela diz que os perfis de memoriais corporativos/organizacionais no Brasil se assemelham muito aos perfis de centro de memória. Assim como Japiassu (2018), Ramos (2022) também chama atenção para a diferença entre memoriais e centros de memória/documentação, principalmente no que diz respeito à questão da função de homenagear algo ou alguém, e à questão da seletividade.

Identificado por Ramos (2022) como a terceira realidade de perfil de memorial observada no Brasil, a autora diz que o memorial com perfil corporativo ou organizacional, “[...] tem como objetivo a seleção e a contemplação da memória institucional e funcionam como um equipamento político, de promoção, valorização e de difusão institucional” (Ramos, 2022, p. 37).

É nesse sentido que encaixamos o memorial institucional. De acordo com a literatura revisada, compreendemos que os memoriais institucionais exploram, na instituição, os elementos individuais que contribuíram para seu funcionamento, seus detalhes, os trabalhos e registros de fatos, bem como conservam documentos de pessoas que passaram e que ainda estão ali.

Destacamos também que os memoriais institucionais são compostos de acervo misto: arquivístico, museológico e de biblioteca. São a história da instituição formada e registrada em um local, onde se relacionam com os fatores sociais dos momentos

passados e presentes e reforçam a identidade da instituição, visto que uma instituição está ali para servir ao coletivo, dentro das suas especificidades de serviços fornecidos, recuperando fragmentos do seu passado e contribuindo para melhorias futuras.

Axt (2012, p. 76) também diz que:

O memorial precisa prestar um serviço. Certamente à instituição que o organiza, mas, também, se possível, ao entorno comunitário. Como fazê-lo? Começando justamente pelo debate em torno dos aspectos identitários da instituição e de sua relação com a sociedade na qual se inscreve.

Os memoriais institucionais, também atuam como espaços que muitas vezes, trabalham com o atendimento ao usuário e realizam atividades de pesquisa e ações educativas. Sua função vai além de somente preservar, atuam como locais que promovem a disseminação da informação através de seus trabalhos de mediação entre o profissional da informação e o usuário que busca a informação.

Compreende-se que os memoriais institucionais são espaços que possibilitam conhecer a trajetória da instituição desde a sua criação, bem como os caminhos percorridos para que se chegasse ao modelo atual. Cristalizam suas origens e suas conquistas e dizem respeito também a seu público, seus servidores e colaboradores e às pessoas afetadas, de alguma forma, pelos serviços que a instituição presta, de forma direta ou indireta, positiva ou negativa.

É possível se reconhecer como alguém que viveu seus momentos na instituição ou se reconhecer em alguma figura (pública ou não) cuja trajetória foi significativa para um grupo ou um indivíduo. Como já abordado na seção “Memória institucional”, compreendemos que a memória da instituição nasce juntamente com ela.

Compreende-se, com isso, que, desde o surgimento da primeira ideia para a construção da instituição, desde o primeiro ato de registro oficial para consolidar sua atuação na sociedade, já surgem materiais que constituem sua história e memória e que são selecionados para ficarem dispostos nos memoriais, representando essa memória.

Os memoriais institucionais refletem também os valores da instituição, objetivos e metas ao longo do tempo, seu amadurecimento e impacto gerado na vida das pessoas. Ainda que mínimo, esse impacto faz com que a instituição se entrelace à narrativa do indivíduo e comece a fazer parte de suas memórias, logo, seus itens possibilitam conhecer essas narrativas e desencadear essas memórias.

4.3 MEMORIAIS INSTITUCIONAIS E ARQUIVO PERMANENTE

Essa subseção possui o objetivo de esclarecer a diferença entre memoriais institucionais e arquivos permanentes, visto que, em determinados contextos, eles possuem práticas similares dentro da estrutura da instituição da qual fazem parte.

Ramos (2022) destaca que em alguns contextos, é comum que em espaços como memoriais, Massas Documentais Acumuladas (MDA), sejam organizadas e tratadas com a finalidade serem transformadas em unidades de informação, apesar de não ser o ideal, conforme a finalidade dos memoriais.

Quando essa MDA se trata de documentação arquivística, o memorial institucional não deve ser confundido com o arquivo permanente da instituição, como ressalta Ramos (2022).

Por isso, o memorial institucional não pode ser confundido com o arquivo permanente da instituição, pois, na maioria das vezes, sua composição passa por um processo de seleção que não é arquivístico. A documentação é escolhida de acordo com o que a entidade compreende ou deseja que se compreenda como a “representação” da história da organização, e isso faz com que o memorial não possua somente documentos orgânicos, autênticos e acumulados naturalmente, características próprias do documento de arquivo. (Ramos, 2022, p. 28)

Conforma abordado na subseção anterior, um memorial pode escapar do rigor metodológico, como o esperado por exemplo, de um arquivo permanente ou um museu. Dentro da composição do acervo de um memorial, podem ser incorporados no processo, aspectos que fogem dos critérios específicos de cada área.

Além disso, por se tratar de uma instituição que lida com documentos de diferentes naturezas, o ideal é que profissionais de múltiplas formações façam parte da equipe. Conforme ressalta Axt (2012, p. 81), “Além dos múltiplos saberes, um memorial também reúne profissionais com diferentes origens: servidores efetivos, comissionados, estagiários, consultores... Esta variedade costuma ser profícua, mas a convivência é também desafiadora”.

Essa configuração de memorial, conforme será exemplificada na análise dos dados apresentada na seção 6, é pouco abordada na literatura. Ela adota o nome de “memorial” com base no critério de ser um espaço onde coexistem documentos de naturezas distintas.

Desta forma, ocorre que esses memoriais frequentemente realizam, no que diz respeito a documentação arquivística, também a guarda e os procedimentos técnicos

típicos de um arquivo permanente, sendo os responsáveis por toda a documentação avaliada como histórica da instituição, o que reforça a sobreposição funcional entre esses dois tipos de espaços.

De forma semelhante, os arquivos permanentes de uma instituição também têm a função de guardar, gerenciar e preservar documentos de valor histórico, destinados à histórica e a pesquisa. No entanto, qual seria a diferença entre esses dois espaços? Nos parágrafos seguinte, é explorado o que distingue um memorial institucional de um arquivo permanente.

Os arquivos permanentes são formados por documentos que, após não possuírem mais valor administrativo ativo dentro da organização a qual foi criado para servir, passam por um processo de seleção e avaliação que determina seu valor cunho histórico e científico, bem como seu valor de prova.

Um arquivo final, permanente ou histórico, é formado por documentos produzidos há mais de 25 ou 30 anos, portanto em 'idade' histórica, pelos vários órgãos da administração de um mesmo nível, seja municipal, estadual ou federal. (Bellotto 2006, p. 28).

Compreende-se que os arquivos permanentes recebem documentação proveniente de diferentes setores de uma instituição e devem respeitar a estrutura organizacional de seu contexto de produção, ou seja, um arquivo permanente preserva a ordem e as relações originais que os documentos possuem, motivo que lhe confere o caráter arquivístico.

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem o ponto inicial ou ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo, além de fontes não governamentais. (Bellotto 2006, p. 27).

Nos arquivos permanentes, são realizados processos técnicos para o tratamento dos documentos, para que eles atendam adequadamente às suas finalidades de prova, de pesquisa e de valor informativo.

Esses documentos contêm dados institucionais, sobre pessoas e fatos, comprovando ações realizadas por meio dos registros autênticos. Entre os principais procedimentos arquivísticos realizados nos arquivos permanentes, destacam-se, a descrição e o arranjo dos documentos, que também são realizados com o intuito de

facilitar e democratizar a recuperação e o acesso à informação, por meio da produção de instrumentos de pesquisa.

Os memoriais, apesar de também custodiarem documentos para fins históricos e de pesquisa, buscando cuidar da sua preservação e gestão, diferem dos arquivos permanentes. O espaço do memorial busca homenagear algo ou alguém de forma mais específica. Barcelos (1999, p.8) diz que

se o conceito de memorial, em sua origem admite a via da memória institucional, fazendo-se a partir de objetos selecionados, então estamos diante de uma definição aproximada de memorial como lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins cultura.

Compreendemos que um memorial institucional propõe formas de cristalizar e passar para o público a memória do que a instituição escolheu para representar, através da exposição e contextualização de seus documentos e de outros elementos que o compõem.

Apesar de os memoriais também trabalharem com documentação permanente, eles têm um propósito específico: transformar a informação contida nesses documentos em algo que homenageie pessoas, eventos ou instituições. Japiassu (2018) ressalta que os documentos arquivísticos podem ser utilizados em exposições nos centros de memória, o que permite um deslizamento de sentidos que ultrapassam o conteúdo e a descrição aparentes desses registros.

Diante disto, diferentemente de um arquivo permanente, a avaliação do valor histórico dos documentos arquivísticos em memoriais envolve uma avaliação mais subjetiva, podendo fugir do valor apreendido por instrumentos arquivísticos como a Tabela de temporalidade.

Desta forma, essa avaliação pode ser feita com base na observação de aspectos que refletem a identidade, a história e a trajetória da instituição, incluindo documentos que, poderiam não aprovados por critérios estritamente arquivísticos, como doações de acervos ou parte de acervos que representem narrativas de pessoas que de alguma forma, a instituição entendeu sua contribuição como relevante para sua memória.

Considerando a semelhança na dinâmica de funcionamento entre memoriais e centros de memória, como discutido anteriormente, é possível observar que, em alguns casos, essa prática ocorre sem a devida análise crítica. Compreendemos que a observação de Japiassu (2018) também se aplica à realidade dos memoriais

institucionais, evidenciando como esses espaços podem ressignificar a função dos documentos arquivísticos.

Um memorial institucional, embora possa conter documentação permanente, organiza sua documentação arquivística de forma expositiva. Assim, enfatiza aspectos que a instituição considera relevantes para o público, como personalidades marcantes, conquistas e envolvimento em movimentos sociais, por meio de exposições e outras ações educativas e de difusão da informação.

Uma das diferenças cruciais entre um memorial e um arquivo permanente está na composição de seus acervos. Enquanto os memoriais podem reunir documentos de diferentes naturezas (arquivística, museológica e de biblioteca) em um mesmo espaço, visto que seu objetivo final é servir como um espaço que promova a memória institucional através de elementos diversos, os arquivos permanentes se dedicam exclusivamente à preservação de documentos de valor histórico e de pesquisa, restritos à natureza arquivística.

Esses documentos são mantidos para fins de prova e são preservados apenas após passarem por um processo de avaliação arquivística, que visa assegurar a organicidade e a ordem original do contexto em que foram produzidos. Desta forma, entende-se que, quando não há uma delimitação clara entre as funções de um memorial institucional e as de um arquivo permanente, pode haver confusões quanto aos critérios de incorporação documental, bem como em relação às práticas adotadas no acervo.

No entanto, um arquivo pode coexistir dentro de um memorial sem que este deixe de existir como espaço de representação da memória, conferindo-lhe uma natureza híbrida. Compreendemos que as nuances que envolvem as teorias e práticas relacionadas aos memoriais são questões complexas, que demandam estudos específicos e maior aprofundamento, sobretudo no que se refere aos diálogos e às fronteiras disciplinares entre os campos, como a Arquivologia, a Museologia e a História.

Por isso é importante que as instituições que optam por construir esses espaços, tão significativos para sua memória, adotem estratégias claras quanto as suas funções e quanto as práticas que serão realizadas em seu acervo, para que eles cumpram de fato com seu objetivo.

5 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, que consiste em entender fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais (Knetchel, 2014).

A abordagem qualitativa justifica-se pelo objetivo geral da pesquisa de analisar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional.

Dessa forma, a investigação buscou conhecer e interpretar as práticas e políticas adotadas pelo Memorial, com ênfase naquelas relacionadas ao tratamento dos documentos arquivísticos, analisando como esses aspectos se articulam e contribuem para seu funcionamento e para o cumprimento de sua missão institucional. Pretende-se, assim, compreender de forma aprofundada como se dá o trabalho com os documentos arquivísticos no âmbito do Memorial.

Quanto ao nível de pesquisa, se configura como pesquisa descritiva que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Diante deste contexto, a pesquisa buscou identificar, registrar e analisar as práticas e políticas relacionadas aos documentos arquivísticos no Memorial Arlindo Coelho Fragoso, descrevendo de forma detalhada como esses documentos são organizados, mantidos e preservados, bem como os demais processos que se articulam com esses aspectos.

Conforme apontado na introdução, o **objetivo geral** da pesquisa é: analisar como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional.

Para atingir o objetivo geral, tem-se os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Examinar as práticas e políticas existentes de gestão e preservação documental no Memorial Arlindo Coelho Fragoso;
- b) Selecionar os tipos específicos de documentos arquivísticos presentes no Memorial Arlindo Coelho Fragoso;

- c) Avaliar como os documentos arquivísticos no Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional;

Os objetivos buscam responder a seguinte **pergunta de partida**: Como os documentos arquivísticos do Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados, mantidos e preservados com vistas a garantir a memória institucional?

A justificativa para a escolha do Memorial Arlindo Coelho Fragoso está vinculada à trajetória acadêmica da pesquisadora e aos desdobramentos oriundos do TCC na graduação em Arquivologia, que foi realizado no mesmo memorial, conforme descrito na introdução deste trabalho.

Como **método de procedimento** para esta pesquisa, foi adotado o estudo de caso único, realizado no Memorial Arlindo Coelho Fragoso. De acordo com Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

O estudo de caso único, conforme abordado por autores como Yin (2001) e Prodanov e Freitas (2013), pode ser utilizado para analisar e descrever condições contextuais, e possui a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências como fonte de coleta de dados.

Juntamente com o estudo de caso único, também foi adotado como método de procedimento, a **pesquisa documental**, que de acordo com Severino,

[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (Severino, 2013, p.107).

A adoção deste método foi necessária, pois foram analisados documentos e normativas utilizadas pelo Memorial como base para a realização de seu trabalho, bem como documentos institucionais da UFBA em busca de menções e orientações referentes ao Memorial. Para isso, foi realizada uma análise detalhada desses documentos, com o intuito de compreender como se estruturam as diretrizes e práticas que orientam o funcionamento do Memorial.

Para a **triangulação dos dados**, foram utilizadas as seguintes fontes de evidências: entrevistas, material bibliográfico coletado para compor o referencial teórico e análise de documentos oficiais, como portarias e legislações. A técnica da triangulação na pesquisa qualitativa, de acordo com Triviños (1987, p. 132), “Tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo.”

Utilizamos a abordagem de Yin (2001) para compor o **projeto do estudo de caso**. Na primeira etapa da composição do projeto, foi feita a seleção, e posteriormente, a leitura das referências bibliográficas e demais documentos para compor o suporte teórico da investigação.

A segunda etapa se consistiu nas visitas de campo. Após uma busca prévia nos sites, nas redes sociais oficiais e em publicações científicas que têm o memorial como objeto de pesquisa, fomos em busca do contato inicial com o ambiente escolhido para compor o estudo de caso, e de fazer a seleção dos entrevistados que poderiam contribuir para a compreensão fenômeno investigado.

A primeira visita ao Memorial ocorreu no dia 14 de novembro de 2024, onde fomos recepcionados pela coordenadora, que, posteriormente no mesmo dia, concedeu uma entrevista. Durante a visita, tivemos a oportunidade de conhecer a equipe que trabalha no memorial, além de uma visita guiada por todo o espaço, incluindo a sala destinada à pesquisa.

Acessamos também o local onde estão armazenados os documentos arquivísticos. Durante a visita, a servidora responsável nos apresentou as formas de acondicionamento dos documentos, as tipologias existentes no MACF, bem como a sala utilizada para o tratamento documental.

A entrevistada selecionada, foi a coordenadora do MACF, servidora efetiva e profissional da área de Arquivologia que assumiu a coordenação do espaço a partir de sua formalização em 2019, identificada como Entrevistada 1 (E1). O processo de elaboração das perguntas das entrevistas será descrito mais adiante.

No dia 04 de fevereiro de 2025, após a análise dos dados da primeira entrevista, retornamos ao Memorial para a realização de uma nova entrevista com a participante E1, com o objetivo de esclarecer pontos da investigação que não haviam ficado totalmente compreendidos na primeira abordagem. Nessa segunda visita, a atividade concentrou-se exclusivamente na entrevista, uma vez que a apresentação do espaço já havia sido realizada durante a visita anterior.

Optamos pelo estudo de caso único por compreendermos que esse tipo de abordagem permite um aprofundamento maior na investigação, especialmente considerando o tempo disponível para a realização da pesquisa. A imersão em uma única realidade possibilita a realização de observações e análises de forma mais detalhada. Além disso, o estudo de caso único pode abrir caminhos para investigações futuras em outras unidades com características semelhantes, e para a realização de estudos comparativos dessas realidades.

A escolha por essa metodologia também se justifica pela diversidade de perfis de gestão das unidades da UFBA, bem como pelas distintas formas de produção, organização e guarda dos documentos. Compreendemos que os memoriais podem adotar configurações, objetivos, estruturas e práticas distintas, visto que, em sua concepção original, um memorial pode assumir formatos diversos.

Logo, cada memorial pode apresentar diferentes configurações quanto à incorporação e tratamento de seus acervos, além de que, as diferentes formas de gestão das respectivas unidades aos quais os memoriais estão vinculados, podem lhes conferir formatos distintos.

No caso do MACF, observamos que a unidade atua como um arquivo permanente, o que lhe confere especificidades. Dessa forma, o estudo de caso único permitiu uma aproximação mais direta e aprofundada com a realidade da unidade selecionada para esta pesquisa.

A investigação voltou-se para a compreensão das práticas arquivísticas realizadas no Memorial Arlindo Coelho Fragoso, com o intuito de atender, de maneira específica, aos objetivos. O Quadro 2, indicado na seção 6, apresenta a composição e a divisão do acervo arquivístico do MACF. Ele foi disponibilizado pela equipe do MACF por meio de e-mail e, durante a entrevista, a servidora entrevistada também nos explicou quais tipos documentais integram o acervo da unidade.

Nesse sentido, através das fontes de evidências selecionadas para coleta de dados, buscou-se compreender de que maneira as formas de organização e preservação dos documentos adotados pela unidade se relacionam e impactam na construção e preservação da informação, e memória institucional e cultural.

Como técnicas e instrumentos de coletas de dados, realizamos entrevistas com aplicação de roteiro semiestruturado, que de acordo com Triviños (1987), é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida,

oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (Triviños, 1987, p. 146).

A entrevista no MACF possui o objetivo obter informações sobre o acervo arquivístico do local, sobre como são feitos os trabalhos de organização e preservação desses documentos, sobre os desafios enfrentados dentro deste contexto, bem como sobre a maneira como eles se relacionam entre si e com os demais elementos que compõem a memória institucional representada no MACF.

A escolha das entrevistas como fonte de coleta de dados, justifica-se pelo fato de os canais oficiais de comunicação como o site, estarem desatualizados no que diz respeito a informações sobre como essas ações são pensadas e realizadas, bem como pela falta de publicações tanto de documentos oficiais da UFBA e da EPUFBA, como de publicações científicas sobre os procedimentos que se deseja investigar, além de que, algumas práticas e ações adotadas pelas unidades da UFBA apresentam particularidades que não são descritas ou publicadas nos meios oficiais.

No entanto, conforme ressaltado e confirmado pela servidora entrevistada, trata-se de dados institucionais públicos, passíveis de serem disponibilizados para a pesquisa sem qualquer implicação.

Para a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, utilizamos a **técnica de análise temática** proposta por Braun e Clarke (2006). Souza (2019) descreve e sintetiza as etapas para a construção dessa abordagem e, dessa forma, utilizamos seu material como referência para o entendimento e aplicação da análise temática.

De acordo com a autora,

O processo de AT começa quando o pesquisador procurar, nos dados, por padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa. Isso já pode ocorrer, inclusive, durante a coleta de dados, na condução de entrevista ou grupo focal. A análise envolve um vaivém constante entre o banco de dados, os trechos codificados e a análise dos dados que se está produzindo a partir destes trechos (Souza, 2019, p. 54).

A técnica pode ser utilizada por meio de uma abordagem indutiva e orientada pelos dados, ou seja, sem utilizar previamente categorias ou temas definidos, ou por uma abordagem dedutiva ou teórica, que se baseia em categorias ou temas já definidos previamente (Souza, 2019).

Utilizamos uma abordagem mista para o desenvolvimento de categorias em temas, ou seja, uma abordagem indutiva e teórica. Foram estabelecidas previamente, com base em um conjunto de categorias, subcategorias e possíveis variáveis para se investigar em campo.

As categorias previamente estabelecidas para a investigação foram retiradas do referencial teórico levantado para a pesquisa, da legislação brasileira vigente sobre documentos arquivísticos e da literatura arquivística que trata de orientações sobre a organização e preservação de acervos, além da literatura referente aos memoriais institucionais e suas configurações.

Para complementar, foram utilizadas publicações de pesquisadores que abordam o MACF, juntamente com as informações disponíveis no site da EPUFBA, ainda que escassas. Dessa forma, elaboramos um roteiro de perguntas que buscasse investigar e obter respostas com base nessas categorias previamente definidas e em conformidade com os objetivos da pesquisa.

Devido ao fato de o local ser um memorial, estabelecemos previamente categorias referentes aos seguintes aspectos para nortear a investigação: formas de incorporação e seleção dos documentos que compõem o acervo do memorial; tipos documentais existentes; e a relação com os documentos de natureza museológica do memorial.

Conforme abordado por Souza (2019), a análise dos dados coletados consistiu em uma constante consulta dos dados e do que se observa na literatura. Buscamos por padrões e temas que correspondessem às categorias pré-estabelecidas, e fazer uma análise crítica entre o que foi observado em campo e o que é discutido na literatura.

Por optarmos por uma abordagem mista na definição das categorias, também agrupamos os dados com base em categorias emergentes, que surgiram durante a coleta e apresentaram aspectos relevantes para os objetivos da pesquisa, embora não fizessem parte dos temas previamente estabelecidos.

Após a coleta inicial dos dados, foi realizada a transcrição das entrevistas e a leitura exploratória com o objetivo de promover uma familiarização com o conteúdo. Conforme recomendado pela análise temática, as anotações constantes buscando as primeiras ideias e impressões sobre o material coletado fizeram parte dessa etapa.

Em seguida, iniciamos a geração dos códigos iniciais e o estabelecimento das primeiras relações entre os temas encontrados, as categorias definidas, a literatura e

os achados de campo. Também foi realizada a separação e análise dos temas emergentes que surgiram durante a coleta e a criação de novas categorias de acordo com eles. Essa etapa demandou um retorno à literatura, bem como a busca por novos materiais que pudessem se somar à análise, como referências bibliográficas e documentos oficiais.

Ressalta-se que todas as categorias, subcategorias e os temas vinculados a elas buscam responder à pergunta de partida e ao objetivo geral da pesquisa, estando, portanto, relacionadas à organização, preservação e relação dos documentos arquivísticos do MACF, visando a garantia da preservação da informação e da memória cultural e institucional.

No decorrer da análise dos dados, à medida que surgiam temas emergentes e relevantes para a investigação diante das respostas dos participantes, identificou-se a necessidade de estabelecer novas categorias para relacioná-los, bem como a necessidade de coletar novos dados.

Durante a análise das respostas, foram identificados elementos relevantes que não estavam previstos nas categorias pré-definidas, mas que se mostraram significativos para a compreensão do que estava sendo investigado. Assim, novas categorias foram criadas a partir de informações mencionadas pelos participantes, como, por exemplo, os reflexos da ausência de uma política arquivística na UFBA e as dificuldades enfrentadas com recursos humanos e a estrutura física, que impactam diretamente no acervo.

Diante disso, realizamos um novo retorno ao MACF para formular perguntas adicionais, esclarecer pontos que não ficaram totalmente compreendidos em um primeiro momento para, dessa forma, evitar lacunas nas informações, além de aprofundar a análise dos temas emergentes. Essa etapa também demandou a coleta de novos materiais da literatura e de documentos oficiais para compor a triangulação dos dados.

Uma das questões identificadas durante o estudo dos desafios enfrentados pelo MACF, foi a ausência de uma política arquivística estruturada na UFBA, o que impacta diretamente na inexistência de instrumentos de destinação e controle adequados às necessidades da universidade. Diante do cenário descrito nos parágrafos anteriores, buscamos conversar com membros da atual formação da CPARQ da UFBA, estabelecida pela portaria nº. 356 de 09 de agosto de 2023.

O objetivo deste contato, foi complementar a pesquisa e desta forma, entender qual o panorama atual das políticas de arquivo na universidade, bem como analisar como essas questões se relacionam com os memoriais institucionais, especialmente o MACF, e investigar também se tais espaços estão contemplados nas reflexões e ações da comissão.

O objetivo dessa nova série de entrevistas, composta por duas entrevistas, foi compreender o andamento da construção de uma política arquivística na UFBA e de que forma as unidades memoriais, como o MACF, que possuem a necessidade dessa política, serão contempladas.

O processo de elaboração e análise das entrevistas com os membros da CPARQ seguiu o mesmo modelo de análise temática utilizado nas entrevistas realizadas no MACF, sendo incluídas como categorias emergentes no quadro de análise dos dados.

A entrevista foi realizada com dois membros titulares da Comissão, sendo um deles membro da direção e o outro, membro da desde a primeira formação da Comissão, que foi destituída em detrimento da atual. Os entrevistados foram identificados como E2 (Entrevistado 2) e E3 (Entrevistado 3). Ambos apresentaram um panorama sobre os trabalhos desenvolvidos pela comissão e sobre a situação das unidades acadêmicas que atuam como arquivos permanentes, como os memoriais, no contexto das atribuições da CPARQ.

O contato com os membros da CPARQ, também foi feito através de e-mail. A primeira entrevista, com E2, foi realizada de maneira presencial no Instituto de Ciência da Informação da UFBA, no dia 21 de março de 2025. Já a segunda entrevista, com E3, foi realizada na modalidade remota, por meio de videoconferência no dia 24 de março de 2025.

Para a elaboração das perguntas das entrevistas, foi reforçada a leitura do material teórico e bibliográfico previamente coletado. Com base nessa análise, foram definidas categorias e subcategorias orientadas tanto pelas investigações prévias sobre o MACF e seu acervo arquivístico, quanto pelo referencial teórico escolhido.

As categorias prévias, com base na abordagem dedutiva, serviram como guia inicial para a construção do roteiro da entrevista, auxiliando na formulação das perguntas iniciais, com o objetivo de gerar dados que pudessem ser relacionados às categorias teóricas previamente estabelecidas. Esse roteiro é apresentado na

dissertação como um registro do planejamento realizado antes do início das interações com os participantes.

Além disto, diante da incorporação da análise indutiva, a análise dos dados foi realizada com base nas respostas dos entrevistados, a partir dos quais emergiram categorias por meio da interpretação dos dados obtidos através das respostas dos participantes.

As categorias serviram tanto para a construção do roteiro de entrevistas, no caso das categorias previamente definidas, quanto para, durante a análise, identificar os temas relacionados a cada aspecto que se desejava investigar, em conformidade com o objetivo geral e com a forma como cada pergunta buscou alcançá-lo. As perguntas elaboradas foram de natureza descritiva, com o intuito de obter respostas diretas e explicativas, conforme propõe Triviños (1987).

Para ilustrar essa relação, foi elaborado um quadro (Quadro 1) que relaciona as perguntas feitas nas entrevistas, com os objetivos que se desejava investigar, e com as categorias e subcategorias utilizadas na análise. Esse quadro apresenta, os seguintes elementos: a pergunta realizada (Indicadas nos Apêndices A, B e C), o objetivo que a orienta dentro do escopo da pesquisa, e a categoria, subcategoria e variável à qual está vinculada.

É importante ressaltar que o quadro contempla tanto as categorias previamente definidas quanto aquelas que emergiram das respostas dos participantes. As entrevistas foram identificadas da seguinte forma: Entrevista 1, referente à primeira aplicação no MACF; Entrevista 2, realizada em retorno ao campo para sanar lacunas identificadas; e Entrevista 3, referente à entrevista feita com os membros da CPARQ.

As categorias e subcategorias, tanto as previamente definidas quanto as emergentes, foram relacionadas diretamente a cada pergunta do roteiro, considerando também o conteúdo das respostas obtidas. Dessa forma, cada categoria e subcategoria foi associada não apenas às perguntas do roteiro, mas também as respostas obtidas.

Em alguns casos, embora a pergunta estivesse direcionada a um aspecto específico, a resposta do entrevistado revelou outros aspectos além dos inicialmente previstos para investigar, que indicavam a necessidade de aprofundar novos pontos da análise, relevantes para alcançar o objetivo geral da investigação.

Quadro 1 – Quadro de análise das entrevistas

Objetivo	Categoria	Subcategoria	Variáveis	Perguntas Relacionadas
1. Avaliar as práticas e políticas existentes de gestão e preservação documental	Fundação e Institucionalização	Aspectos legais e normativos	Existência de ato normativo de criação	Entrevista 1: 1, 2, 3, 6, 18 Entrevista 2: 1, 19, 20, 21
		Relação com a estrutura organizacional	Posição na estrutura organizacional	
		Documentos institucionais de legitimação	Tipos de documentos institucionais	
	Aquisição Documental	Processos de aquisição	Critérios para incorporação do acervo	Entrevista 1: 4, 5, 8, 12, 13, 19, 20, 27 Entrevista 2: 2, 3, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 18
		Adoção de políticas arquivísticas	Existência de políticas arquivísticas formais	
		Tratamento e classificação do acervo	Métodos de tratamento e classificação	
	Práticas de difusão e disseminação da informação arquivística	Meios de promover e garantir acesso/estratégias de divulgação e disseminação	Tipos de estratégias utilizadas	Entrevista 1: 7, 15, 22, 25, 26, 28, 29 Entrevista 2: 16
	Políticas Arquivísticas e Memória Institucional	Políticas formais	Existência de políticas formais	Entrevista 1: 8, 9, 11, 13, 20, 27 Entrevista 2: 15, 7, 23 Entrevista 3: completa
		Avaliar atuação da Comissão Permanente de Arquivos da UFBA	Existência de propostas e ações em andamento; Participação do Memorial Arlindo Coelho Fragoso e outros nos planos da CPARQ	
		Esforços para criação de instrumentos de controle	Tipos de instrumentos de destinação e controle	
		Relação entre políticas e preservação da memória	Quantidade de projetos implantados	

2. Selecionar os tipos específicos de documentos arquivísticos presentes no MACF	Acervo e Tipos Documentais	Características do acervo	Tipos de documentos	Entrevista 1: 10, 4, 11, 15 Entrevista 2: 15
		Documentos relacionados à história institucional	Critérios de relevância	
		Relevância para a memória institucional e acadêmica	Métodos de organização; Número e tipo de ferramentas de pesquisa disponíveis	
3. Avaliar como os documentos arquivísticos são relacionados, organizados e mantidos	Aquisição e Gestão Documental	Organização física e lógica do acervo	Instrumentos de destinação e controle; Normas utilizadas para descrição (NOBRADE, ISDIAH, etc.)	Entrevista 1: 9, 13, 14, 15, 23, 27, 29 Entrevista 2: 21, 23
		Uso de instrumentos de classificação; Realização de descrição	Problemas identificados na organização e manutenção	
		Desafios na organização	Tipos de tecnologias ou métodos usados para preservação digital (ex.: digitalização, backups); Parcerias com outros órgãos que auxiliam nas práticas	
	Preservação e Conservação	Estratégias de preservação	Tipos de práticas de restauração	Entrevista 1: 16, 17, 21, 23, 24, 27 Entrevista 2: 8, 9, 10, 22
		Práticas de restauração e higienização	Número e escopo de projetos de digitalização implementados.	
		Desafios infraestruturais		

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Combinada à técnica da entrevista semiestruturada, fez-se necessário o uso da **técnica de análise documental**. Segundo Zanella (2011, p. 118), “[...] envolve a investigação em documentos internos [da organização] ou externos [governamentais, de organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa, dentre outras]”.

Durante a primeira etapa da elaboração do projeto do estudo de caso, foram previamente selecionados documentos para a análise documental. Por se tratar de

documentos produzidos na esfera pública, consultou-se a legislação brasileira vigente relacionada ao tema.

Dessa forma, realizamos a análise documental da legislação brasileira relacionada à gestão, preservação e acesso a documentos arquivísticos em instituições públicas. Foram avaliadas as seguintes normas e instrumentos legais: a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – ou Lei de Acesso à Informação (LAI) –; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – ou Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Conforme já mencionado, uma das questões que emergiram durante o estudo, sendo apresentada como um dos desafios enfrentados pelo MACF, foi a ausência de uma política arquivística estruturada na UFBA, o que impacta diretamente na existência de instrumentos de destinação e controle adequados às necessidades da universidade.

Diante desse cenário, buscamos por portarias e decretos da UFBA que mencionassem os memoriais, com foco no Memorial Arlindo Coelho Fragozo. Identificamos a inclusão do MACF no Regimento Interno da Escola Politécnica, onde é citado como órgão de assessoramento. Um dos motivos que justificam a busca pelo documento do regimento foi o fato de ele ter sido mencionado durante a entrevista realizada no MACF.

Também analisamos os Planos de Desenvolvimento Institucional da universidade (PDIs) a partir do ano de 2019 até o plano atual, com validade para os anos de 2025 a 2034, com o objetivo de verificar a existência de propostas e ações voltadas ao apoio e inclusão dos memoriais nas atividades acadêmicas e institucionais. Além disso, consultamos o Regimento Geral da UFBA com a finalidade de identificar a constituição formal da CPARQ, bem como eventuais referências ao MACF ou a outros memoriais.

Também foram consideradas as resoluções e recomendações emitidas pelo CONARQ, voltadas à organização e gestão de arquivos, as quais, são utilizadas como referência para o tratamento documental na unidade e construção do espaço do MACF dos arquivos deslizantes.

Outro desafio apontado na análise dos dados sobre o MACF, no que diz respeito à preservação dos documentos arquivísticos, refere-se a problemas de infraestrutura. Sendo assim, esses instrumentos foram utilizados como referência. A

análise dessas normativas permitiu verificar como é feita sua aplicação prática MACF, que, conforme observado em campo, atua como o arquivo permanente da EPUFBA.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Conforme mencionado na introdução, o projeto desta pesquisa surgiu como um desdobramento do TCC, desenvolvido durante a graduação em Arquivologia. Naquele momento, foram realizadas pesquisas no MACF e no Memorial FDUFBA, com o objetivo de investigar tipologias específicas de documentos de arquivo, selecionadas para serem analisadas enquanto materiais de memória.

Durante o desenvolvimento do TCC e a partir da experiência de estágio realizado no Memorial FDUFBA também durante o período da graduação, observou-se, de forma empírica, a existência de práticas similares nos dois memoriais, que adotavam procedimentos semelhantes à de arquivos permanentes. Durante o cotidiano no período de estágio, também foram notadas implicações e desafios relacionados à organização e preservação dos acervos.

Devido à formação da autora em Arquivologia, os aspectos relacionados aos documentos de arquivo se destacaram durante a observação. A formação acadêmica contribuiu para identificar com maior precisão os desafios e práticas enfrentados nos memoriais em relação ao acervo arquivístico.

Desta forma, ao trazer a pesquisa para o PPGCI, a ideia inicial era desenvolver estudos de casos múltiplos nos memoriais institucionais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de Salvador, representadas na UFBA e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). O objetivo consistia em realizar uma análise comparativa entre os memoriais, com foco na organização e preservação dos seus acervos arquivísticos.

Entretanto, ao longo do processo, alguns obstáculos exigiram a reformulação da proposta, como a dificuldade de retorno no contato com algumas unidades memoriais. A ausência de retorno inviabilizou o diálogo necessário para o desenvolvimento da pesquisa em algumas unidades.

Diante dessa dificuldade, optou-se por concentrar a pesquisa apenas na UFBA, instituição onde o projeto teve origem. No entanto, a UFBA enfrentou um período de greve de docentes e técnicos-administrativos, o que impactou diretamente o

funcionamento das unidades memoriais. Por conta dessa situação, algumas visitas precisaram ser remarçadas, o que acabou afetando o cronograma da pesquisa.

Além disso, a servidora responsável por nos receber no MACF enfrentou um problema de saúde, ficando afastada por um período, e uma parte da pesquisa coincidiu com seu período de férias, o que ocasionou o reagendamento de duas visitas, por duas vezes. Ainda assim, o MACF foi a unidade com maior disponibilidade e facilidade de acesso ao longo do processo.

Diante das limitações de tempo disponível para a conclusão da pesquisa, e por entendermos que uma pesquisa científica deve prezar pela profundidade e pela qualidade da análise, optamos por realizar um estudo de caso único. Essa abordagem permitiu que adentrássemos na realidade do MACF, possibilitando uma investigação mais detalhada e alinhada aos objetivos propostos.

Com isso, foi possível compreender de forma mais precisa as características e ações adotadas por esse memorial. Ressalta-se, ainda, que estudos futuros poderão retomar a proposta inicial, explorando outras unidades memoriais e permitindo análises comparativas em uma etapa posterior.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, iremos apresentar os resultados da pesquisa obtidos por meio de visitas ao MACF, e entrevistas com os participantes descritos na seção anterior, além de pesquisa bibliográfica e documental. As entrevistas foram estruturadas para coletar informações alinhadas aos objetivos definidos para as categorias de análise detalhadas no quadro 1.

No decorrer da seção, é apresentado um histórico dos memoriais analisados e das unidades a que estão vinculados, incluindo sua posição na estrutura organizacional, missão e atividades realizadas. Para atender os objetivos geral e específicos da pesquisa, é feita uma análise criteriosa dos acervos arquivísticos, detalhando as estratégias de organização, tratamento e difusão utilizadas, bem como os desafios enfrentados.

6.1 MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO: BREVE HISTÓRICO

Para compreender a motivação que impulsionou o processo de criação do MACF, é necessário revisitar a história da Escola Politécnica da UFBA, uma instituição que desempenha um papel significativo na formação de profissionais da área de engenharia, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do estado e do país.

Nesse sentido, a criação do MACF surge como uma resposta à necessidade de preservar e valorizar o legado histórico e cultural da EPUFBA. O memorial foi concebido como um espaço para promover a salvaguarda, tratamento e acesso à documentação que narra a trajetória da EPUFBA e das pessoas que passaram por ela. Nos próximos pontos, abordaremos com mais detalhes o acervo e os aspectos por trás da constituição do MACF.

6.1.1 Escola Politécnica da UFBA

Para compreender o MACF, é fundamental compreender também o contexto de surgimento da Escola Politécnica da UFBA. As informações apresentadas nesta subseção referentes à história da Escola Politécnica, foram integralmente extraídas do site institucional da unidade (Escola Politécnica da UFBA, 2025, *online*). A história da EPUFBA começa quando o engenheiro, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1855, Arlindo Coelho Fragoso, baiano, natural de Santo Amaro, tem a

iniciativa concretizar o sonho da criação de uma escola que formasse engenheiros na Bahia, porque até o ano de 1897, era necessário ir até o Rio de Janeiro para obter tal formação.

Os primeiros passos dessa iniciativa começaram em 5 de julho de 1896, através de uma reunião, liderada por Arlindo Fragoso, com um grupo de nove engenheiros na sala da diretoria da Secretaria de Agricultura e Obras do Estado da Bahia, onde foi comunicado que se daria início à criação do Instituto Politécnico da Bahia.

A partir da primeira reunião preparatória, realizada no dia 5 de julho de 1896, iniciaram-se os preparativos jurídicos para firmar a criação do Instituto. No dia 12 de julho de 1896, ocorreu a sessão solene de inauguração do Instituto Politécnico da Bahia, com a presença de representantes do governo do estado e de diversos segmentos da sociedade. Assim, pouco mais de um ano após a instalação do Instituto, as reuniões prosseguiram, agora direcionadas ao objetivo de fundar a Escola Politécnica, consolidando o projeto que viria a dar início à história da engenharia na Bahia.

Definidas as questões relevantes, foi efetivada a instalação da Escola Politécnica da Bahia. A sessão solene de inauguração ocorreu oficialmente no dia 14 de março de 1897 no sobrado nº 6 da Rua das Laranjeiras. Em 1946, a Escola passa a ser federalizada pelo Decreto-Lei nº.11.472, durante os anos de 1940 a 1944 e, no ano de 1946, pelo Decreto-Lei nº9.155, de 5 de 8 de abril de 1946, passa a ser integrada à Universidade Federal da Bahia, passando assim a se chamar Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (Brasil, 1994; 1946).

Até o ano de 2024, a Escola Politécnica possui 11 cursos de graduação, sete mestrados acadêmicos, um mestrado profissional, seis doutorados, além de vários cursos de especialização, diversos cursos de extensão e mais de quarenta grupos de pesquisa, sendo a maior unidade da UFBA e o maior centro de ensino de engenharia da Bahia.

6.1.2 Memorial Arlindo Coelho Fragoso

O Memorial Arlindo Coelho Fragoso leva o nome em homenagem ao fundador do Instituto Politécnico da Bahia. O MACF custodia acervo arquivístico e museológico relativos às atividades da Escola Politécnica da Bahia desde o ano de 1896 (ano de fundação do Instituto Politécnico da Bahia). O MACF possui como missão promover a

salvaguarda, valorização e o acesso ao patrimônio arquivístico e museológico da EPUFBA para a comunidade universitária e sociedade em geral, o acervo do memorial revela a trajetória do Instituto e da Escola Politécnica (Escola Politécnica 2025 *online*; Amaral, 2017).

Em entrevista, a arquivista responsável pela coordenação do MACF compartilhou detalhes das atividades realizadas pelo memorial:

[...] A missão principal do memorial é promover a salvaguarda, a valorização e a difusão das informações recebidas, acumuladas e produzidas aqui pela Escola Politécnica ao longo da sua trajetória. A escola já está chegando a 128 anos, ou seja, ela surgiu antes da própria UFBA. E o foco é exatamente a gente preservar não só o acervo arquivístico, como também o museológico, que ajudou essa junção arquivo e museu ao status que a gente tem aqui de memorial, desse somatório, dessa convergência desses dois acervos (Entrevistada 1).

De acordo com a entrevistada (E1), o principal foco do MACF é trabalhar com a promoção, difusão e valorização desse acervo, para reforçar os aspectos de identidade e pertencimento à unidade, bem como trabalhar os aspectos identitários da Escola Politécnica nos seus momentos de antes e após a junção com a UFBA.

O memorial reúne documentação histórica sobre a instituição e registros que refletem a trajetória das pessoas que contribuíram para a história da Engenharia. O reconhecimento de profissionais no ramo que obtiveram sua formação pela EPUFBA une as trajetórias e confere reconhecimento a instituição.

No acervo encontram-se, por exemplo, registros em formatos de dossiês da trajetória acadêmica de membros da família Odebrecht, reconhecidos no ramo da Engenharia Civil, e do ex-deputado Carlos Marighella, além de pastas com dados de ex-professores e ex-funcionários da Escola.

Dessa forma, o MACF constrói a memória institucional da Escola, buscando unir elementos relativos à história da Engenharia, ao papel institucional e as narrativas de pessoas que possuem vínculo profissional e acadêmico com a EPUFBA, como diretores, funcionários, alunos e professores. Isso evidencia também que ele não atua de forma neutra no que diz respeito à história e memória institucionais que deseja contar e preservar.

Sendo assim, o MACF não se limita a ser somente um espaço de guarda e preservação documental, mas se configura também como um lugar de memória da EPUFBA, onde tentam promover a história e a memória através dos documentos que a unidade preserva, e onde indivíduos que buscam contato com o acervo, seja para

pesquisa ou para obter informações, podem vir a se reconhecer e se identificar de alguma maneira por meio desses elementos, conforme discutido por Thiesen (2009; 2013), Pollak (1989; 1992), Nora (1993) e Assmann (2010).

O MACF está formalmente consolidado no Regimento Interno da Escola Politécnica da UFBA, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) por meio da Resolução nº 04/2019, que permanece vigente até o ano corrente. No regimento, o MACF é designado como um órgão de assessoramento vinculado à diretoria da Escola Politécnica (UFBA, 2019).

Aos órgãos de assessoramento, segundo o regimento interno da EPUFBA (UFBA, 2019) cabem as seguintes competências:

- I. Gerenciamento de atividades de serviços gerais e inspeção de alunos;
- II. gestão de salas de aula, laboratórios de informática e auditórios;
- III. solicitação de transporte;
- IV. gestão de pessoal e desenvolvimento humano;
- V. gestão interna da informação e comunicação;
- VI. serviço de apoio as atividades das entidades estudantis;
- VII. gestão do setor de protocolo.

De acordo com E1, o fato de o MACF passar a estar formalizado no Regimento e incluso na estrutura da escola a partir do ano de 2019, colaborou para que o espaço ganhasse projeção, principalmente porque, a partir dessa formalização, é possível encontrá-lo no organograma da Escola e ver suas funções e competências.

E1 comenta que a aprovação do regimento converge com o ano de inauguração da unidade, que foi em março de 2019, durante a quarta edição de um evento extensionista promovido pela EPUFBA, que atualmente é liderado pelo memorial, intitulado “Conversando com a Escola Politécnica”. E1 comenta que o memorial é o “carro-chefe” das atividades de extensão da Escola.

Ela destaca que, desde o ano de 2023, as atividades extensionistas da Escola estão vinculadas à Semana de Arte, Cultura e Tecnologia da Escola Politécnica. O evento leva o nome de Poli-ACTA, e trata de promover atividades trimensais que falam acerca da história da engenharia. Dentro dessas atividades, o memorial participa de forma ativa, divulgando suas atividades e seu acervo como forma de disseminação da informação e como uma tentativa de se aproximar, através do acervo, da comunidade interna e externa.

O MACF, nasce a partir da ideia da criação de um arquivo histórico da EPUFBA. O projeto que culminou na construção do MACF foi proposto no ano de 2010. Inicialmente, o projeto tinha a denominação de “Arquivo Histórico da Escola Politécnica”. A inauguração oficial estava prevista para o ano de 2018, contudo, devido a atrasos na transferência da documentação para o espaço físico reformado, ela só aconteceu em março de 2019. No entanto, as obras que deram início a reestruturação do espaço que hoje é o MACF foram iniciadas novembro de 2015 e concluídas em junho de 2016 (Amaral, 2017).

Na percepção de E1, há uma tendência nas direções da EPUFBA de se preocupar com a memória do local. Logo, esse crescente interesse das direções resultou não só na construção do MACF, como também em iniciativas de apoio às atividades do MACF por compreender sua relevância para a preservação e difusão da memória, bem como para a pesquisa, produção do conhecimento e acesso à informação.

E1 destacou a relação do MACF com a reitoria da UFBA, através da presença do reitor e de representantes em participação em eventos e divulgação por meio de canais institucionais nas redes sociais, além do estímulo a projetos voltados à recuperação de acervos, como o edital da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Esse edital visa a recuperação e acervo não só da EPUFBA – o que inclui o MACF –, como também de memoriais e museus de toda a universidade. Em relação a esse edital, na primeira visita, E1 comenta que a proposta foi previamente aprovada, mas ainda não obtiveram um parecer final, contudo, a coordenadora expressa que, obtendo a aprovação, o MACF vai ter uma relação ainda mais próxima com a reitoria. Já no segundo encontro, E1 nos informa que os recursos do projeto foram direcionados para outras unidades da UFBA, ou seja, o MACF não foi contemplado.

Segundo a E1, o MACF conta com apoio financeiro externo proveniente de apoiadores e pessoas interessadas em contribuir com doações à instituição. Por ser um espaço que abriga documentação muito antiga e frágil, o MACF necessita realizar trabalhos contínuos de preservação e restauração para garantir tanto a integridade desses documentos quanto o acesso à informação neles contida.

No entanto, a distribuição de recursos da universidade muitas vezes não é suficiente para atender a essas demandas, tornando essencial buscar apoio externo. E1 também relatou que o memorial está desenvolvendo um projeto para criar um

programa registrado no Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão (SIATEX), com o objetivo de formalizar o recebimento de recursos externos de possíveis doadores interessados.

Nesse contexto, e de acordo com o objetivo da pesquisa, vale retomar o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.159/1991, que estabelece ser dever do poder público a proteção especial aos documentos de arquivo, considerando-os como patrimônio documental de interesse público (Brasil, 1991). Assim, compreende-se que é responsabilidade da universidade prover recursos adequados para garantir a integridade desse patrimônio.

A responsabilidade inclui a preservação das condições ambientais e estruturais sob as quais os documentos estão armazenados, assegurando sua conservação e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. Conforme discutido no referencial teórico dessa pesquisa, a memória utiliza os mais variados suportes da cultura material, como documentos, para representar aspectos históricos e identitários.

Esses suportes podem assegurar que a memória seja transmitida, mas dependem da preservação física para que suas informações sejam cristalizadas e mantidas acessíveis (Azevedo Netto; Dodebei, 2017; Araújo, 2018; Ribeiro, 2017; Pollak, 1989,1992). São elementos que se constituem como um caráter tangível e manipulável da informação, e que se constituem também como evidência e prova, sendo fontes de subsídio para a produção do conhecimento (Buckland, 1991).

Logo, a materialidade dos documentos, como argumenta Frohmann (2008), é essencial não apenas para sua preservação, mas também para seu papel social, cultural e político. A forma como um documento é selecionado, tratado e disponibilizado impacta diretamente na sua circulação, seu valor e a voz que ele pode ter na sociedade.

Assim, os processos de conservação e de acesso favorecem considerações éticas, políticas e culturais, reforçando a importância de uma gestão atenta e cuidadosa do acervo documental. Frohmann (2008) reforça isso ao dizer que o desaparecimento documentário do enunciado o retira não apenas de um escopo de práticas institucionais, como também de práticas individuais, sociais e culturais.

Segundo E1, as atividades do MACF têm sido fortalecidas também por conta iniciativas da direção da escola, que formalizou a criação do espaço e integrou sua missão à da universidade, voltada ao ensino, pesquisa, produção de conhecimento,

inovação e extensão. Além disso, a formalização do regimento consolidou o memorial como órgão de assessoramento na estrutura da escola, ampliando sua visibilidade e funcionalidade dentro da EPUFBA.

Em relação aos usuários dos serviços oferecidos pelo memorial, E1 destacou que, parte considerável pertence à comunidade interna da UFBA, incluindo alunos de diversas áreas do conhecimento, com destaque para os estudantes do Instituto de Ciência da Informação (ICI), onde está vinculado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Além disso, o MACF recebe alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas de Salvador e região metropolitana, em uma iniciativa da universidade para promover a pesquisa, o conhecimento e o acesso à informação sobre a história e as atividades da EPUFBA.

E1 também ressaltou que a maior parte da demanda do MACF provém de ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos da EPUFBA que, frequentemente, visitam o memorial em busca de informações relacionadas ao período em que tiveram vínculo com a escola.

6.1.3 O acervo do MACF

Como já comentado e reforçado por E1 durante a entrevista, O MACF nasce a partir de um projeto do arquivo histórico da EPFUBA. Contudo, nas dependências do local onde hoje o MACF está estruturado, se encontravam muitos documentos misturados com material de almoxarifado e sujeira, sem nenhum tipo de tratamento.

Durante o processo de identificação e tratamento desses documentos que, à primeira vista, pareciam serem só documentos arquivísticos, foram encontrados objetos tridimensionais, classificados como sendo de natureza museológica.

Devido à presença desses documentos no espaço e à percepção de que eles se relacionavam com os demais documentos arquivísticos e com a história da EPUFBA, percepção compartilhada por E1 e pela equipe que estava trabalhando com a identificação do material, o arquivo histórico adquiriu a robustez necessária para ser denominado memorial. Todavia, o MACF segue atuando como o arquivo permanente da EPUFBA, mesmo abrigando, em seu espaço, documentos de naturezas distintas.

É importante destacar o papel do MACF como responsável pela guarda, tratamento e disponibilização da documentação arquivística permanente da EPUFBA, especialmente considerando o objetivo dessa pesquisa, que se concentra

exclusivamente na análise dos documentos arquivísticos do local. Dessa forma, além de promover a disseminação e difusão da história da instituição por meio de seu acervo, o MACF também desempenha funções características de um arquivo permanente (Ilara, 2022).

Por desempenhar essa função, o MACF realiza o tratamento de ambas as documentações de acordo com as recomendações legais específicas da Arquivologia e Museologia. Por conta disso, o MACF é responsável pelas atividades de avaliação, arranjo e descrição dos conjuntos documentais permanentes. Durante a consulta ao site oficial da EPUFBA, verificou-se que o MACF realiza atividades técnicas que incluem funções arquivísticas como a Avaliação, Classificação, Descrição e Preservação documental, conforme descrito na própria plataforma (Escola Politécnica da UFBA, 2025, *online*).

No quadro 3, segue a relação dos documentos que fazem parte do acervo do MACF. Os documentos de natureza museológica estão classificados como sendo do tipo “tridimensional.” Destacamos que esse material foi elaborado e disponibilizado para a reprodução em nossa pesquisa pela equipe do MACF, através de e-mail.

Quadro 2 – Resumo dos tipos e conteúdo do acervo do Memorial Arlindo Coelho Fragoso

Tipo de acervo	Conteúdo/características
Audiovisual	Vídeos (fitas VHS) produzidos e/ou acumulados pela unidade e referentes à sua área de atuação ou setores correlacionados.
Iconográfico	Iconografia relacionada à Escola, de origem interna ou externa, em diferentes suportes (fotografias em papel emulsionado e eletrônico).
Textual	Documentação manuscrita, datilografada ou impressa que reflete aspectos significativos da trajetória da unidade (documentação administrativa, contábil e acadêmica), bem como da trajetória pessoal de diretores, funcionários, alunos e professores, desde sua criação até a atualidade: atas, dossiês, correspondências, relatórios, regimentos, regulamentos, balancetes, ofícios, circulares, pareceres, cadernetas, provas e outras espécies documentais das atividades-meio e atividades-fim da unidade.
Cartográfico	Plantas contendo representações arquitetônicas dos edifícios do Instituto Politécnico e da Escola Politécnica (de suas diversas sedes) ou de projetos de Engenharia desenvolvidos por ex-docentes da unidade.
Informáticos	Documentos produzidos, tratados ou armazenados em computador (disquetes, CDs e DVDs).
Tridimensional	* Coleção EPUFBA: Composta por troféus, flâmulas, medalhas, acervo de pinturas, instrumentos científicos, capelos, objetos utilizados na sala de aula pelos docentes (esquadros, réguas etc.) referentes à Escola Politécnica e seus departamentos; *Coleção do Laboratório de Geomensura Theodoro Sampaio (LGTS): Formada por equipamentos de Topografia, Geodésia, Astronomia, Navegação, Hidrologia, Meteorologia, Fotogrametria, Desenho etc., pertencentes ao Departamento de Transportes e Geodésia da EPUFBA (CERAVOLO, 2015).

Pessoal	Acervos privados de estudos e projetos dos ex-docentes: a) Engenheiro civil e sanitarista Nelson Gandur Dacach (do antigo Departamento de Hidráulica e Saneamento da EPUFBA) (AMARAL et.al, 2017; OLIVEIRA; VIARO, 2016); b) Bacharela e licenciada em Física Iara Brandão de Oliveira (Departamento de Engenharia Ambiental/ EPUFBA) e c) Engenheiro Civil Asher Kiperstok (Departamento de Engenharia Ambiental/ EPUFBA). O Memorial possui um grupo de trabalho criado pela direção da Escola Politécnica, por meio da Portaria nº 014/2018 que, resumidamente, delimita como foco a difusão de conhecimentos no âmbito da Arquivologia, Engenharia Civil e Engenharia Sanitária e Ambiental, por meio do acervo técnico de Nelson Gandur Dacach, no desenvolvimento de atividade técnico-científicas e didáticas que possam colaborar no desenvolvimento dos futuros profissionais. Ademais, este grupo realiza parcerias técnico-acadêmicas e atividades de extensão e, por fim, estimula a doação de outros acervos técnicos para o aproveitamento no ambiente acadêmico (EPUFBA, 2018).
Sonoro	Acervo sonoro referente à gravação de sessões da Congregação e eventos comemorativos ao aniversário da Escola Politécnica.

Fonte: MACF, 2024.

Ao ser questionada sobre a relação entre os dois acervos, a entrevistada ressaltou a importância da interação entre os acervos arquivísticos e museológicos. Ela destacou que esses acervos possuem uma relação complementar, onde um esclarece o outro. Um exemplo citado foi a coleção de Theodoro Sampaio, formada por objetos tridimensionais, cuja identificação dos instrumentos doados depende da existência de documentos arquivísticos, como termos de doação.

Outro exemplo mencionado foram as placas de formatura que, muitas vezes, complementam informações ausentes em documentos arquivísticos, como convites, enriquecendo as descrições e permitindo a identificação de dados sobre turmas e anos de conclusão. Na subseção seguinte, será abordado as formas de incorporação e avaliação de documentos adotadas pelo MACF.

6.2 AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MACF

Perguntamos a E1 quais são as formas de incorporação de documentos no acervo no MACF, ou seja, quais são os critérios de seleção para que os documentos arquivísticos relacionados à EPUFBA cheguem até o memorial. Nos foi informado que o MACF recebe exclusivamente documentação de valor permanente, pois, como já mencionado, também realiza atividades que são de responsabilidade de um arquivo permanente.

De acordo com E1, “A documentação que chega aqui, toda que vem para cá, é toda ela permanente, sem separação, ou seja, a gente recebe e acolhe dentro do que a gente já tem como tipos documentais previamente identificados”. Essa

documentação é proveniente dos setores que compõem a EPUFBA, como departamentos e colegiados.

Após o cumprimento do prazo corrente nos respectivos setores, os documentos de valor permanente são encaminhados ao MACF por meio do processo de recolhimento. Durante a entrevista, E1 nos conta como é o processo de seleção dos documentos que irão fazer parte do acervo do memorial:

A forma principal é transferência pelos setores administrativos da escola: os departamentos, os colegiados, transferirem documentação para cá, ou melhor, recolherem documentação para cá, para o memorial. Quando essa documentação é histórica.

E1 nos informa que a equipe do MACF atua juntamente com os outros setores da EPUFBA que armazenam documentos arquivísticos na seleção, avaliação e recolhimento da documentação. A equipe busca mapear quais tipos documentais existem em cada departamento da Escola, identificando quais deverão ser recolhidos para o MACF e quais possuem potencial para eliminação.

Documentos como os relativos à aposentadoria de professores e funcionários, pastas de alunos e servidores e provas finais, antes de serem recolhidos ao memorial, permanecem sob a guarda dos arquivos correntes ou, em alguns casos, ficam acumulados de maneira inadequada em outros setores.

De acordo com E1, é necessário, em alguns casos, que a equipe se mobilize para buscar essa documentação nos arquivos correntes e demais setores da Escola, por conta de um desconhecimento das pessoas que atuam nos demais setores e departamentos acerca da destinação final dessa documentação, ou seja, não sabem que o destino do recolhimento é o memorial.

Além da documentação que chega ao MACF por meio do processo de recolhimento, parte do acervo da massa documental acumulada (MDA), encontrado antes de sua reestruturação, ainda se encontra passando por um processo de identificação. Embora a maior parte já tenha sido identificada e disponibilizada para acesso da comunidade, esse trabalho continua em andamento.

E1 relata: “Então, essa é a forma. Recolhimento e o próprio tratamento técnico da documentação que já estava no espaço, que hoje a gente dá o nome de memorial.” A MDA, como já mencionado, foi encontrada sem qualquer tratamento técnico arquivístico e misturada a outros materiais de almoxarifado. Desde então, sua organização e tratamento têm sido realizados pela equipe ao longo dos anos.

O recebimento dos documentos é formalizado por meio de termos de transferências, utilizados para receber documentos internos da Escola, ou por meio de termos de doação, no caso de documentos externos, a exemplo de doações de ex-professores ou ex-alunos, que são incorporadas ao acervo do memorial, por serem consideradas relevantes para a história e trajetória da EPUFBA. Mais adiante, discorreremos sobre o processo de incorporação de acervos pessoais ao MACF e acerca dos critérios adotados nesse processo.

E1 reforça que toda a documentação histórica produzida pela Escola é recolhida ao memorial, seguindo a organicidade e preservando a relação entre os conjuntos documentais. Diante desse contexto, perguntamos se as práticas adotadas pelo MACF diferem, de alguma maneira, em termos metodológicos, daquelas adotadas em arquivos permanentes, considerando a natureza do espaço, que leva o nome de memorial.

Em resposta, foi informado que os critérios e metodologias aplicados pelo MACF no que diz respeito à avaliação e tratamento dos documentos, não se diferenciam das práticas adotadas em arquivo permanentes. E1 ainda complementa:

Então, a gente tenta usar as práticas não só da museologia dentro do sistema de museus que nos orienta aqui, inclusive [cita o nome de uma professora] é uma das que faz essa orientação para esses objetos tridimensionais, mas o acervo arquivístico segue as mesmas práticas do CONARQ e do Arquivo Nacional para arquivos permanentes (E1).

Com base nas pesquisas realizadas por meio dos canais oficiais de comunicação do MACF e da UFBA, como o site, o regimento interno e as redes sociais, juntamente com os dados obtidos por meio de entrevistas e visitas técnicas, observamos que o espaço abriga de maneira coexistente um arquivo permanente e um acervo museológico, que são avaliados e tratados de acordo com as recomendações específicas que são estabelecidas para cada área.

Em relação ao acervo arquivístico do MACF, notamos que ele não realiza procedimentos de seleção, avaliação e tratamento de documentos que destoem dos processos arquivísticos para arquivos permanentes.

Os desafios e dificuldades enfrentados pela unidade, do ponto de vista da organização e preservação, são semelhantes aos que podem ser encontrados nas demais realidades de arquivos permanentes, o que leva o MACF a se enquadrar no caso em que a instituição abriga um arquivo permanente dentro de um memorial, onde

teve uma MDA tratada e organizada, conforme discutido por Ramos (2022) e abordado na seção 4 desse trabalho.

Por atuar como um arquivo permanente, é esperado que os documentos de natureza histórica que são encaminhados ao MACF sigam a organicidade da instituição de que ele faz parte. Porém, vale destacar que a realidade do MACF, assim como de outras unidades da UFBA com configurações semelhantes, necessita de um olhar mais abrangente, por conta da coexistência dos acervos.

O que se nota é que o memorial adota as normas e legislações da Arquivologia aplicáveis a arquivos permanentes, seguindo as recomendações do CONARQ, da legislação brasileira e utilizando os instrumentos de destinação e controle recomendados. Além disso, o MACF busca, dentro do que é possível, manter a organicidade no que diz respeito ao recolhimento dos documentos.

Contudo, de maneira paralela à situação que o aproxima de um arquivo permanente, o MACF também adota algumas práticas que o aproximam da concepção de memorial, como a busca também pela memória afetiva, dentro do ambiente da memória institucional. Conforme indicado por E1, o MACF incentiva e busca também acolher histórias de pessoas vinculadas à EPUFBA e à história da engenharia, por meio de doações.

Conforme já mencionado, o projeto que originou o MACF, nasceu da criação de um arquivo histórico. Por ser um espaço que possui como objetivo a preservação e difusão da memória institucional da EPUFBA, o memorial incorpora elementos de outras naturezas que se somam a essa memória, como os objetos tridimensionais que formam grandes coleções no espaço.

E1 comenta que uma demanda significativa do memorial vem de pessoas que possuem vínculo familiar com ex-estudantes e professores da EPUFBA:

Mas a grande demanda nossa aqui, eu acho, são muitas vezes filhos de ex-professores, ex-alunos, que também vêm aqui ao memorial para consultar a pasta, muitas vezes do seu avô, do seu bisavô ou bisavó, aqui no nosso espaço também, para a prova, procurando certidão de nascimento, procurando documentos que muitas vezes as atuais pastas não têm (E1).

Além disso, E1 destaca que o memorial busca aproximação com a comunidade interna e externa por meio da realização de eventos que reforcem os aspectos identitários da Escola. Dessa maneira, o MACF realiza tentativas de fortalecer a identificação das pessoas com a EPUFBA, através do acervo.

As tentativas de estabelecer essa conexão podem ocorrer, por exemplo, através da identificação de pessoas com documentos que fizeram parte da história da sua família ou através de documentos como convites de formatura e atividades acadêmicas, onde alguns ex-alunos e professores podem vir se reconhecer na história da EPUFBA.

Uma outra forma que o MACF encontrou de incentivar essa participação e tentar promover uma identificação, foi uma campanha realizada para receber convites de formaturas de ex-alunos. A busca por documentos que reforcem laços familiares, vínculos emocionais e relações pessoais caracteriza o memorial como um espaço que também vai além do tratamento e organização técnicos dos documentos.

Os documentos referentes à trajetória acadêmica de figuras públicas e reconhecidas por sua participação social e política na história da Bahia e que passaram pela Escola Politécnica, como o ex-deputado Carlos Marighella e membros da família Odebrecht, são constantemente procurados por estudantes e pesquisadores que estudam essas personalidades.

Esses documentos são procurados para pesquisas e, de acordo com E1, o MACF adota a prática de trabalhar com termos de autorização para obter a anuência da família dessas pessoas sobre os conteúdos que podem ser veiculados. Dessa forma, o MACF demonstra uma preocupação em resguardar os direitos, integridade e possíveis dados pessoais sensíveis dos indivíduos representados no acervo, conforme previsto no artigo. 7º da LGPD.

A presença desses documentos e a busca deles para pesquisa por parte da comunidade demonstra um entrelace entre a memória institucional e a memória social. Dessa forma, o espaço pode ganhar uma dimensão simbólica e afetiva através do acervo, corroborando com o pensamento de Albuquerque e Rosa (2019) quando as autoras dizem que as informações disponibilizadas pela Arquivologia permitem que os cidadãos se identifiquem com a sociedade a qual pertencem e colaborem para a construção de uma memória social.

Apesar disso, ressaltamos que possíveis buscas por documentos, sejam eles de personalidades públicas, ou familiares, motivadas unicamente pelo objetivo de realizar pesquisas ou somente obter informações não devem ser confundidas com um sentimento genuíno de identificação ou pertencimento.

As questões relativas às emoções e sentimentos humanos só podem ser mapeadas e identificadas conforme a afirmação de cada indivíduo que tem contato

com o memorial e seu acervo, porque são questões particulares e que podem acontecer de maneiras diferentes para cada pessoa, conforme suas vivências pessoais e coletivas.

Apesar do foco da pesquisa estar direcionado aos documentos arquivísticos, podemos compreender que a afirmação de Albuquerque e Rosa (2019), anteriormente mencionada, se estende aos documentos do memorial como um todo, independentemente de sua natureza, podendo assim servir como gatilhos para a evocação da memória e sentimentos de reconhecimento e identificação. Dessa forma, compreendemos que essas características aproximam o MACF da concepção de memorial.

O MACF acolhe elementos que se somam com a memória institucional que deseja preservar, o que lhe confere uma dinâmica que dialoga com a Arquivologia, a Museologia e outras áreas do conhecimento como a História, porque o MACF também abriga documentos centenários, que se inserem na história da Engenharia na Bahia e no Brasil.

A natureza expositiva de suas atividades também o aproxima da concepção de memorial. Essas atividades, buscam fomentar o acesso e difusão da informação através da pesquisa e de atividades culturais e educativas abertas ao público como palestras, oficinas e seminários e coordenação de grupos de pesquisa, atuando com um local que busca um diálogo com a sociedade, se tornando uma ponte entre a instituição e a comunidade.

Contudo, observamos que a predominância de profissionais arquivistas confere que seja dado ao espaço uma atenção e um olhar mais arquivístico em termos de tratamento, o MACF conta com uma arquivista na coordenação e com servidores efetivos da Arquivologia desde a sua instituição. A existência de um acervo museológico foi o principal motivo para que o MACF fosse considerado um memorial e não um arquivo histórico, como era o plano inicial conforme relatado por E1.

Dessa forma, constatamos durante a nossa pesquisa o que foi afirmado na pesquisa de Ilara (2022, p. 76) sobre o MACF como um lugar de memória: “Assim, o projeto foi readequado para transformar o arquivo histórico em um memorial que funcionaria de forma híbrida, ou seja, manteria a função de arquivo histórico da EPUFBA, mas também seria um espaço museal”.

A pesquisadora citada desenvolve seu trabalho no MACF através de pesquisas de campo e relatos de servidores da direção da EPUFBA e do MACF, onde todos

relatam que o MACF funciona de maneira híbrida, como um arquivo permanente e um sistema de museu (Ilara, 2022).

Ilara (2022) relata que, durante a construção do MACF, a equipe contou com o auxílio de uma museóloga para avaliar e classificar os objetos museológicos. Contudo, atualmente, a unidade não conta com o apoio de um profissional da área, contando somente com arquivistas. Embora a Museologia não seja o foco dessa pesquisa, compreendemos que a ausência de profissionais dessa área pode comprometer a abordagem museológica do memorial.

Amaral (2017) descreve o processo de implantação e construção do memorial. O processo se constituiu em fundamentação teórica de obras da área de Arquivologia, e estudo das publicações do CONARQ para construção de arquivos. O projeto arquitetônico da estrutura do MACF também teve como ponto norteador as recomendações do CONARQ e experiências práticas da Universidade Federal do Ceará (UFC). As informações compartilhadas por E1, somadas com a literatura sobre o MACF, reforçam que sua estrutura foi pensada para funcionar também como um arquivo.

O memorial conta com um corpo multidisciplinar de estagiários, bolsistas e voluntários, das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Administração, que contribui com um olhar de outras áreas do conhecimento nas atividades que realiza. O corpo de servidores efetivos do MACF, é composto por duas arquivistas, sendo uma delas a coordenadora do local.

Durante a nossa primeira visita, a arquivista responsável pela coordenação era a única servidora efetiva do local. Notamos que esse fato resultava em uma sobrecarga de funções e responsabilidades concentradas na profissional. O restante da equipe era composto apenas por estagiários e bolsistas que, por serem estudantes em processo de formação, possuem limitações de carga horária e de funções, além de não terem autonomia para tomar decisões, e necessitarem de constante acompanhamento.

A dificuldade de contratação de servidores é um problema de ordem institucional que vai além do alcance da equipe do MACF e da própria EPUFBA, pois está ligada e depende de questões administrativas, burocráticas e orçamentárias da UFBA. Outro ponto a se considerar é falta de pelo menos mais um servidor efetivo de outra área do conhecimento, como da Museologia, por exemplo, para colaborar com as atividades multidisciplinares do MACF.

E1 nos informou durante a primeira visita que estavam em processo de tentativa de conseguir mais um servidor. Quando retornamos para o segundo encontro, a tentativa obteve sucesso e o MACF já contava com mais uma servidora, técnica em arquivo, o que reforça o direcionamento do MACF como um memorial que foca suas atividades especialmente no acervo arquivístico.

O processo de seleção dos documentos arquivísticos da EPUFBA que determina quais dos conjuntos documentais da Escola irão fazer parte do acervo do MACF é de responsabilidade das duas servidoras efetivas do memorial, ambas arquivistas. Dessa forma, o MACF atua de forma ativa na tarefa de determinar quais conjuntos são de caráter permanente e precisam ser recolhidos ao MACF e quais não.

Contudo, a EPUFBA não conta com esses trabalhos realizados pelo MACF de maneira formalizada, ou seja, não existe, em termos de formalização e instituição, uma comissão interna de avaliação de documentos. De acordo com E1, “[...] essa comissão, hoje, é formada por mim e por [técnica em arquivo] para acolher ou não essa documentação em um primeiro momento. Mas a gente precisa formalizar isso em âmbito de direção.” A nova servidora passou a fazer parte das atividades a partir do momento em que foi inserida no corpo profissional do MACF.

Dessa forma, as competências que caberiam a uma comissão de avaliação e apreciação dos documentos ficam a encargo e critérios dos profissionais efetivos que atuam no MACF, que atuam juntamente com a direção no processo acolhimento, ou não, dos documentos do memorial, chamada por E1 de “pré-comissão interna”.

Estes foram os motivos apontados por E1 para inexistência de uma comissão interna de avaliação de documentos:

Por que ainda não está formalizado de uma certa forma? Porque a gente ainda não terminou o processo de identificação do acervo preliminar. Então, posteriormente, ou melhor, ao mesmo tempo que essa identificação vai ser retomada agora, a gente vai formalizar essa comissão interna. Porque eu acho que eu comentei contigo da última vez, a gente tem comissão da universidade, que ainda não instituiu novas práticas, ela já está instituída por mais de 10 anos, mas ela não instituiu as políticas de fato para a unidade (E1).

Perguntamos a E1 se havia planos futuros de instituir uma possível comissão interna na EPUFBA que incluísse o MACF ou profissionais de outras áreas para ajudar na apreciação do valor dos documentos. Em resposta, fomos informados de que, após resolvidas as questões da identificação do acervo preliminar e das orientações de uma comissão da universidade, há pretensões de formalizar uma comissão interna.

Considerando a fala de E1, compreende-se que, após resolvidas as questões pendentes mencionadas pela entrevistada, não haverá alteração na composição atual da comissão, que manterá duas servidoras do MACF, juntamente com a direção e os profissionais que trabalham nos respectivos setores onde ficam os documentos, incluindo os arquivos correntes.

A expectativa de E1 é a de que, a partir do momento em que houver direcionamentos da Comissão de Arquivos da universidade, e finalizado o processo de identificação do restante da MDA, a formalização de uma comissão interna passe a acolher formalmente também os servidores de outros setores que demandam recolhimento ou doação de documentos. Além disso, de acordo com E1, pretendem incluir também profissionais de outras áreas como museólogos, historiadores e outros profissionais de acordo com as demandas que venham a surgir.

Por seguir um modelo que favorece a estrutura de um arquivo permanente, o espaço busca estar em conformidade com as práticas e legislações arquivísticas e sente a necessidade das orientações e políticas para norteá-las.

Durante a conversa com E1, a ausência de uma política arquivística centralizada na UFBA e a atuação da Comissão Permanente de Arquivos da UFBA apareceram de forma predominante como sendo uns dos fatores que prejudicam o andamento dos trabalhos realizados pelo memorial. Conforme informado por E1:

Como a gente carece das políticas aqui arquivísticas, a gente usa, claro, a orientação que a política arquivística futuramente vai seguir aqui também, que é do CONARQ, né? A gente usa todas aquelas recomendações, né? Pensando, né, em quando a gente tiver política, elas estejam formalmente expressas (E1).

Na falta de uma orientação oficial da universidade, a EPUFBA e o MACF adotam iniciativas e estratégias próprias, dentro do que lhes é possível fazer, para avaliar, recolher, organizar e tratar os documentos arquivísticos.

E1 complementa: “A gente está em processo, mas eu acho que a gente também depende muito de uma política da universidade pra gente começar a ganhar um maior corpo.” E1 também compartilha conosco que o MACF busca estabelecer um diálogo com unidades memoriais que possuem realidades semelhantes, como o Memorial FDUFBA, para trocar experiências e buscar soluções para os desafios.

A unidade segue as recomendações que são dispostas da Lei nº 8.159/1991 e as diretrizes estabelecidas pelo CONARQ para constituição de arquivos e trato com a documentação de valor permanente, que são orientações gerais para os arquivos,

contudo, fica em falta uma política oficialmente instituída pela UFBA, onde sejam fornecidas diretrizes mais específicas.

Um dos motivos apontados por E1 para a ausência de uma comissão interna de avaliação de documentos, bem como para a dificuldade em sua formulação, é a ausência de atuação de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da universidade. Essa comissão também seria responsável por elaborar a política arquivística da universidade, bem como os instrumentos de avaliação e destinação de documentos que se adequem à realidade da UFBA.

Conforme abordado ao longo da pesquisa, o MACF atua de maneira híbrida. Por conta dessa característica singular do memorial, questões envolvendo as políticas arquivísticas da UFBA apareceram durante nossas investigações. Dessa forma, separamos um espaço na pesquisa para explicar o cenário das políticas arquivísticas na UFBA, como e porque elas influenciam nos trabalhos arquivísticos do memorial que é o nosso objeto de estudo.

De acordo com o Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, fica instituída, no âmbito do Arquivo Nacional, a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Esse decreto estabelece que órgãos da administração pública federal constituam suas Comissões Permanente de Avaliação de Documentos para atuar na avaliação de documentos de valor secundário (Brasil, 2019).

O CONARQ diz o seguinte a respeito do decreto:

Essas Comissões são responsáveis pela elaboração do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-fim, pela avaliação dos documentos, elaboração de normativas internas e aplicação de procedimentos referentes à eliminação (Arquivo Nacional, 2022).

A avaliação documental, especialmente em se tratando de um espaço como o memorial e de documentos centenários como os da EPFUBA, envolve uma abordagem subjetiva, ou seja, se faz necessário considerar, além do conteúdo do documento, seu contexto histórico e cultural.

Seguindo as exigências do Decreto nº 10.148 de 2 de dezembro de 2019, a UFBA criou, em março de 2019, no seu regimento geral no artigo 59, sua Comissão Permanente de Arquivos. De acordo com o regimento, a Comissão terá as seguintes funções:

I - propor, implementar e acompanhar a execução de uma política de arquivo para as Unidades Universitárias; II - estabelecer normas e diretrizes para o funcionamento dos arquivos setoriais nas unidades acadêmicas e administrativas; III - orientar as ações necessárias à preservação de documentos de valor permanente nos respectivos núcleos de arquivamento; IV - assessorar, quando solicitada, os Conselhos Superiores, a Reitoria, as Unidades Universitárias e outras instâncias acadêmicas no encaminhamento de questões referentes a arquivo e gestão de documentos(UFBA, 2019, p. 23).

Segundo as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 11/2022 da UFBA, fica instituída uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), que é responsável pela gestão análise, avaliação e destinação dos documentos da universidade, em conformidade com o Decreto 10.148/2019.

Suas principais funções incluem: elaborar o código de classificação e tabela de temporalidade relativos às atividades-fim da escola e submeter a aprovação do Arquivo Nacional; aplicar e orientar as unidades administrativas quanto uso desses documentos; orientar e determinar os conjuntos de valor permanente e os que serão eliminados; submeter as listagens de eliminação à aprovação do reitor.

Já a portaria nº 356 de 9 de agosto de 2023 institui uma nova Comissão Permanente de Arquivos (CPARQ) e nomeia seus respectivos membros. O artigo 2º da portaria determina as seguintes funções para a comissão (UFBA, 2023):

I - Propor, implementar e acompanhar a execução de uma política de arquivo para as Unidades Universitárias;

II - Estabelecer normas e diretrizes para o funcionamento dos arquivos setoriais nas unidades acadêmicas e administrativas;

III - Orientar as ações necessárias à preservação de documentos de valor permanente nos respectivos núcleos de arquivamento; e outras instâncias acadêmicas no encaminhamento de questões referentes a arquivo e gestão de documentos.

IV - Assessorar, quando solicitada, os Conselhos Superiores, a Reitoria, as Unidades Universitárias e outras instâncias acadêmicas no encaminhamento de questões referentes a arquivo e gestão de documentos.

De acordo com E1, a falta de instrumentos arquivísticos como uma tabela de temporalidade própria da universidade compromete os trabalhos do MACF: “[...] a inexistência formalizada e, eu diria, dos instrumentos arquivísticos de controle de destinação e da universidade para convergir com os nossos, para atestar os nossos

é um problema. (E1).” Atualmente, a UFBA não conta com uma tabela de temporalidade que atenda a realidade das unidades que compõe a universidade.

A ausência da atuação de uma comissão e falta de uma política arquivística instituída implicam na falta orientações acerca de questões relativas à guarda, preservação, eliminação de documentos e instrumentos arquivísticos nas respectivas unidades.

José Maria Jardim, pesquisador na temática de políticas arquivísticas, conceitua políticas arquivísticas como:

o conjunto de premissas, decisões e ações- produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006, p. 10).

Logo, pensar em políticas de preservação de documentos arquivísticos nas instituições que possuem arquivo, ou que, como no caso do MACF, possuem espaços que sentem a necessidade de estar em conformidade com as práticas arquivísticas, envolve também pensar nas questões relativas à gestão da informação, como a organização do acervo, a preservação física dos documentos e a organização lógica do conteúdo de forma a facilitar sua recuperação e seguir os devidos critérios para a destinação correta dos documentos.

As políticas arquivísticas, quando instituídas e aplicadas corretamente, podem fortalecer a preservação da memória institucional, pois permitem que os documentos produzidos ao longo das atividades de uma determinada instituição sirvam como referência para a tomada de decisões, possibilitando comparações entre práticas passadas e presentes.

Ao garantir uma gestão e preservação eficaz desses documentos, assegura-se que eles possam ser acessados por diferentes pessoas em tempos e lugares distintos. Assim, as políticas arquivísticas asseguram a gestão e o tratamento adequado de documentos arquivísticos, que atuam como um canal que pode conduzir a memória e, ao mesmo tempo, representa e reforça a identidade institucional.

Durante a conversa com os membros da CPARQ, E2 descreve o cenário de atuação da Comissão, a partir do momento em que ingressou como membro titular, conforme as nomeações previstas na Portaria nº. 356 de 9 de agosto de 2023.

Segundo E2, a Comissão estabelecida para atuar a partir de agosto de 2023 se reuniu e fez planos para o ano de 2024, contudo, o período de greve de técnicos-servidores e professores que ocorreu na UFBA no ano de 2024, comprometeu o andamento dos trabalhos.

Então, essa comissão, por meio de uma movimentação da administração central, ela foi criada no final de 2023, em agosto de setembro de 2023, com o objetivo de fazer com que, de certa forma, fosse formalizada a existência de uma política de arquivos na UFBA. Nós fizemos duas reuniões nesse período, no intuito de poder articular as questões voltadas para a política. O ano de 2024 foi um ano, de certa forma, atípico, porque nós tivemos uma greve. Então, isso, de certa forma, inviabilizou o andamento de algumas atividades da comissão (E2).

Conforme afirmado por E2, um dos objetivos da CPARQ é realizar um estudo que visa compreender a realidade e as necessidades dos diferentes setores, unidades administrativas e acadêmicas da UFBA.

De acordo com esse entrevistado, isso é necessário para o processo de formulação de uma política de arquivos, por conta do contexto de diversidade presente na universidade. Essa diversidade é representada em um cenário onde se encontram múltiplas formas de gestão, produção e organização dos documentos.

Já E3 aponta essa diversidade como um desafio, destacando a falta de diálogo entre as unidades da UFBA como consequência de seu contexto de formação histórica:

Em outro ponto também, que eu acredito se reverbera muito sobre a própria natureza do comportamento institucional da UFBA, ou seja, do seu desenho institucional, de como ela se formatou enquanto universidade: unidades de ensino que, depois do processo de federalização, passaram a fazer parte de um único corpo institucional que, no caso, passou a ser a própria UFBA. Mas me parece que essa unificação, do ponto de vista da federalização, ocorreu mais do ponto de vista formal, da formatação de uma institucionalidade da UFBA. Do ponto de vista pragmático, porém, as práticas continuaram a ser adotadas de forma separada. Ou seja, as unidades continuaram tendo uma certa independência administrativa, que se reveste e se reflete muito nisso que a gente continua a verificar nas unidades. Ou seja, não há uma política da universidade centralizada (E3).

Entendemos que a situação evidenciada pelos entrevistados ocorre em razão da estrutura da UFBA, composta de cerca de 34 unidades formadas por institutos, faculdades e escolas. Algumas dessas unidades, como a própria EPUFBA, embora estejam unificadas por um processo de federalização, já existiam antes desse processo ocorrer.

Logo, esses espaços surgiram em diferentes contextos históricos, culturais e sociais na Bahia, cada um possuindo seu perfil específico e com formas próprias de conduzir suas atividades administrativas e acadêmicas.

E3 diz que o trabalho da comissão não é retirar a autonomia das respectivas unidades, mas sim promover um diálogo para que haja uma convergência institucional voltada para o fazer arquivístico nas ações das unidades, de forma que sejam identificadas como ações da UFBA e não como de unidades isoladas.

Diante desse contexto, E2 reforça que não se pode pensar em uma política arquivística de uma maneira “engessada”, mas que ela precisa abarcar as diferentes realidades que existem na universidade. Contudo, E2 afirma que “[...] ela [a CPARQ] tem esse papel, de certa forma, de poder fazer com que as ações sejam executadas da forma como devem ser, seguindo os critérios e padrões arquivísticos.”

Jardim (2009, p. 50) sugere que as instituições arquivísticas priorizem a aquisição de mais conhecimento sobre o universo que deve ser objeto dessas políticas. Conforme Euzébio, Gerlin e Silva (2023, p. 2), “Perante as demandas informacionais nas instituições públicas e privadas e a crescente necessidade do uso dos documentos como fonte de memória, é essencial ter o apoio de ferramentas em consonância com as teorias arquivísticas”.

Ao agir diretamente na administração e conservação dos documentos arquivísticos que são registros de uma possível memória institucional e social, as políticas arquivísticas contribuem para que a informação registrada neles sirva como fonte de transparência e conhecimento, os constituindo como elementos importantes na construção e reconstrução de uma identidade institucional. Por isso, é importante que as instituições possuam uma boa governança e conhecimento da sua realidade, para propor ações que se adequem a sua realidade.

E3, esclarece os principais motivos para a primeira formação da Comissão não ter seguido em frente:

Só que desde então, essa comissão nunca teve oportunidade de se reunir para deliberar sobre as questões cotidianas do funcionamento da sua comissão, porque ela na época estava desfalcada de alguns membros, se eu não me engano, se não me falha a memória, representantes da Faculdade de Direito e de outras unidades também. Então, em virtude disso, nesse primeiro momento ela não funcionou, ou seja, ela não teve nenhuma reunião ocorrida durante esse período (E3).

Além da ausência de alguns membros, E3 esclarece que a primeira formação da comissão enfrentava uma fragilidade jurídica, pois não havia sido formalizada através da publicação de uma portaria. Essa falta de respaldo institucional impossibilitou que a comissão tomasse decisões oficiais e executasse ações, limitando o avanço dos trabalhos.

E2 diz que um dos objetivos da nova formação da Comissão é atender as demandas da Arquivologia, e aperfeiçoar os instrumentos de gestão, destinação e controle de documentos, ou seja, a TTDD e o plano de classificação. E3, complementa a fala de E2 ao dizer que, embora por um lado, a TTDD das IFES atenda em boa parte as necessidades da universidade, ela deixa de atender algumas especificidades características da UFBA.

Compreendemos que as falas dos entrevistados corroboram com o cenário apresentado por E1 acerca da realidade do MACF. Conforme informado por E1, por se tratar de uma unidade anterior à constituição da UFBA e por funcionar de maneira híbrida, o MACF lida com uma tipologia documental que não está expressa na TTDD das IFES, o que gera uma dificuldade na apreciação dos documentos de valor histórico da unidade.

E1 explica o motivo da dificuldade com o uso da Tabela de IFES, na falta de um instrumento próprio:

Só que a gente tem um pouco de dificuldade de utilização dela [Tabela de Temporalidade das IFES], porque a gente está lidando com acervos históricos. Então, a gente tem um tipo documental que muitas vezes não está lá expresso na tabela da atividade fim. Porque considera essa tabela das atividades fins, universidades mais novas, IFES mais novas do que a nossa. A UFBA... Não, a Escola Politécnica foi incorporada a UFBA, mas ela surgiu 40 anos antes. Então, tem esse *'delay'* ali que a tabela às vezes não atende. Claro que a gente usa os critérios que a literatura ajuda a gente a instituir (E1).

Dessa forma, os documentos do século XIX que fazem parte do MACF e do acervo histórico da EPUFBA não estão expressos na Tabela das IFES porque esse instrumento atende a configuração de IFES mais recentes.

Assim como a EPUFBA, a UFBA também possui outras unidades como a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, que já existiam antes de serem incorporadas à UFBA. A EPUFBA e o MACF utilizam como referência a Tabela de Temporalidade e Código de Classificação para atividades-meio e atividades-fim das IFES, recomendados pelo CONARQ.

Contudo, esses instrumentos não atendem de maneira adequada à realidade da EPUFBA e do memorial, por terem sido formulados visando contemplar universidades com documentos mais recentes. Sendo assim, a equipe precisa buscar soluções alternativas como recorrer à bibliografia, e seguir utilizando as recomendações gerais do CONARQ como base.

Ainda assim, algumas medidas não podem ser tomadas de fato sem uma política instituída ou determinação oficial da universidade. E1 reforça: “Mas realmente a inexistência formalizada e, eu diria, dos instrumentos arquivísticos de controle de destinação e da universidade para convergir com os nossos. Para atestar os nossos é um problema.”

Há uma concordância entre os entrevistados com relação à carência na UFBA no que se refere a questões mais específicas do fazer arquivístico. De acordo com E2, a universidade possui ações voltadas para a gestão e preservação de documentos, previstas nos respectivos dispositivos legais e possui sistemas de gerenciamento de documentos, como o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Porém, permanece pendente em atribuições específicas do fazer arquivístico, como os instrumentos voltados para as funções de avaliação e classificação de documentos, que precisam ser operacionalizadas por meio de uma política de defini e crie esses instrumentos. “Que especificamente são o plano de classificação e a Tabela de Temporalidade” (E2).

Ambos os entrevistados dizem ser importante a formalização e a aprovação de instrumentos em conformidade com as práticas arquivísticas. E2 atribui essa realidade ao fato de a teoria arquivística ser algo recente na universidade, visto que a primeira turma de bacharéis em Arquivologia na Bahia, foi no ano de 2002.

E3 também reconhece que as unidades universitárias, como a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica, possuem uma série de ações individualizadas voltadas para a gestão e preservação de documentos, que são dignas de reconhecimento por parte da Comissão, por serem feitas dentro do que o cenário lhes permite na falta de uma política institucional consolidada.

Nós tivemos algumas discussões, nessas primeiras reuniões que nós tivemos, sobre quais seriam as expectativas, digamos assim, dessa comissão. E acho que, digamos assim, é quase que uma unanimidade, o reconhecimento de que a UFBA carece justamente dessa racionalização arquivística (E3).

O que foi observado é que a equipe do MACF, juntamente com ações em conjunto com a direção, se empenha em promover a salvaguarda e a difusão do acervo dentro do que lhes é possível. Uma política implicaria em algo formalizado e centralizado pela UFBA. O que se encontra na EPUFBA são ações individuais, com anuência da direção.

Dessa forma, compreendemos que a existência de instrumentos feitos para atender a realidade da UFBA ajudaria a suprir essas lacunas e a reduzir as dificuldades enfrentadas pelo MACF e demais unidades com problemas semelhantes.

E2 complementa:

Então, assim, é um trabalho que ainda, nesse contexto, é inicial, até porque a formação é nova. Nós tivemos um contato muito prévio com o trabalho que foi até então desenvolvido pelas gestões anteriores da comissão e a nossa ideia é fazer com que, até o final desse período temporal de formação desta comissão, propor à universidade uma política de arquivos (E2).

E2 informa que, no momento, a Comissão se encontra em fase de levantamento. O levantamento ao qual E2 se refere consiste no estudo das políticas de arquivo já existentes em universidades federais brasileiras, com o objetivo de compreender as iniciativas que foram desenvolvidas e institucionalizadas em outras instituições. A intenção desse mapeamento, é identificar experiências e modelos que possam contribuir para a construção dos projetos da Comissão na UFBA.

E3 compartilha mais detalhes sobre os trabalhos da Comissão e informa que, até o momento, as reuniões realizadas pela equipe têm se concentrado no levantamento de ideias e definições preliminares de pautas e calendário, antes que sua formulação seja efetivamente iniciada.

E2 reforça que, propor uma política de arquivos, do ponto de vista normativo, é um desafio, porque uma política precisa passar por uma comissão de normas até chegar a uma instância máxima de aprovação que, nesse caso, seria o CONSUNI.

Além disso, E2 reforça que uma política deve ser formulada de maneira democrática, com a participação e a anuência de todos os que são responsáveis ou estão envolvidos diretamente no contexto da preservação, gestão e disseminação de documentos de arquivos.

E uma política de arquivos, ela não se constrói da noite para o dia. É um percurso, de certa forma, que demanda tempo, convencimento e diálogo. Porque se a gente aprovar da forma como poucos pensam, então, com certeza, poderá haver questionamentos ou problemas. Uma das demoras de uma política é ouvir e avaliar a realidade das unidades (E2).

A inclusão de profissionais de outras áreas além da Arquivologia, está prevista nas nomeações feitas pela Portaria nº. 356 de 9 de agosto de 2023 e é confirmada por E2:

Então, foi aprovada essa comissão do CONSUNI, uma comissão multidisciplinar com professores de diversas áreas, dentre elas direito, computação, administração, letras, no intuito de poder abarcar aquelas demandas que são essenciais na universidade (E2).

Isso requer um trabalho de envolvimento da comunidade profissional e administrativa da UFBA, incluindo os diretores das unidades, arquivistas, profissionais de outras áreas do conhecimento, além de um estudo detalhado das necessidades da UFBA.

Uma equipe multidisciplinar, como a idealizada pela EPUFBA para uma futura comissão interna de avaliação, conforme informado por E1, composta por arquivistas, historiadores, museólogos e profissionais da unidade que estão envolvidos nos processos de trâmite dos documentos, ajudaria a reduzir a subjetividade na apreciação.

Dessa forma, o procedimento poderia ser conduzido de maneira a considerar os interesses institucionais com base em critérios e objetivos pré-estabelecidos, além de ajudar a reduzir variações de interpretações e perspectivas dos avaliadores e subvalorização ou supervalorização de certos materiais por falta de critérios e objetivos estabelecidos.

É necessário que os processos de avaliação documental sejam realizados de forma criteriosa e tecnicamente fundamentada, de modo que as decisões relativas à guarda permanente ou eliminação dos documentos sejam pertinentes.

E2 reitera que o estágio atual dos trabalhos da Comissão é de levantamento e estudo para compreender a existência dessas políticas no contexto das universidades federais.

A gente está também num período agora de recesso acadêmico, onde muitos professores estão em período de férias. Então, a ideia é que, nesse próximo semestre, a comissão volte a reunir de forma efetiva para poder dar os encaminhamentos necessários para pensar. Logicamente, quando a gente fala em uma política de arquivo, é uma política que deve passar por um processo de formulação, maturação, de consulta pública, inclusive, para, a partir daí, dar os encaminhamentos necessários (E2).

Em casos de ausência dessas políticas e/ou orientações específicas acerca do fazer arquivístico, como no caso da UFBA, fica comprometida, em parte, a atuação de espaços tão importantes para a memória da universidade, que sentem essa

necessidade, como o MACF. Isso também acaba por gerar uma sobrecarga de responsabilidades nos profissionais e na direção das respectivas escolas, faculdades ou institutos aos quais estão vinculados, que precisam estar em constante busca de soluções na ausência de determinações oficiais da instituição.

Além de que, quando as ações não são formalizadas, isso gera a falta de obrigatoriedade e continuidade delas, o que pode implicar em serem realizadas ou não, caso haja mudanças na equipe ou na direção. O memorial promove diversas ações que, embora contem com o apoio da direção, não seguem uma política formalmente expressa.

Direcionando o foco da entrevista para os memoriais, fizemos duas perguntas aos entrevistados. A primeira foi se já houve, dentro da UFBA, algum tipo de mapeamento com o objetivo de conhecer a realidade e as necessidades das unidades administrativas e acadêmicas, bem como identificar os memoriais, considerando que são unidades acadêmicas.

A segunda pergunta consistiu em indagar se durante as breves reuniões da comissão, houve alguma discussão sobre unidades como o MACF, que levam o nome de memorial, mas que, na prática, também atuam como arquivos, com a intenção de incluí-las nos planos da comissão, seja por meio de orientações, seja na elaboração de políticas que as contemplem.

E2 nos informou que a Comissão se reuniu brevemente com a Coordenação de Arquivo e Documentação (CAD) da UFBA, pois esta já havia realizado um levantamento das unidades que possuem arquivos, e há a expectativa de que esse diagnóstico seja compartilhado com a comissão.

Segundo E2, a CPARQ ficou encarregada de aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados desse mapeamento e encaminhá-lo aos diretores das respectivas unidades, a fim de compreender o panorama atual da situação dos arquivos da universidade.

Porque não adianta, e aí, do ponto de vista de pensar uma política, a comissão propor sem conhecer. Então, assim, quando eu digo uma perspectiva de propor uma política de arquivos, é entender esse panorama da universidade. Como é que estão os arquivos, onde é que estão os preservados, como é que é que ocorrem esses processos, por exemplo, na teoria arquivística, que tratam de transferência, de recolhimento, a própria eliminação dos documentos, que precisa estar prevista em legislação e atender os requisitos legais. Então, nós estamos nesse processo ainda, do ponto de vista dessa formação da comissão inicial, na perspectiva de pensar em como propor essa política. Então, basicamente, são essas questões (E2).

Diante desse cenário, a EPUFBA e o MACF também não realizam descarte de documentos. E1 relata que a equipe do memorial orienta os demais setores a não eliminarem documentos, porque ficam no aguardo de um posicionamento oficial da comissão instituída pela universidade.

Mas a gente vai começar, dentro da identificação, a selecionar, com apoio dessa comissão interna, esses conjuntos que vão ser de caráter permanente ou não. Até para a gente começar a separar o que tem potencial para ser eliminado por essa comissão da universidade, quando ela, de fato, retomar a política arquivística da universidade (E1).

O trabalho que o MACF realiza é de separar conjuntos documentais com potencial para ser eliminados, de acordo com a Tabela das IFES. Porém, não tomam nenhuma decisão até haver uma determinação oficial da universidade com base em uma política instituída.

Em relação aos conhecimentos e planos da Comissão para os memoriais, E2 diz que ela pretende atender a todas as unidades que geram ou armazenam documentos arquivísticos.

Em resposta à segunda pergunta, E2 traça um panorama histórico da formação de memoriais na universidade: “A formação de memoriais, como você mencionou, por exemplo, na universidade, ela parte da perspectiva de construção histórica, do processo de preservação e guarda dos documentos” (E2).

O Entrevistado 2, como arquivista, reconhece os memoriais como sendo espaços criados com o intuito de preservar a memória institucional da universidade.

Então, as formas como as unidades, nesse contexto, por exemplo, dos memoriais, elas se organizam, ela reflete muito a necessidade e o contexto histórico também de como aqueles memoriais foram construídos. E assim, uma das visões que eu tenho na perspectiva do desenvolvimento dos memoriais é justamente, como eu mencionei anteriormente, com a chegada dos arquivistas. Porque se a gente for ver, a chegada dos arquivistas à universidade por meio dos concursos, porque se a gente for fazer um panorama da formação dos memoriais, muitos hoje, daqueles que existem na Universidade Federal da Bahia, foram, vamos dizer assim, capitaneados por arquivistas que ingressaram por meio do concurso. Então, de certa forma, reflete uma preocupação dos arquivistas em fazer com que os arquivos dos locais onde efetivamente estavam ou estão lotados fossem preservados do ponto de vista da gestão documental. E além disso, no contexto de preservação, como você mencionou, de uma memória institucional, somaram-se outros tipos de documentos. E aí entram os objetos tridimensionais, do ponto de vista dos museus, alguns também têm a questão dos livros (E2).

A fala de E2 converge com o contexto de criação do MACF apontado por E1 e constatado na literatura: um espaço que nasceu com a chegada de uma arquivista, fruto do projeto de um arquivo histórico, onde os documentos estavam com problemas de armazenamento e tratamento. No entanto, não é possível estender tal afirmação aos demais memoriais da UFBA, uma vez que ainda se faz necessário investigar como e por quais motivações essas outras unidades foram instituídas.

Conforme compartilhado por E2, o estudo e mapeamento prévio das unidades da UFBA e suas necessidades possui também o intuito de conhecer onde estão esses arquivos da universidade, como são preservados, e como ocorrem os procedimentos que estão previstos na teoria arquivística, tais como recolhimento, transferência e eliminação.

O MACF, como já abordado, não está oficialmente nomeado como “arquivo” dentro da estrutura da UFBA, até porque sua função não se restringe a ser arquivo permanente da EPUFBA; ele agrega outros elementos com vistas a preservar a memória institucional.

Contudo, ao afirmar que segue os procedimentos metodológicos de um arquivo permanente da EPUFBA e buscar estar em conformidade com as práticas arquivísticas recomendadas por legislação, entende-se que o MACF também deve fazer parte dessa busca pelos arquivos da universidade. E2 complementa:

Então, na perspectiva de pensar em uma política, logicamente que esses espaços também devem estar contemplados nas ações voltadas para essas políticas, porque nós temos, do ponto de vista da teoria arquivística, modelos que são possíveis de ser aplicados, mas antes de aplicar qualquer tipo de modelo, nós precisamos também compreender a realidade dos arquivos da instituição (E2).

E3 complementa sua reflexão e discute sobre as complexidades envolvidas nessa delimitação de espaços como os memoriais, diante da perspectiva de se pensar uma política e possíveis desafios envolvidos:

Então eu acho que nesse caso a gente entende que há essa dificuldade da universidade elaborar toda uma política de arquivo que contemple não apenas a natureza desses arquivos administrativos a partir do seu processo de tratamento pelas etapas de arquivos correntes e intermediário, se poderia vir a alcançar uma etapa de um arquivo permanente e até mesmo saber se de fato todo arquivo permanente fará parte do memorial, ou se apenas uma parte do arquivo permanente fará parte do memorial, ou seja, como é que isso seria feito, se seria feito através de uma política de ação cultural e aí que estaria congregada com as questões dos memoriais, ou seja, se as unidades teriam seus arquivos permanentes e os memoriais seriam

visualizados não como unidades de arquivo, ou seja, para guardar toda a documentação do arquivo, ou talvez a gente poderia até pensar que talvez o memorial pudesse ter dentro da sua unidade como uma entidade de custódia, um setor, digamos assim, responsável pela prática dos arquivos permanentes da unidade, mas que do ponto de vista do memorial esses arquivos permanentes teriam mais esses viés no aspecto de uma exposição, para uma visita técnica etc (E3).

E3, também atribui esse fato à falta de reconhecimento e delimitação institucional desses espaços.

Fizemos uma busca nos PDIs da UFBA, iniciando pelo período de 2018 a 2022, (considerando que o MACF foi instituído formalmente em 2019) até o mais recente, que abrange os anos de 2025 a 2034. O objetivo desta busca, foi encontrar ações e planejamentos por parte da estrutura geral da universidade, que incluíssem o MACF ou demais unidades memoriais sem seus planos e atividades.

No PDI da UFBA, referente ao período de 2018 a 2022, as atividades dos memoriais das unidades universitárias são mencionadas no eixo de extensão, dentro da categoria Cultura e Arte. De acordo com o documento:

Como um eixo de atuação institucional que afirma o caráter público da Universidade, a Extensão visa a contribuir de forma crítica e atualizada para o enfrentamento de desafios e problemas cotidianos do seu contexto nacional, regional, local e interno. Por meio de processos dialógicos de produção e difusão de conhecimento, constitui um campo interdisciplinar de ação dos docentes e servidores técnico-administrativos, com a participação de estudantes, capaz de articular Ensino e Pesquisa, atendendo ao princípio constitucional da indissociabilidade entre os três eixos estruturantes da Universidade (UFBA, 2017, p. 76).

O PDI conta com um total de dez objetivos estratégicos. Os memoriais estão contemplados dentro do Objetivo Estratégico 3, que consiste em

Aprofundar os impactos sociais das atividades de ensino e pesquisa através de experiências extensionistas, modo privilegiado de cumprimento da dimensão pública da Universidade e da formação universitária socialmente referenciada (UFBA, 2017, p. 87).

Dessa forma, como diretriz estratégica, o PDI inclui a promoção da difusão do conhecimento, da cultura, da arte e assistência pública produzidos por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da universidade, de forma que os seus processos, produtos e serviços sejam acessíveis a segmentos mais amplos da população e a contextos mais variados. Assim, se estabelece a meta de direcionar 100% de apoio institucional às atividades e projetos de extensão integrados às atividades de ensino e pesquisa na graduação e pós-graduação (UFBA 2017).

Já no PDI para os anos de 2025 a 2034, não há menção direta aos memoriais das unidades universitárias, conforme consta na versão. Contudo, dentro das estratégias previstas para a Meta Global nº 12, encontra-se a ação de identificar as ações de memória e/ou patrimônio nas unidades universitárias e criar uma comissão de patrimônio, memória e museus (UFBA 2024).

Em ambos os PDIs analisados, foram identificadas menções à criação de outras unidades memoriais como o Memorial Lidembergue Cardoso e o Memorial da Medicina Brasileira, contudo não foi encontrada nenhuma menção ao MACF.

Dentro desse contexto, E1 informa que:

Não há um plano da universidade. Eles agora estão até revendo essa questão de patrimônio, de memoriais, aqui na universidade, num outro projeto, que eu agora não estou me lembrando exatamente qual é o nome. Mas ainda, de fato, o memorial ele se consolidou antes desse plano existir. Eu acho que agora a universidade está formalizando melhor isso. Mas ainda não saiu publicado. Então, formalmente, a gente não tem uma vinculação dentro de nenhum sistema, nem de arquivos e nem de museus (E1).

A fala de E1 reflete a caracterização do MACF como um espaço que exerce funções além das previstas na sua formalização dentro da estrutura da universidade.

Logo, se essas funções não estão delimitadas de forma clara na estrutura da universidade, ficarão em falta orientações e políticas específicas para sua realidade, deixando o espaço diante de uma vulnerabilidade institucional dentro da estrutura da UFBA, ainda que conte com o apoio da direção e com o da reitoria nas ações que propõe a fazer.

Conforme já mencionado, o MACF conta com significativas ações extensionistas, como sua participação nas atividades do evento Poli-ACTA, que promove a aproximação com o público interno e externo, além da realização de visitas guiadas para os estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas. O MACF também atua como local que é campo de pesquisa científica e coordena projetos de pesquisa.

Contudo, observa-se que ficam pendentes o reconhecimento institucional das atividades específicas que esses espaços realizam e da forma como os acervos são incorporados no espaço, por conta da atuação híbrida, como no caso do MACF.

Essa fragilidade acarreta a ausência de criação de políticas e ações que os contemplem da maneira adequada. Entendemos que isso também pode contribuir para as dificuldades e confusões quanto à compreensão das funções e das ações dos

memoriais na UFBA. Nesse sentido, observa-se que o MACF está devidamente inserido na estrutura da EPUFBA, constando em seu regimento interno e contando com apoio da direção, no entanto, ainda carece de um melhor reconhecimento institucional por parte da estrutura geral da universidade.

Outra maneira de incorporação de documentos arquivísticos ao memorial é por meio de doações de acervos pessoais. O MACF recebe contribuições de acervos pessoais, especialmente de ex-professores e ex-funcionários da Escola.

E a terceira forma é via doação. Principalmente de acervos pessoais, de ex-professores, ex-funcionários aqui da escola. Ex-alunos a gente ainda não tem, mas indiretamente os professores que foram ex-alunos fizeram essa doação também, mas a gente recebe essa doação a princípio, mas de acervos pessoais. Ou alguma colaboração, que esporadicamente um professor e um outro funcionário e até um aluno possam fazer de doações esporádicas. Por exemplo, a gente fez uma campanha aqui para receber os convites de formatura. Então, a gente recebeu doação até de funcionários que foram homenageados e que doaram esses convites para compor o acervo aqui do memorial (E1).

Os acervos recebidos por meio de doações, conforme já mencionado, são formalizados por meio de termos de doação e, dentre eles, podem ser encontrados projetos de pesquisa, certificados, placas e artigos publicados.

Acaba que também entra como doações desses acervos pessoais. Mas que se somam ao acervo institucional aqui da escola. Então ele é bem arquivístico também. Arquivos privados de interesse público (E1).

Conforme E1 nos informa, a unidade busca desenvolver estratégias que incentivem doações que possam se somar ao acervo, como uma forma de tentar promover a integração entre o MACF e a comunidade interna da EPUFBA, como uma campanha voltada especificamente para o incentivo de doações de convites de formatura de ex-alunos, tendo em vista que parte do acervo arquivístico do memorial é composto também por esses convites.

E1 nos conta que a equipe estava desenvolvendo um catálogo com esses convites, e que possuem planos de posteriormente realizar sua descrição arquivística de acordo com as diretrizes da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). O objetivo dessa prática é elaborar instrumentos que colaborem com a divulgação, e ampliem o acesso aos documentos.

Perguntamos a E1 quais são os critérios que a instituição adota para o acolhimento, ou não, desses acervos pessoais. E1 nos informa que eles priorizam o recebimento de documentos que possuam relevância para a Engenharia, e seus

diversos tipos. Outra maneira de estabelecer um critério delimitador, conforme relatado por E1, é receber documentos que sejam de interesse público.

A gente evita, e isso é uma coisa que a gente tem feito, claro, em comum acordo inicialmente com a direção, receber documentos aqui cujo caráter seja sigiloso. [...] Não vamos acolher essa documentação, porque aqui a gente quer franquear o acesso (E1).

Um exemplo citado pela entrevistada foi o de que o memorial opta por acolher somente as partes de um acervo doado que são interesse público, e não recebem as partes que são de interesse privado.

Notamos que essa prática reflete um compromisso da unidade de promover o acesso da informação a todos, de maneira livre e transparente. Contudo, ao fragmentar um acervo, isso pode comprometer sua contextualização e contribuição para a narrativa da memória institucional, sob o risco de favorecer ou inviabilizar algum aspecto que poderia ser encontrado ou mais bem compreendido no acervo completo, reforçando uma característica de seleção na composição dos materiais que farão parte do acervo.

Compreendemos que essas questões necessitam de um aprofundamento e análise crítica mais detalhada, que não serão abordados nessa pesquisa, a exemplo das implicações da guarda e da preservação futura desses acervos fragmentados, bem como o risco de seu descarte ou acumulação de maneira indevida.

Outra consideração feita por E1 foi sobre os profissionais envolvidos no processo de avaliar a relevância desses documentos para o acervo. Segundo a entrevistada, a predominância de acervos recebidos é de ex-professores e da área de Engenharia Sanitária.

E1 nos informa que, por meio da Portaria nº 01/2018, instituída pela direção da EPUFBA, foi formalizada a doação do acervo Nelson Gandur Dacash, primeiro acervo técnico custodiado pelo memorial. Tivemos acesso à portaria, que nos foi disponibilizada por e-mail pela equipe do MACF para uso na pesquisa.

Nessa mesma portaria, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) intitulado “GT – Acervo Técnico”, com atribuição de analisar e desenvolver atividades acadêmicas de pesquisa, extensão e didáticas no acervo, visando sua difusão e envolvimento dos discentes da EPUFBA nas respectivas atividades. A portaria nomeia servidores do memorial e dos departamentos de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária e Ambiental para conduzir essas ações.

Durante a conversa, E3 menciona as perspectivas da comissão em relação à incorporação de acervos nas unidades universitárias e as implicações desse processo.

Então eu acredito que mais ou menos é nesse sentido que eu acredito que a comissão tenha pensado e acho que vai tentar trabalhar não apenas para os arquivos que a universidade já possui, mas também para aqueles que ela possa vir a possuir, ou seja, principalmente aqueles que são objeto de doação de ex-professores, ex-pesquisadores, que ainda é uma problemática (E3).

De acordo com E1, essa portaria segue sendo utilizada como critério delimitador para avaliar o acolhimento das demais doações. Contudo, o MACF solicita colaborações esporádicas dos docentes das diferentes especialidades da engenharia, conforme a natureza da respectiva doação.

Uma instituição, como apontam Thiesen (2013) e Nassar (2007), é também formada por suas relações com os indivíduos, sendo construída pelas contribuições daqueles que fizeram e fazem parte dela. No caso do MACF, essa construção se dá a partir das conexões estabelecidas com as pessoas que fizeram alguma contribuição para a EPUFBA e/ou o exercício profissional da engenharia.

Retomando Nassar (2007), o autor reforça que a importância da memória que reside nas pessoas é essencial para a consolidação da reputação e identidade de uma organização. O autor ainda destaca o papel do indivíduo no processo de construção da memória de uma organização.

Assim, compreendemos que o interesse em receber doações pode ser positivo do ponto de vista de captar produções e registros de pessoas vinculadas à EPUFBA e/ou ao exercício profissional da engenharia, permitindo que esses elementos e narrativas integrem-se à memória institucional da EPUFBA e fortaleçam a história da Engenharia na Bahia e no Brasil.

Compreendemos que a existência da portaria representa um aspecto positivo, pois demonstra a formalização e institucionalização do processo de doações, além de fornecer diretrizes pré-estabelecidas para a avaliação de acervos, que são utilizadas para além do acervo Nelson Gandur Dacach. Contudo, nota-se que esses critérios podem ser ajustados e variar conforme a visão dos docentes que colaboram esporadicamente, conferindo uma flexibilidade ao processo de seleção.

Diante disso, entendemos que o MACF necessita estabelecer melhores critérios institucionais para o acolhimento de doações, de maneira mais objetiva e

alinhados aos objetivos da unidade. De forma que evite a incorporação de elementos que não somem à memória institucional e não estejam alinhados à missão e objetivo do MACF, além de diminuir o risco de que o espaço se transforme em um depósito para descarte de acervos que não interessam mais aos titulares.

Conforme a fala de E3, notamos que a necessidade de um aprofundamento e estabelecimento de critérios para o recebimento de acervos arquivísticos, provenientes de doações recebidas pelas unidades universitárias, vai além da realidade do MACF.

Boa parte dessas doações, na maioria das vezes, elas ocorrem sem nenhuma formatação jurídica, ou seja, não existe termos de doação assinado pela instância máxima da universidade, muitas vezes as pessoas somente chegam e deixam lá seus documentos, às vezes documentos que a gente precisa saber dentro da política de doação, por exemplo, de formação de coleções, melhor dizendo, quais são os documentos que a universidade vai ter interesse, porque também a gente não vai, digamos assim, receber o que a pessoa quiser doar, ou seja, a universidade também vai ter que definir qual é o seu grau de interesse no critério dessa formação, dessas coleções, dos arquivos pessoais, especificamente, que possam vir a compor esses memoriais (E3).

A falta de uma orientação clara e centralizada por parte da UFBA pode gerar confusões no entendimento do propósito de receber doações e na falta de critérios bem estabelecidos para o acolhimento ou não desses documentos, que estejam alinhados também com a instância máxima da UFBA, como dito por E3.

Dessa forma, compreendemos que a formalização de uma política e um diálogo entre as unidades ajudaria a evitar que esses espaços recebam documentos que não estejam alinhados com a missão e a história institucional, tornando-se depósitos de documentos que não passam por nenhum tipo de avaliação.

Além das questões relacionadas aos processos de organização dos documentos, às políticas e ações institucionais, compreendemos que questões como os cuidados com a preservação física dos documentos são aspectos relevantes para a memória institucional e a preservação da informação.

Por conta disso, buscamos também investigar como o MACF lida com a preservação documental, considerando que os fatores citados são importantes para que as informações contidas nesses documentos se mantenham acessíveis às pessoas.

6.3 FORMAS ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Nesta subseção, são abordados os desafios enfrentados na gestão e preservação dos diferentes tipos de documentos presentes no acervo arquivístico do MACF. Os acervos contemplam materiais audiovisuais, iconográficos, cartográficos e textuais, cada um com particularidades que exigem abordagens adequadas para sua organização, conservação e disponibilização. As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir da entrevista com E1, que detalhou as características e os desafios envolvidos no tratamento desses documentos.

Conforme aponta o Quadro 3, o MACF conta com documentos de audiovisual compostos por vídeos no formato de fitas VHS, CDs e DVDs produzidos e/ou acumulados pela unidade e referentes à sua área de atuação ou setores correlacionados.

E1 menciona que o acervo audiovisual do memorial apresenta sinais de desgaste, implicando em desafios na reprodução e recuperação desse material, principalmente nos registros armazenados em fitas VHS. Parte desse material consiste em gravações antigas das sessões de atas da congregação da EPUFBA. Segundo E1:

[...] é um acervo muito específico e que a gente vai ter uma dificuldade de resgatar. A gente está numa parceria agora com a Dimas, para ver se a gente consegue restaurar, para ver se a gente consegue recuperar, de fato, o que está ali, das sessões da congregação, a princípio (E1).

As dificuldades de resgate e recuperação desses documentos se dão principalmente por conta da ausência de equipamentos compatíveis com os formatos originais do material para realizar a transposição dos áudios que estão armazenados no formato VHS. Por se tratar de documentos antigos, são mais suscetíveis à degradação.

[...] De imagens aqui, de eventos, prioritariamente. A gente ainda não fez a migração e a identificação, de fato, desses registros [...] A gente não tem um videocassete aqui para fazer a transposição. Então, esse acervo audiovisual, ele é bem... específico e ainda em processo, né? (E1).

Para enfrentar essas dificuldades, o MACF buscou apoio externo através de uma parceria com a Diretoria de Audiovisual (DIMAS), vinculada à Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), instituição que promove e executa políticas voltadas ao audiovisual no estado da Bahia.

A parceria também visa realizar o resgate e migração de suporte dos demais registros sonoros, como CDs e DVDs. A concretização dessa parceria evidencia o reconhecimento do acervo do MACF não só por parte da UFBA, como também por parte de outras instituições, o que diz muito acerca da importância do acervo para a comunidade, a história, a pesquisa e a cultura.

E1 relatou que, apesar da parceria firmada, os trabalhos de transposição e restauração dessas mídias ainda não iniciaram. E1 também informa que, por conta da dificuldade com equipamentos adequados que possibilitem a reprodução dos documentos, existem materiais cujo conteúdo é desconhecido porque nunca foram reproduzidos.

Dessa forma, compreendemos que, se a unidade detém informações de interesse público que são inacessíveis às pessoas, essas informações permanecem retidas e sujeitas ao esquecimento, o que compromete seu potencial de contribuir para a memória, cultura e produção do conhecimento. Além disso, essa restrição por conta de questões vinculadas ao suporte pode estar impedindo o acesso a uma parte da história da própria EPUFBA, comprometendo sua memória institucional.

Portanto, espera-se que, com o apoio dos trabalhos realizados pela DIMAS, esse material seja devidamente tratado e disponibilizado para uso em pesquisas e atividades educativas e culturais, além de promover o devido acesso e contribuir para construção e preservação dos materiais que compõem a memória institucional.

O MACF também conta um acervo cartográfico, composto por plantas das sedes da EPUFBA, incluindo a planta do prédio atual. Esse acervo também conta com projetos e plantas que foram elaboradas para prédios de outras unidades da UFBA, além de projetos desenvolvidos por professores. De acordo com E1, as plantas constituem uma parte numerosa do acervo, e já passaram pelo processo de identificação.

E1 relata que, apesar de já identificado, o acervo cartográfico ainda carece de um tratamento técnico adequado para garantir sua preservação e organização.

Já foi objeto de identificação aqui por nós [acervo cartográfico]. Mas a gente ainda carece de um melhor, vamos dizer, tratamento dessa documentação. Porque ela está toda enrolada. Mas era para estar planejada. Então, essa é uma outra questão. Mas a gente mantém aqui. Não tem uma mapoteca, né? Também para ajudar nesse processo (E1).

E1 confirma também que todo o trabalho do MACF para organização e tratamento de documentos arquivísticos é norteado pelas recomendações do CONARQ.

De acordo com a recomendação do CONARQ desenvolvida para orientar o planejamento de construção de arquivos e produção e armazenamento de documentos de arquivo, os documentos de valor permanente que apresentam grandes formatos como mapas, plantas e cartazes precisam ser armazenados em móveis específicos de forma que fiquem acondicionados de maneira horizontal, ou então devem ser enrolados em tubos confeccionados em papel alcalino em armários ou gavetas apropriados.

Durante nossas visitas, observamos que as plantas se encontram armazenadas de uma maneira diferente das recomendações, fato que foi observado e reconhecido também por E1, que nos relatou que o ideal seria que as plantas estivessem em formato planificado. Abaixo, na Figura 1, segue um registro das condições de acondicionamento do acervo de plantas.

Figura 1 – Acervo de Plantas do MACF (2024)



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Dessa forma, observa-se que a equipe do MACF está ciente dessas questões e busca acondicionar os documentos da maneira mais adequada possível, conforme as condições disponibilizadas pela universidade. Contudo, a ausência de uma mapoteca e de uma estrutura apropriada para documentos desse porte expõe o acervo a um constante risco de degradação.

O acervo iconográfico do MACF reúne registros como: imagens dos prédios relacionados à EPUFBA, fotografias das suas sedes, álbuns de formandos, além de registros de formaturas e eventos realizados pela instituição. E1 relata que, nos álbuns de fotografia das formaturas, é possível encontrar fotos das pessoas que atuaram como paraninfos, patronos e homenageados pelas respectivas turmas.

Os documentos arquivísticos iconográficos do MACF estão disponíveis tanto em formato analógico como digital, sendo este último também armazenado em CDs, compondo uma parte significativa do acervo. Uma questão apontada em relação a esse acervo é a escassez de identificação das pessoas retratadas nas fotografias, bem como a ausência de algumas imagens em determinados dossiês.

Então, a gente tem muito isso aqui relacionado à iconografia da escola. E, inclusive, com pouca identificação de quem é quem também. Esse é um ponto. E dentro dos dossiês também a gente carece de algumas fotos. Mas a gente tem alguns dossiês, algumas pastas de professores que têm algumas fotos também três por quatro ali no meio. Então, foto é um acervo que deveria ser até um pouco mais numeroso no que se refere a identificar quem são as pessoas. Quem fizeram parte. Então, essa é uma questão (E1).

A falta de identificação dos elementos presentes nas fotografias pode comprometer a contextualização das informações e a descrição do documento e, quando for realizada, pode tornar mais difícil a conexão entre os registros fotográficos e os eventos ou indivíduos retratados.

Compreendemos que, nesse caso, o trabalho de descrição arquivística, ainda pendente em parte do acervo, desempenha um papel fundamental. Ele possibilita a identificação de elementos nas imagens, como as pessoas presentes, auxiliando na correlação entre os eventos registrados, contribuindo assim para que a organicidade seja estabelecida e preservada.

E1 diz que a maior parte da documentação que compõe o acervo arquivístico do memorial é de natureza textual e está diretamente relacionada às atividades-meio e atividades-fim da EPUFBA. Um dos desafios enfrentados, segundo E1, refere-se à

separação entre documentos originais e cópias de algumas tipologias, que se encontram misturados.

Os documentos textuais contam com cadernetas escolares, atas da congregação, balancetes financeiros, relatórios anuais da escola, dossiês de ex-alunos, professores e funcionários, além de regimentos e estatutos.

Devido à natureza dos documentos citados anteriormente, perguntamos a E1 se havia algum tipo de restrição de acesso a esses documentos e sobre as medidas de segurança adotadas para lidar com esse acervo.

A princípio, eles são públicos. Por exemplo, claro que a gente sempre solicita a quem chega aqui, apresentar o porquê que está querendo consultar. Normalmente, a gente franqueia o acesso para o próprio titular, para a prova, para alguém, um representante legal autorizado por ele, ou que mostre algum grau de parentesco ou para pesquisa (E1).

De acordo com as recomendações do CONARQ, o armazenamento de documentos arquivísticos de valor permanente deve observar práticas que garantam sua preservação e segurança. A Lei nº 8.159/1991 estabelece que os documentos de valor permanente devem receber proteção e cuidado especial por conta do seu valor histórico, educativo e cultural.

Além disso, a LGPD também prevê que a entidade responsável pelos dados pessoais deve assegurar a segurança dessas informações, prevenindo acessos não autorizados e danos físicos (artigo 6º). No artigo 7º, a LGPD veda alguns casos, como a necessidade de consentimento para o tratamento de dados que tenham se tornado manifestamente públicos pelo titular. Dessa forma, compreendemos que isso inclui pensar em estratégias que assegurem a integridade e autenticidade destes documentos.

E1 nos informa que, apesar das dificuldades relacionadas à TTDD, o MACF segue realizando o trabalho de descrição arquivística. Durante o período das nossas visitas, a equipe do memorial estava realizando a descrição de parte do acervo, como os convites de formatura e as placas, seguindo os padrões estabelecidos pela NOBRADE.

De acordo com E1, a classificação é algo que está pendente no memorial, contudo, a descrição continua sendo feita apesar das dificuldades, por ser vista pela equipe como um elemento essencial para a criação de instrumentos de pesquisa no espaço, seguindo a NOBRADE.

E1 também informou que um dos objetivos do memorial é retomar, em 2025, os processos de elaboração de um guia com a finalidade de disponibilizar essas informações no site, e que estão dando início a elaboração de um inventário e um catálogo.

E1 nos conta que os documentos ficam acondicionados em caixas boxes no tamanho padrão, dentro dos arquivos deslizantes e que ainda não possuem caixas em tamanho maior para acondicionar documentos com uma maior dimensão, como por exemplo, as pastas mais antigas.

Segundo E1, problemas com a infraestrutura do local são um dos maiores desafios atuais que o MACF enfrenta: o local está há um ano sem o ar-condicionado funcionando, o que tem impacto tanto na preservação do acervo, quanto no fator humano.

Em períodos mais quentes, como no verão, o MACF enfrenta intensos momentos de calor, tornando necessário abrir as janelas para amenizar a situação. Isso ocorre porque a qualidade do trabalho da equipe fica comprometida por conta das condições insalubres do ambiente. Em relação à preservação do acervo, esse cenário expõe os documentos, especialmente os mais antigos, considerando os 128 anos de existência da EPUFBA, a condições climáticas e ambientes inadequadas.

De acordo com as recomendações do CONARQ para a construção e manutenção de arquivos, adotadas também pelo MACF, os documentos precisam ser armazenados em locais com temperatura ambiente entre 15°C e 22°C e umidade relativa entre 45% e 60%, evitando exposição a temperaturas extremas. Isso porque, fora dessas condições, o risco de degradação dos documentos é maior.

E1 reconhece que medidas como a abertura das janelas favorece a entrada de agentes biológicos externos e que isso é negativo do ponto de vista da preservação do acervo:

O fator humano é o fator, né? O documento em si também. E aí você deixa as janelas abertas. São agentes biológicos que começam ali. É uma mosca. Eu não sei o quê. Circulando. Não pode deixar isso aberto, senão entra morcego. Então isso é um problema (E1).

O CONARQ também recomenda reduzir a necessidade de abertura de janelas para evitar a entrada desses agentes mencionados por E1, como insetos e outros animais, assim como prevenir a entrada de poluentes que possam danificar os documentos. E1 informa que a equipe do MACF está há algum tempo realizando solicitações e cobranças à universidade para a compra de um novo aparelho de ar-

condicionado, e que estão considerando a possibilidade de buscar apoio externo dada a urgência da situação.

Conforme mencionado no começo da seção, a Lei nº 8.159/1991 determina que a preservação de documentos de valor histórico é de responsabilidade do poder público. Portanto, cabe à UFBA como instituição pública providenciar medidas que garantam a segurança dos espaços da universidade onde fica armazenado seu patrimônio documental.

Acerca dos memoriais dentro da estrutura da UFBA, E2 diz o seguinte:

Então, esses espaços, eles fortalecem a administração pública, fortalecem a universidade e trazem respaldo para aquilo que é mais caro para todos nós, que é a nossa memória. Então, precisam também de investimentos, precisa da conscientização dos gestores, isso de um ponto de vista geral (E2).

A busca alternativa por apoio externo devido à urgência da situação demonstra uma fragilidade orçamentária e administrativa da universidade no que diz respeito aos cuidados com seus espaços. Os PDIs analisados preveem apoio institucional aos projetos e ações desenvolvidos pelos memoriais das unidades universitárias.

No entanto, ao analisar a realidade do MACF diante dessas diretrizes, observa-se que o memorial possui como ponto forte o desenvolvimento de ações extensionistas; essa prática o fortalece como lugar de memória que busca contato com o público para difundir a memória institucional da EPUFBA. Contudo, foi observada uma fragilidade no que diz respeito ao apoio em termos de recursos para ações que contribuam com a preservação de acervos.

Compreendemos que possíveis doações e financiamentos externos podem ser bem-vindos, contudo, não podem substituir a obrigatoriedade do poder público de se responsabilizar pela garantia de condições adequadas dos seus espaços, que impactam diretamente na preservação documental e no bem-estar dos servidores.

E1 relata que o MACF não desenvolve atualmente atividades de higienização e restauração, em razão da indisponibilidade de profissionais especializados da universidade, da ausência temporária da coordenadora, que inviabilizou a formalização de projetos dessa natureza e do encerramento da parceria com o órgão externo que anteriormente prestava esse suporte.

O MACF também conta com algumas parcerias internas e externas, buscando colaborar para a otimização do acesso e da integridade dos documentos. Uma das parcerias mencionadas por E1, foi a inclusão do memorial em um projeto chamado de

“ARQUIVOS UFBA”, que visa a digitalização e integração de acervos da UFBA em um *software* chamado “Farinha”.

O Farinha, é um *software* livre em desenvolvimento para atender à UFBA e outras instituições interessadas. Esse sistema permite gerenciar e acessar acervos arquivísticos históricos, sendo compatível com os padrões das normas para descrição de documentos da NOBRADE e da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), além de estar habilitado para integração com políticas e ecossistemas de preservação digital.

Apesar da dificuldade do MACF em estabelecer ainda uma estrutura de classificação consolidada, os dados que vão sendo descritos estão sendo organizados em aplicativo de editor de texto e migrados para uma planilha eletrônica com a ajuda de uma estudante de Arquivologia que realiza trabalho voluntário na unidade.

Essa ação é realizada com o intuito de facilitar a futura integração dos documentos ao sistema Farinha e juntamente com isso, promover uma atualização no site do memorial com o novo formato desses documentos. De acordo com E1, o objetivo também é promover uma difusão do acervo.

De acordo com E1, o projeto ARQUIVOS UFBA será implementado por meio de uma parceira que conta com o apoio da FINEP. O objetivo dessa iniciativa é otimizar a preservação dos documentos e promover sua disseminação, difusão e acesso.

E1 compartilha conosco que o MACF e o Memorial FDUFBA irão se tornar polos de digitalização dos acervos que farão parte do projeto. Dessa forma, as unidades irão colaborar para integração de acervos não só da UFBA, como de demais unidades externas que não possuem estrutura para realizar esses trabalhos. Atualmente, o MACF conta com uma máquina de digitalização de documentos como parte dos seus equipamentos.

Durante a conversa, E3 apontou algumas dificuldades e desafios enfrentados pela Comissão diante da estrutura institucional da UFBA. Entre eles, destacou a ausência de consultas à Comissão em projetos que envolvem acervos arquivísticos, que poderiam contar com o apoio e a orientação da Comissão.

E aí, muitas das vezes, nós soubemos que houve iniciativas de projetos que foram submetidos, mas que acho que não foram contemplados, mas de projetos que, quando nós ficamos sabendo, a nossa reação era mas como é que isso está sendo feito e a comissão nem sequer é consultada? Ou seja, todo um trabalho de... o projeto,

se não me engano, era de um sistema, acho que era o Farinha, e aí nós ficamos assim, tipo, olha, não há nenhum posicionamento do ponto de vista contrário para um desenvolvimento de uma ideia dessa natureza (E3).

De acordo com E3, a falta de consulta à comissão para projetos dessa magnitude é mais um exemplo do reflexo das ações individualizadas dentro da universidade, apesar do processo de união por meio da federalização.

E3 complementa:

Quando nós soubermos dessa iniciativa, a nossa surpresa foi nesse aspecto, não de ser contrário ao projeto ou qualquer dessa natureza, mas no sentido de, como é que um projeto dessa natureza está pensando os arquivos históricos da UFBA, através de um sistema, e a comissão sequer foi consultada? ou seja, sequer a proposta foi apresentada à comissão (E3).

E3 esclarece que a comissão não é contrária a projetos dessa natureza, contudo, por serem projetos que visam trabalhar com preservação e difusão de acervos arquivísticos, uma parceria dessa atividade junto à comissão poderia ser produtiva.

O projeto ainda não começou de fato a ser executado. E1 atribui isso ao seu período de afastamento do trabalho, somado ao período da pandemia ocasionada pelo vírus da covid-19. Essas paralizações totalizaram cinco anos de comprometimento do andamento das atividades do memorial, comprometendo também o avanço nos trabalhos de identificação do acervo.

Essa situação evidencia um dos desafios enfrentados por uma unidade como o MACF: contar com apenas um servidor efetivo. Em casos de afastamento ou ausências desse servidor, algo que é natural que ocorra por conta de fatores humanos, como questões de saúde e questões pessoais, o andamento das atividades fica comprometido, pois não há outro membro da equipe que possua autonomia suficiente para dar continuidade aos trabalhos.

E1 comenta:

Estagiários, bolsistas, são pessoas que ajudam né? Mas elas não são permanentes, até porque a bolsa pode acabar de hoje pra amanhã. Então tudo isso tem que ser muito bem pensado. [...] Essa questão de pedir pessoal é muito delicado aqui na universidade (E1).

Isso posto, notamos que as questões envolvendo recursos humanos se constituem como um dos desafios enfrentados pelo MACF. Quando o fator humano é

comprometido, conseqüentemente há uma interferência nos trabalhos com o acervo que são realizados por pessoas.

Esse fator também se constitui como um reflexo da falta de reconhecimento e política institucional que contemplem esses espaços por parte da universidade. Sendo assim, reforçamos o que foi brevemente abordado no começo desta subseção: essas questões podem também gerar uma sobrecarga de funções e responsabilidades, concentradas em único profissional.

O MACF possui solicitações de servidores e técnicos formalizadas, mas que, por questões burocráticas, são difíceis de serem atendidas. E1 nos informa que, diante desse cenário e apesar das dificuldades, ainda existe uma maior facilidade de conseguir profissionais da área de Arquivologia do que de outras áreas. Compreendemos que isso pode ser considerado como um fator que contribui para a predominância de arquivistas no espaço, além do desdobramento inicial da composição do memorial.

E3 destaca que o diálogo institucional e a centralização das ações poderiam contribuir para que os trabalhos bem-sucedidos realizados pelas unidades da UFBA sejam reconhecidos como parte das ações da universidade como um todo, e não como iniciativas isoladas. Além de contribuir também para que as propostas desenvolvidas por cada unidade possam ser utilizadas como referência para a construção de uma política institucional e ser aplicadas em outras unidades da UFBA.

Ambos os entrevistados da Comissão informaram que, desde a retomada das atividades da CPARQ, não houve nenhuma solicitação formal por parte de unidades memoriais ou de outras unidades da UFBA para consultas ou orientações junto à Comissão. A expectativa é que, com o avanço das atividades no período pós-greve, a Comissão consiga estabelecer contato e fortalecer a aproximação com as unidades administrativas e acadêmicas.

Observamos que os trabalhos da CPARQ ainda se encontram em estágio inicial, de forma que necessitam de tempo para sua reestruturação após a retomada dos trabalhos no período pós-greve da nova formação. Dessa forma, ações concretas em relação a políticas e/ou ações que possam beneficiar especialmente o MACF poderão levar um tempo para ser desenvolvidas.

6.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme o que foi constado nos dados obtidos a partir do levantamento bibliográfico, visitas técnicas e entrevistas, nota-se que, embora o MACF esteja formalmente nomeado como memorial, suas práticas são compatíveis com as de um arquivo permanente, ou seja, a unidade recebe os documentos da EPUFBA que são avaliados como de valor permanente, de forma orgânica e autêntica.

Parte dessa configuração se deve ao fato de que o memorial surgiu como desdobramento de um projeto para instituir um arquivo histórico da EPUFBA. No entanto, com a descoberta de objetos tridimensionais no espaço, avaliados e classificados como sendo de natureza museológica, o projeto foi readaptado para dar origem a um memorial. Desta forma, o MACF consolidou como um espaço que agrega elementos visando preservar e difundir a memória institucional da EPUFBA.

Desta forma, no que diz respeito a realidade do MACF, corroboramos com as afirmações de Japiassu (2018), Barcellos (1999) e Ramos (2022), que apontam a necessidade da devida análise crítica e delimitação metodológica de práticas e funções, de espaços dessa natureza.

Japiassu (2018) também observa que é comum que tais locais sejam utilizados como repositórios de arquivos permanentes, realidade que se aplica ao MACF. Essa delimitação de funções ajuda a esclarecer as práticas e critérios que serão utilizados pelas unidades que preservam o patrimônio documental de uma instituição.

A estrutura do MACF, assim como seu projeto de construção, foi desenvolvida de acordo com as recomendações de instituições arquivísticas, como o CONARQ, visando a organização e preservação adequada dos documentos de natureza arquivística, dentro das condições que a unidade oferece.

Dentre os desafios encontrados na preservação dos documentos, encontram-se problemas de ordem estrutural, como o ar-condicionado sem funcionar há mais de um ano e a abertura das janelas dada a situação. Entendemos que esse cenário pode comprometer as condições adequadas de temperatura ambiente para a preservação dos documentos, especialmente os mais frágeis, conforme as recomendações do CONARQ, as quais são utilizadas pelo memorial como ponto norteador.

Neste sentido, o MACF enfrenta problemas relacionados ao quadro de servidores, composto em sua maioria por estagiários e bolsistas, o que gera uma sobrecarga de responsabilidades nos servidores efetivos. Compreendemos que essas

dificuldades são reflexo de questões institucionais mais amplas da UFBA, que reverberam no MACF, ultrapassando as competências da equipe e da direção da unidade.

Ao investigar a forma como os documentos arquivísticos do MACF são organizados, relacionados e mantidos, constatamos que ele recebe de forma orgânica e autêntica os documentos arquivísticos produzidos pela EPUFBA que são avaliados como de valor permanente. O Memorial trata os documentos de acordo com as recomendações do CONARQ para documentos arquivísticos. As servidoras efetivas, arquivistas, atuam diretamente no processo de avaliação documental, utilizando como base a TTDD das IFES.

Desta forma, o MACF enfrenta desafios característicos de um arquivo permanente. Diante desta característica, a unidade sente os reflexos da ausência de uma política arquivística institucional formalizada, e de orientações específicas advindas da instância máxima da UFBA sobre questões como eliminação de documentos, recebimento de doações e participação ativa de comissões de avaliação de documentos de arquivo.

Essas questões, culminam na inexistência de instrumentos arquivísticos criados para atender a realidade da UFBA e suas unidades, como por exemplo, uma TTDD própria, o que se constitui como um desafio na classificação de conjuntos documentais específicos da EPUFBA.

O cenário da construção de uma política arquivística na UFBA ainda é recente, e está em estágio inicial de desenvolvimento, conforme apontado por membros da CPARQ. Apesar da existência de sistemas voltados a gestão de documentos arquivísticos, instrumentos como a TTDD e código de classificação que são necessários para o trabalho com documentos permanentes, ficam pendentes.

Diante das constatações mencionadas nos parágrafos anteriores, um dos desdobramentos da pesquisa, consistiu em compreender se espaços como o MACF, que desempenham funções arquivísticas, mas não estão nomeados como arquivos dentro da estrutura organizacional da universidade, possuem visibilidade e reconhecimento suficientes para serem contemplados nas políticas institucionais.

Apesar dessas limitações, observa-se que o MACF tem buscado, dentro de suas possibilidades, dar continuidade aos trabalhos de descrição arquivística e promover ações que favorecem a difusão e o acesso à informação, como produzir instrumentos de pesquisa.

A busca por apoio externo e parcerias com instituições que possam auxiliar no tratamento do acervo, demonstra uma busca por soluções alternativas, que são motivadas por fragilidades institucionais, evidenciando uma necessidade de melhor responsabilidade do poder público com as unidades que são responsáveis por seu patrimônio documental.

Ainda assim, constatamos que o MACF procura atuar em conformidade com legislações como a Lei de Arquivos e a LGPD, isto é exemplificado nas precauções adotadas para o recebimento de documentos públicos e no cuidado com o acesso a documentos de alunos e ex-alunos. Algumas medidas carecem de mais reflexões, como por exemplo, a atribuição de melhores critérios estabelecidos para o acolhimento de doações e a formalização de uma comissão de avaliação de documentos.

Compreendemos que essas fragilidades no MACF, evidenciam a carência de diretrizes centralizadas e específicas por parte da UFBA, o que faz com que o espaço, adote decisões próprias, de comum acordo com a direção da unidade e utilizando com ponto norteador, normativas gerais, sem uma orientação institucional mais específica. Os PDI, incluem os memórias como parte das atividades extensionistas, sendo responsáveis por ações de contato com o ambiente externos e culturais. Contudo, não preveem diretrizes mais específicas acerca do seu campo de atuação.

O MACF possui ações voltadas para o público interno e externo, com destaque para o evento Poli-Acta, onde o MACF promove atividades culturais e educativas como palestras e oficinas para o público interno e externo, e a abertura para as escolas públicas e privadas de Salvador e região metropolitana.

Além do seu papel na preservação e organização dos documentos, o MACF atua como um espaço que promove atividades de pesquisa, disseminação da informação e difusão cultural, e mantém uma divulgação ativa nas redes sociais, demonstrando uma participação ativa na busca de estabelecer diálogo com a comunidade, embora os sites oficiais de comunicação estejam desatualizados. Esse fator foi significativo para a escolha das entrevistas como método de coleta de dados.

Dessa forma, compreende-se que o estudo dos aspectos concretos da informação, conforme ressalta Frohmann (2008), é fundamental para garantir que o que está registrado nos documentos arquivísticos do MACF, possa ser adequadamente preservado e acessado. A preservação, reprodução e disponibilização dos documentos arquivísticos de maneira adequada, constituem

meios essenciais para assegurar o acesso à informação e fomentar a produção do conhecimento.

No contexto da memória institucional, compreendemos que o documento arquivístico, por ser uma forma de registro da rotina organizacional, torna-se elemento essencial para a compreensão da trajetória e identidade da EPUFBA e do contexto social e cultural no qual ela esteve inserida desde o momento da sua criação, passando por diferentes momentos da história da Bahia e contribuindo para a história da Engenharia.

Desta forma, quando devidamente preservados e acessíveis, esses documentos podem se transformar em elementos suscetíveis para análises críticas e ressignificação de práticas, decisões e da memória institucional, visto que, conforme aponta Bellotto (2014), os documentos arquivísticos não são produzidos de maneira neutra e imparcial. Além de representarem uma maneira de assegurar os meios materiais por quais a memória pode ser evocada e construída.

Por isso, é importante se pensar em políticas arquivísticas (considerando as funções arquivísticas que o MACF desempenha), políticas de informação e estratégias direcionadas para a realidade do acervo desses espaços, de forma que esteja em conformidade com os dispositivos legais para o poder público.

A devida atenção a espaços como o MACF, que possuem o objetivo de preservar e difundir a memória institucional através dos materiais que a instituição produz, é essencial, visto que, o patrimônio documental que abrigam é significativo para a instituição porque contém parte da sua história e, no caso do documento arquivístico, também são elementos de prova.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As particularidades que caracterizam um documento arquivístico e os aspectos que lhe conferem materialidade no contexto institucional também foi discutida neste trabalho, a partir da perspectiva de sua constituição como elemento de suporte da memória institucional. Observou-se na investigação, que o MACF desempenha funções arquivísticas como avaliação, descrição, classificação e preservação de documentos considerados de valor permanente.

Os documentos arquivísticos do MACF são organizados com base no processo de avaliação documental, que define quais conjuntos documentais produzidos pela EPUFBA possuem valor permanente e, portanto, devem compor o acervo do memorial. Já os acervos doados são incorporados conforme sua relevância histórica para a engenharia reconhecida pela instituição. Os documentos arquivísticos e as coleções tridimensionais possuem uma relação complementar.

Os documentos são acondicionados em arquivos deslizantes, organizados em caixas-boxes apropriadas para sua preservação física. No entanto, o MACF atualmente não desenvolve atividades de higienização e restauração, em razão da indisponibilidade de profissionais especializados da universidade, da ausência temporária da coordenadora, que inviabilizou a formalização de projetos dessa natureza e do encerramento da parceria com o órgão externo que anteriormente realizava esse serviço.

Apesar dessas limitações, o memorial tem desenvolvido iniciativas voltadas à digitalização do acervo e à inserção dos documentos em plataformas digitais, por meio de parcerias com o projeto Arquivos UFBA. Além disso, está em curso uma colaboração com a DIMAS para a restauração e transposição de documentos arquivísticos em suportes audiovisuais.

No caso dos documentos de grande porte, como as plantas arquitetônicas, observa-se a ausência de uma mapoteca, o que implica em seu armazenamento inadequado nos arquivos deslizantes, comprometendo as condições ideais de preservação.

Também foi constatado que o memorial enfrenta desafios significativos relacionados à estrutura física, orçamento e recursos humanos, o que limita a execução de suas atividades. Diante dessas dificuldades, o MACF, juntamente com a direção da EPUFBA, desenvolve estratégias alternativas, como a busca por parcerias externas, uso de bibliografia e troca de experiências com outros memoriais da UFBA.

Essas ações, embora importantes, revelam a carência de direcionamentos institucionais mais específicos voltadas aos memoriais da UFBA. Além disso, o MACF busca dar continuidade dentro do que é possível a função arquivística de descrição, com o intuito de construir instrumentos de pesquisa que favoreçam o acesso à informação.

Além disso, verificou-se que as questões envolvendo as políticas arquivísticas, como a falta de determinações oficiais e instrumentos de gestão adequados a realidade e necessidades da universidade, são refletidas de maneira negativa nas atividades do memorial.

A realização desta investigação permitiu observar que os documentos arquivísticos presentes nos memoriais da universidade, originados a partir de atos administrativos e acadêmicos cotidianos, tornam-se elementos significativos na representação da memória institucional.

Compreende-se, assim, que esses documentos não apenas registram as atividades da universidade, mas também assumem um papel significativo na preservação e na transmissão de sua história, e memória, bem como no estabelecimento de sua identidade. Por meio do documento arquivístico, é possível extrair informações que ajudam a compreender o funcionamento da instituição em diferentes períodos, as mudanças ocorridas ao longo do tempo, seu papel social, além das transformações na forma como se relaciona com o público interno e externo.

Dessa forma, entende-se que é fundamental para que a memória institucional seja assegurada, que documentos contendo informações únicas, que são reflexo das práticas e atividades da instituição, estejam devidamente organizados e preservados, especialmente por tratarem de documentos avaliados como de valor permanente, com importância histórica, probatória e para a pesquisa.

A Escola Politécnica da UFBA é uma instituição centenária, com papel significativo na história da Engenharia na Bahia. Com 128 anos de existência, segue atuando em momentos importantes da história social, cultural e política da Bahia e do Brasil. Seus documentos, portanto, também refletem essa trajetória e se entrelaçam com a memória cultural.

Ao longo da investigação, observou-se que o MACF, enfrenta desafios que são reflexos de questões institucionais mais amplas, relacionadas a estrutura administrativa da UFBA. Verificou-se ainda que, por atuar de forma híbrida, o MACF expressa características e dificuldades de um arquivo permanente.

Dentro desse cenário, e conforme as investigações realizadas nos PDIs, observou-se que as funções exercidas pelo MACF não estão claramente delimitadas de forma específica dentro da estrutura da UFBA. O MACF é um espaço que coordena projetos de pesquisa e eventos de extensão, o que justifica sua inclusão entre as atividades extensionistas da universidade. No entanto, suas funções técnicas e o papel que desempenha junto à EPUFBA merecem maior reconhecimento institucional.

Para alcançar o objetivo específico **a)** Examinar as práticas e políticas existentes de gestão e preservação documental no Memorial Arlindo Coelho Fragoso, realizamos uma busca nos sites oficiais da UFBA em busca de políticas institucionais e orientações formais voltadas ao tratamento dos documentos arquivísticos no Memorial.

Investigamos em campo, por meio das entrevistas, como esses aspectos são realizados e a partir das primeiras observações em campo, passamos a reunir as legislações e normativas identificadas como utilizadas pela equipe do Memorial em suas atividades.

Também consultamos os PDIs em busca de menções ao MACF, outros memoriais e possíveis ações e planejamentos voltados especificamente para esses espaços. Além disso, foi realizada uma busca no site oficial da EPUFBA, na seção dedicada ao memorial, com o objetivo de verificar as informações disponibilizadas ao público sobre suas funções e atividades. Durante a investigação nos canais institucionais da UFBA, notou-se a ausência de diretrizes mais específicas voltadas aos memoriais. As menções identificadas nos documentos analisados se apresentaram de forma genérica.

Para atingir o objetivo **b)** Selecionar os tipos específicos de documentos arquivísticos presentes no Memorial Arlindo Coelho Fragoso, realizamos uma busca nos sites e canais oficiais de comunicação, com o intuito de investigar a composição do acervo arquivístico do MACF e os tipos documentais nele presentes. No entanto, constatou-se que na plataforma do site, essas informações estão ausentes, fato que foi confirmado durante as entrevistas, nas quais a entrevistada mencionou planos futuros de atualização do conteúdo disponível.

Diante disso, perguntamos durante a entrevista informações sobre o acervo e nos foi disponibilizado pela equipe, via e-mail, um quadro contendo a relação dos documentos para uso na pesquisa. Ainda durante a entrevista, foram compartilhadas

informações sobre a relação entre o acervo arquivístico e o acervo museológico, permitindo uma compreensão mais abrangente sobre as práticas adotadas no MACF.

Para alcançar o objetivo c), Avaliar como os documentos arquivísticos no Memorial Arlindo Coelho Fragoso são relacionados, organizados e mantidos para garantir a preservação da informação e memória institucional, utilizamos a bibliografia já publicada sobre o MACF por outros pesquisadores, realizamos a análise documental de legislações brasileiras, recomendações do CONARQ, do regimento interno da UFBA e PDIs, além da realização de entrevistas.

O intuito foi obter mais detalhes sobre as atividades técnicas realizadas pelo memorial em relação acervo arquivístico, uma vez que essas informações não estão disponíveis nos meios oficiais de divulgação da universidade e compreender o panorama das políticas arquivísticas na instituição, analisando como elas se relacionam com o MACF.

Para alcançar esse objetivo, buscamos também compreender de que maneira os documentos arquivísticos que compõem o acervo do MACF, chegam até lá, quais são seus percursos e os critérios utilizados em sua seleção. Essas informações foram compartilhadas durante as entrevistas realizadas com a equipe do MACF.

Esse aspecto se revelou como sendo fundamental para aprofundar a análise sobre as políticas e estratégias adotadas para o cuidado com o acervo arquivístico e seus desafios, bem como para compreender como o acervo arquivístico se articula com os demais elementos que integram o espaço. Desta forma, pudemos investigar melhor as ações voltadas para o memorial, conforme o objetivo da pesquisa.

Essas etapas, realizadas através da divisão em objetivos específicos, foram essenciais para que o objetivo geral da investigação fosse alcançado. Esta pesquisa é um estudo inicial sobre as práticas e políticas relacionadas ao acervo arquivístico dos memoriais institucionais da UFBA, com o intuito de compreender como essas ações estão sendo conduzidas e quais desafios enfrentam.

Compreendemos que a escolha por um estudo de caso único, possibilita analisar de forma mais profunda uma realidade específica, e desta forma, pode contribuir para reflexões mais amplas sobre o tema e para o desenvolvimento de modelos aplicáveis a contextos semelhantes.

Neste primeiro momento da pesquisa, buscou-se identificar como as práticas relacionadas ao acervo arquivístico estão sendo realizadas. Para isso, foi necessário

um estudo aprofundado das diretrizes institucionais, a fim de compreender de forma mais ampla o cenário do MACF dentro da UFBA.

Devido às limitações de tempo, e à necessidade de aguardar a marcação das visitas e entrevistas, impactadas pela greve na UFBA, pelo período de afastamento da servidora responsável por motivos de saúde e pelas suas férias, optou-se por deixar para investigações futuras uma análise mais aprofundada sobre a coerência e a adequação das funções arquivísticas desempenhadas, bem como um contato direto com as tipologias documentais existentes no acervo.

No entanto, foi possível traçar um panorama geral das atividades realizadas e compreender os motivos que justificam sua execução. Como desdobramentos da pesquisa, propõe-se ampliar a discussão para além do aspecto arquivístico e museológico, incorporando o debate sobre as políticas de informação voltadas aos memoriais institucionais e investigar futuramente a realidade dos acervos dos demais memoriais da UFBA e de outras instituições de Salvador.

Espera-se que esta pesquisa contribua como um incentivo a pesquisadores de outras áreas correlatas do conhecimento, cujas abordagens possam trazer diferentes perspectivas sobre as funções e atividades desenvolvidas nesses espaços de memória, considerando seus distintos tipos de acervos e, assim, complementar e aprofundar os estudos sobre o tema.

Outro possível desdobramento para estudos futuros, é a análise dos processos anteriores à chegada dos documentos aos memoriais, considerando as implicações da gestão e da governança, com vistas a assegurar a preservação da informação e da memória institucional.

Durante o período que antecedeu a investigação, conjecturou-se de que todos os memoriais institucionais da UFBA exerciam, de forma coerente, também a função de arquivo permanente, e que as funções dos memoriais estariam claramente definidas em documentos institucionais. No entanto, ao longo do processo, foi possível identificar problemáticas relacionadas à terminologia utilizada, aos limites metodológicos e às implicações da nomeação de espaços de memória sem a devida análise crítica.

Desta forma, é imprescindível que os espaços públicos lidem com responsabilidade com a informação sob sua guarda. Assim, torna-se fundamental considerar os aspectos concretos da informação no contexto institucional, de modo que as instituições públicas assegurem, com qualidade, a preservação das fontes de

formação da sua memória. Além disso, é necessário que sejam pensadas alternativas para o desenvolvimento de ações voltadas a esse objetivo, considerando as especificidades e limitações de cada realidade institucional.

Nesse sentido, os princípios da Arquivologia, articulados com os estudos da Ciência da Informação, podem propor formas eficazes de organização, preservação e gestão dos documentos produzidos pelas instituições, visto que, em sua rotina administrativa, essas instituições produzem e lidam continuamente com materiais que possuem potencial para construir e preservar a memória institucional.

REFERÊNCIAS

- ANUNCIAÇÃO FONSECA DE OLIVEIRA DO AMARAL, L. **A consolidação do Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da UFBA: Análise do período de 2010 a 2017.** Informação Arquivística [S. l.], v. 6, n. 1, p. 351–362. 2017. Disponível em: <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/111>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível.** Brasília: Briquet de Lemos. 2012.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação.** Belo Horizonte: KMA. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004.** Legislação arquivística. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-20-de-16-de-julho-de-2004>. Acesso em 31 jul. 2023.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- AXT, Gunter. **A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público.** MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA, [S. l.], v. 12, n. 24, 2013. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2338>. Acesso em 2 abr. 2025.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; DODEBEI, Vera. **Informação e Memória.** In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória: interfaces no campo da informação.** Brasília: Universidade de Brasília, 2017.
- BARCELLOS, Jorge. **O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas de um conteúdo.** Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudo e reflexões.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Da gene à função: o documento de arquivo como informação e testemunho.** In: DE FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (org.) **Documento: gênese e contextos do uso /** Niterói: EdUFF, 2010.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BRASIL. **Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a Rede de Gestão de Documentos e Arquivos – Rede SIGA no âmbito da administração pública

federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/decretos-federais/decreto-no-10-148-de-2-de-dezembro-de-2019>. Acesso em 29. mar 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em 23 nov. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2022**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-47-de-14-de-fevereiro-de-2020-244298005>. Acesso em 17 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 23 nov. 2023.

BUCKLAND, Michael. **Information as thing**. Journal of the American Society of Information Science, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA. **Escola Politécnica**. Página inicial. Disponível em: <https://www.eng.ufba.br/>. Acesso em 24 jun. 2025.

EUZEBIO, Ingrid Lima; GERLIN, Meri Nadia Marques; SILVA, Luiz Carlos da. **O Lugar da Memória na Elaboração da Política Arquivística e de Preservação**: um estudo realizado à luz da Ciência da Informação. Brazilian Journal of Information Science: research trends, Marília, SP, v. 17, p. e023019, 2023. DOI: [10.36311/1981-1640.2023.v17.e023019](https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e023019). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13685>. Acesso em 15 mar. 2024.

FROHMANN, Bernd. **O caráter social, material e público da informação**. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 19-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p19-34>. Acesso em 02 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. **O Memorial de Imigração Polonesa em Curitiba**: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 427–455, 2017. DOI: [10.1590/1982-02672017v25n0115](https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0115). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139686>. Acesso em 19 dez. 2024.

GOMES, M. A., OLIVEIRA JÚNIOR, J.; ARAÚJO, N. C. de. **Memória**: construção social, lugares e competência. *Ciência da Informação em Revista*, vol. 1, n. 2, 2014, p. 9-19. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1365>. Acesso em 30 out. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídias. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, 116 p.

ICOM BRASIL. **Nova Definição de Museu**. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acesso em 30 jun. 2025.

IPHAN. **Monumentos e espaços públicos tombados – Salvador (BA)**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 31 jul. 2023.

JAPIASSU, Rodrigo Costa. **Usos e apropriações da memória**: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário Federal Brasileiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/ usos-e-apropriacoes-da-memoria_rodrigo-japiassu.pdf. Acesso em 02 jun. 2024.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas arquivísticas**: princípios atores e processos. *Arq. & Adm.* Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/items/6bb3da2e-a54b-4e9f-98e1-5af13f23b742>. Acesso em 10 abr. 2024.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIMA, Izabel França de; OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de; MOURA, Rafaela Karoline Galdêncio de. **Memória institucional na ciência da informação**: análise das produções científicas apresentadas no GT de informação e memória do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/10480500000000000000>. Acesso em 20 abr. 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Proj. História*: São Paulo, v. 10. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 23 nov. 2023.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga. **As concepções teóricas de avaliação de documentos de arquivo na legislação brasileira**. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 162–177, 2016. DOI: 10.26512/rici.v9.n1.2016.2218. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2218>. Acesso em 23 nov. 2023.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2007

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Gergete Medleg; CASTRO Raissa Mota. **A memória na ciência da informação**: uma análise da produção científica brasileira. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete. **O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em 2 jun. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. **A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade**. Itaú Cultural, [S. l.], 18 ago. 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em 29 mar. 2025

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELLO, Rodrigo. **Informação institucionalizada e materializada como documento**: caminhos e articulações conceituais. Brazilian Journal of Information Science: research trends, Marília, SP, v. 13, n. 2, p. 5–25, 2019. DOI: 10.36311/1981-1640.2019.v13n2.02.p5. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932>. Acesso em 16 abr. 2024.

RIBEIRO, Fernanda. **Memória, informação e ciência da informação**: Relações e interdependências. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, Igor Oliveira de; MARTINS, Greice Kelly. **Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória**. Em Questão, v. 28, n. 3, p. 186-210, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562/66213>. Acesso em 02 jun 2024

SOUZA, Luciana Karine de. **Pesquisa com análise qualitativa de dados**: conhecendo a análise temática. Arquivos Brasileiros de Psicologia, *Rio de Janeiro*, v.

71, n. 2, p. 51–67, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/245380>. Acesso em: 22 abr. 2025

RAMOS, Tassila Oliveira. **O Memorial do Instituto Federal da Bahia (IFBA): sistema em definição**. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37763>. Acesso em: 15 out. 2024

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante uma realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. **Memória institucional: uma revisão de literatura**. CRB8 Digital, v. 4, n. 1, 2011.

ROSA, A. P. C.; ALBUQUERQUE, A. C. **A arquivologia social na ciência da informação**. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/123343>. Acesso em 16 abr. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

THIESEN, Icléia. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento**. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST. Museus e museologia: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 61-83. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em 2 jun. 2024.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Memorial Arlindo Coelho Fragoso**. Salvador: UFBA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.eng.ufba.br/memorial-arlindo-coelho-fragoso-0>. Acesso em 29 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional UFBA 2018–2022**. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/plano-desenvolvimento-institucional-ufba_web_compressed.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional UFBA 2025–2034**. Salvador: UFBA, 2023. Disponível em:

https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/pdi-ufba_2025-2034_versao_conselho_0.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento Geral da UFBA**. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/regimento_geral.pdf. Acesso em 18 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Gabinete da Reitoria. **Portaria nº 356, de 09 de agosto de 2023**. O reitor da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições legais [...] para compor a Comissão Permanente de Arquivo, segundo o artigo 59 do Regimento Geral da UFBA [...], Salvador, 2023. Disponível em: http://www.cgp.ufba.br/portarias/1082023-165640_portaria356-2023-comiss%C3%83opermanentedearquivo.pdf. Acesso em 24 jun. 2025.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1: MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO

- 1) O Memorial é legalmente instituído por ato normativo próprio do órgão?
- 2) O Memorial é incluído em algum plano institucional da universidade?
- 3) Possui dotação orçamentária específica para o Memorial?
- 4) Quais tipos de documentação o Memorial possui?
- 5) Como é feito o processo de aquisição/recebimento dos documentos?
- 6) Qual é a principal função do Memorial?
- 7) Como o Memorial se relaciona com o público? Qual público predominante?
- 8) Que critérios são usados para a seleção dos documentos arquivísticos que fazem parte do acervo do Memorial?
- 9) Vocês tratam da documentação arquivística de acordo com alguma norma, legislação, ou política específica direcionada para os documentos arquivísticos?
- 10) Como está composto o acervo arquivístico do Memorial?
- 11) O Memorial segue alguma recomendação para o tratamento da documentação arquivística, advinda de outra instância ou órgão interno ou externo?
- 12) Existe alguma política para o tratamento da documentação dos memoriais?
- 13) Como é o processo das práticas e ações que são pensadas para o Memorial?
- 14) Como os documentos arquivísticos são organizados dentro do acervo do Memorial?
- 15) A documentação arquivística se relaciona de alguma forma com os documentos de outra natureza?
- 16) Quais são as práticas adotadas para garantir a integridade e preservação de longo prazo dos documentos arquivísticos?
- 17) O Memorial conta com trabalhos como restauro, higienização?
- 18) Como a universidade apoia as ações do Memorial?
- 19) Por se tratar de documentos públicos, o Memorial possui políticas formais de gestão e tratamento de documentos que são alinhadas com as disposições da Lei nº 8.159/2011? Poderia explicar como essas políticas são aplicadas no dia a dia?
- 20) Existe algum documento que formaliza as medidas e cuidados que o local precisa adotar em relação ao acervo arquivístico?

- 21) Quais os critérios utilizados para preservação, gestão e cuidados com o acervo?
- 22) O Memorial possui alguma ação cultural voltada especificamente para a documentação arquivística? se sim, ela está formalizada?
- 23) Quais são os principais desafios enfrentados pelo Memorial na organização, preservação e acesso dos documentos arquivísticos?
- 24) Existe alguma colaboração com outros memoriais ou instituições internas ou externas que ajude a fortalecer as práticas de preservação?
- 25) Como o Memorial lida com o acesso do público aos documentos arquivísticos?
- 26) O Memorial possui alguma ação cultural?
- 27) Como o Memorial atua para integrar em suas políticas/ações estratégias de preservação da informação para memoriais com vista a assegurar a memória institucional?
- 28) O Memorial possui relação com outros movimentos externos que se entrelaçam com a história da universidade?
- 29) O Memorial possui instrumentos de pesquisa? Se sim, quais? Com que frequência eles são utilizados?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2: MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO

- 1) O Memorial possui algum documento constitutivo além do regimento interno? Se sim, onde podemos encontrá-lo?
- 2) O MACF atua no processo de avaliação dos documentos de valor permanente que chegam à unidade? Se sim, de que maneira?
- 3) (Caso a resposta da pergunta 2 seja “sim”) Quais profissionais participam desse processo de avaliação?
- 4) (Caso a resposta da pergunta 2 seja “sim”) Qual é a metodologia utilizada? Quais instrumentos orientam essa avaliação?
- 5) Toda a documentação de valor permanente da EPUFBA é direcionada ao MACF?
- 6) Como o MACF avalia o valor histórico dos documentos em seu acervo?
- 7) As metodologias utilizadas para avaliar o valor dos documentos diferem de alguma maneira daquelas aplicadas em arquivos permanentes?
- 8) O tratamento técnico arquivístico realizado pelo MACF segue quais critérios?
- 9) Quais instrumentos são utilizados para realizar esse tratamento técnico?
- 10) Quais profissionais estão envolvidos nessas atividades?
- 11) Existe uma comissão instituída para a avaliação e apreciação de documentos? Se sim, como é constituída?
- 12) (Caso a resposta da pergunta 11 seja “sim”) Quais trabalhos são realizados por essa comissão? Quais critérios são usados para avaliar e apreciar os documentos?
- 13) Na ausência de uma comissão, como o Memorial organiza e avalia seus documentos?
- 14) Quais critérios são utilizados para escolher os profissionais responsáveis por essas tarefas?
- 15) Como é conduzido o trabalho de apreciação do valor dos documentos?
- 16) Dentro do acervo do MACF, há documentos que possuem alguma restrição de acesso? Se sim, como a equipe lida com essas restrições?
- 17) Quais critérios são utilizados para aceitar as doações que chegam ao MACF?
- 18) Esses critérios estão respaldados em algum documento ou política institucional?
- 19) Como está composta a equipe do MACF atualmente?
- 20) Quais são as principais funções desempenhadas pela equipe?

- 21) Durante o funcionamento do MACF, a unidade já contou com outros servidores efetivos?
- 22) Você mencionou no nosso último encontro as parcerias com a DIMAS e o projeto "ARQUIVOS UFBA", você poderia me informar de que maneira essas parcerias irão agregar ao acervo do MACF?
- 23) Gostaria que você me explicasse melhor como os instrumentos arquivísticos são aplicados no MACF.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA 3: COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVOS

- 1) Poderia nos contar um pouco sobre a atuação da Comissão Permanente de Arquivos da UFBA?
- 2) Quais são as principais atribuições da Comissão?
- 3) A Comissão tem planos para instituir uma política arquivística própria da UFBA? Se sim, quais são os principais pontos norteadores dessa política?
- 4) Quais os principais desafios para a implementação de uma política arquivística institucional?
- 5) Já houve alguma discussão ou mapeamento acerca de quantas unidades como nome de memorial na UFBA atuam, na prática, como arquivos permanentes, visando incluí-los nos planos da Comissão?
- 6) Existe alguma proposta para incluir os memoriais da UFBA que recolhem documentação permanente nos planos da política arquivística?
- 7) A Comissão pensa, ou já discutiu diretrizes para orientar as unidades dos memoriais e demais unidades acadêmicas em relação à organização e preservação documental?
- 8) Há alguma solicitação da UFBA ou da Escola Politécnica para incluir o Memorial Arlindo Coelho Fragoso nos trabalhos da CPARQ? E quanto aos demais memoriais?
- 9) Na UFBA, é comum que unidades que atuam como arquivos permanentes se denominem memoriais porque possuem no seu espaço, documentos de outra natureza?
- 10) A Comissão possui algum critério delimitador para diferenciar um arquivo permanente de um memorial dentro da estrutura da universidade?
- 11) Como a coexistência de diferentes tipos de documentação em um mesmo espaço pode impactar nas práticas arquivísticas?
- 12) Há mais alguma consideração que gostaria de acrescentar?

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:
MEMORIAL ARLINDO COELHO FRAGOSO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIA EM INFORMAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Título do Estudo: Lugares de memória institucionais: Uma análise no acervo arquivístico do Memorial Arlindo Coelho Fragoso

Pesquisadora responsável: Bianca da Silva Nunes

Prezado(a) colaborador(a),

A presente pesquisa integra o processo de elaboração de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. Solicitamos sua colaboração e autorização para utilizar as informações obtidas na pesquisa em eventos acadêmicos e publicações científicas nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação.

Esclarecemos que sua participação é **voluntária**, e não há obrigatoriedade em fornecer informações ou colaborar com as atividades propostas. O estudo não envolve a coleta de dados pessoais, sensíveis ou opiniões individuais. O objetivo da entrevista é exclusivamente obter informações institucionais públicas sobre as técnicas e estratégias adotadas pelo memorial na gestão e preservação de seu acervo arquivístico, **sem qualquer risco pessoal ou profissional aos participantes**.

Caso opte por não participar ou deseje interromper sua participação a qualquer momento, não haverá qualquer prejuízo ou consequência. A pesquisadora está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ao longo da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente sua colaboração.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e publicação dos resultados.

Assinatura - Participante

Assinatura – Pesquisadora

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO INSTITUTO DE CIÊNCIA EM INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: Lugares de memória institucionais: Uma análise no acervo arquivístico do Memorial Arlindo Coelho Fragoso

Pesquisadora responsável: Bianca da Silva Nunes

Prezado(a) colaborador(a),

A presente pesquisa integra o processo de elaboração de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. Solicitamos sua colaboração e autorização para utilizar as informações obtidas na pesquisa em eventos acadêmicos e publicações científicas nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação.

Esclarecemos que sua participação é **voluntária**, e não há obrigatoriedade em fornecer informações ou colaborar com as atividades propostas. O estudo não envolve a coleta de dados pessoais, sensíveis ou opiniões individuais. O objetivo da entrevista é exclusivamente obter informações institucionais públicas sobre a atuação da Comissão Permanente de Arquivo da Universidade Federal da Bahia, **sem qualquer risco pessoal ou profissional aos participantes**.

Caso opte por não participar ou deseje interromper sua participação a qualquer momento, não haverá qualquer prejuízo ou consequência. A pesquisadora está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ao longo da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente sua colaboração.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e publicação dos resultados.

Assinatura - Participante

Assinatura - Pesquisadora